

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

MIRANDA, Nilmário de. Nilmário de Miranda (depoimento, 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (4h 56min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ) e FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Nilmário de Miranda  
(depoimento, 2015)**

Rio de Janeiro

2020



## *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Angela Moreira Domingues da Silva; Dulce Chaves Pandolfi;

**Técnico de gravação:** Ninna Carneiro;

**Local:** Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

**Data:** 27/03/2015

**Duração:** 4h 56min

Arquivo digital - áudio: 6; Arquivo digital - vídeo: 6; MiniDV: 6;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, entre maio de 2014 e setembro de 2015. O projeto visa, a partir das entrevistas cedidas, a criação de um banco de entrevistas com responsáveis por políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar.

**Temas:** Anistia política; Anos 1960; Anos 1970; Anos 1980; Anos 1990; Ato Institucional, 5 (1968); Bahia; Benedita da Silva; Catolicismo; Ciência política; Ciências Econômicas; Clandestinidade; Classe operária; Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH); Comunismo; Congressos e conferências; Constituição federal (1988); Departamento de Ordem Política e Social - DOPS; Dilma Rousseff; Direitos humanos; Ditadura; Editoração; Educação de adultos; Eleições; Ensino superior; Esquerda; Família; Forças Armadas; Formação acadêmica; Formação profissional; Getúlio Vargas; Golpe de 1964; Governo Itamar Franco (1993-1994); Greves; Guerrilha rural; Imprensa; Jornalismo; Justiça militar; Lei de segurança nacional; Maurício Corrêa; Minas Gerais; Ministério da Justiça; Movimento de Educação de Base (1961); Movimento Democrático Brasileiro; Movimento estudantil; Movimentos populares; Pacote de Abril (1977); Partido dos Trabalhadores - PT; Partido Trabalhista Brasileiro - PTB; Poder judiciário; Política; Política operária; Pós-graduação; Preso político; Produção intelectual; Reforma agrária; Serviço Nacional de Informações; Sigmaninga Seixas; Superior Tribunal Militar; Supremo Tribunal Federal; Tortura; Universidade Federal de Minas Gerais; Viagens e visitas; Violência;

## *Sumário*

Entrevista: 27/03/2015 Arquivo 1: Profissão do pai; ingresso do pai no Partido Comunista; casamento dos pais; nascimento dos irmãos; nascimento em Belo Horizonte e mudança para a cidade de Teófilo Otoni (MG), em 1947; vínculo com a esquerda, por meio da Igreja; acompanhava as atividades do Movimento de Educação de Base e Método Paulo Freire pelo rádio antes do golpe de 1964; contato com integrantes da AP; presença de um núcleo de comunistas em Teófilo Otoni na década de 1940; presença de um núcleo do PTB, varguista, em Teófilo Otoni, na década de 1950; presença de católicos de esquerda em Teófilo Otoni na década de 1960; prisão do pai após o golpe de 1964, levado para Governador Valadares (MG); saída do irmão de Teófilo Otoni, após o golpe de 1964; militância no movimento estudantil em 1964; pressão do SNI ao diretor do Colégio Estadual para expulsar alguns estudantes; transferência de alguns estudantes para Belo Horizonte, com auxílio do diretor do Colégio; eleições para governador de estado em 1965; ingresso na Polop em 1965; contato com Dilma Roussef, representante da Polop no Colégio Estadual Central; designado para o setor operário da Polop; vestibular para a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG; divisão interna na Polop sobre a prática da guerrilha urbana; formação do Colina em 1967; formação da Corrente Revolucionária; formação do Partido Operário Comunista (POC); primeira prisão, em abril de 1968; mobilização na Faculdade de Economia em decorrência da sua prisão; incurso na Lei de Segurança Nacional; audiência na Auditoria Militar, em Juiz de Fora (MG); greve dos metalúrgicos e dos bancários, em 1968, gerando muita repressão e demissão; opção pela clandestinidade após a edição do AI-5; havia sido solto após 32 dias de prisão formalizada; processado à revelia; mudança para a Bahia, onde ficou por nove meses; contato com Eric Sachs; referências intelectuais de Erich Sachs e de Eder Sader; cisão interna do POC e formação do POC-Combate; mudança para o ABC paulista; pegou documentos na Bahia; segunda prisão em São Paulo, em 1972, comandada pelo Sérgio Fleury; ficou 40 dias no Dops, sendo torturado; levado algumas vezes para o DOI-CODI e depois de volta para o Dops; enviado para o Presídio Tiradentes em 1972; estrutura do Presídio Tiradentes; contato com outros quadros políticos no presídio; ativismo político dentro do presídio; deslocado para o presídio do Carandiru, em 1973; separação, no presídio, dos que participavam e os que não participavam da luta armada; encaminhado para o Presídio do Hipódromo; transferência para a penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora; respondeu a quatro processos diferentes na Justiça Militar; viagem para Juiz de Fora, em um camburão, e chegada na penitenciária; eleições gerais em 1974; notícias de fora da prisão através do rádio; cartas censuradas pela Auditoria; prisão de dois irmãos; aguardava notícia de unificação de pena pelo STM; levado para local similar a um DOI-CODI, em Juiz de Fora, em 1974, e depois levado para o DOI-CODI em São Paulo; foi levado de volta para Linhares e terminou de cumprir pena. Arquivo 2: Desligamento da Polop durante a prisão; presos políticos de Linhares decidiram pelo apoio crítico ao MDB durante as eleições de 1974; ideia de elaborar um jornal popular quando saísse da prisão; saiu da prisão e optou por ficar em Belo Horizonte, para montar um jornal popular; transferência para o curso de Jornalismo na UFMG; criação do Jornal dos Bairros, em 1976, na região proletária do Barreiro, onde tinha a empresa Mannesmann; ficou sete anos no jornal, para o qual propôs uma linguagem diferente; casamento com Stael; trabalho como monitor do curso básico; distribuição do jornal nas casas; criação de organização em torno da classe operária; discussão sobre projeto de anistia; respaldo às oposições sindicais por meio do jornal;

importância das pastorais para a região industrial; crítica ao conteúdo da Lei de anistia; morte do Fleury; arrombamento do jornal; aderência ao PT; trabalho como jornalista no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e no Sindicato dos Bancários; candidato a deputado federal pelo PT em 1982; chefe de gabinete do deputado estadual João Batista Mares Guia; eleito deputado estadual em 1986; depois, em 1990, 1994 e 1998, federal; final do curso de Jornalismo em 1979; início de pós-graduação em Ciência Política na UFMG, não concluída; viagem para Equador para aprofundar o conhecimento sobre comunicação popular; criação da Casa do Movimento Popular, em Contagem (MG); Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária; primeiro mandato, em 1986, voltado para o movimento popular urbano; influência de Iara Xavier, para que colocasse seu mandato à disposição da causa dos mortos e desaparecidos políticos; Luiz Greenhalgh e Sigmaringa Seixas colheram 171 assinaturas, para criar uma CPI dos Mortos e Desaparecidos Políticos, mas o pedido foi arquivado no fim da Legislatura; desarquivou o pedido quando assumiu como deputado federal, em 1991; pedido de outros parlamentares para que desistisse da CPI; proposta de que ele integrasse uma Comissão externa na Câmara dos Deputados, para investigar o paradeiros dos mortos e desaparecidos; viajaram para várias cidades do país discutindo o tema dos desaparecidos; Relatório das Forças Armadas para o ministro da Justiça, Maurício Corrêa; depoimento de Marival Chaves do Canto, sargento do DOI-CODI de São Paulo à Comissão; depoimento de Gilberto Prata Soares à Comissão Externa; prisão do irmão Oldack Miranda durante a ditadura; ida a Natividade, para ver o caso de Ruy Carlos Vieira Berbet; mandato bastante dedicado à questão dos mortos e desaparecidos; compromisso com o tema da moradia popular; tentativas de Benedita da Silva, desde a década de 1980, de criar uma Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados; criação da Comissão de Direitos Humanos, em 1995, na última votação da Legislatura; pauta de direitos humanos: reconhecimento dos mortos e desaparecidos políticos pelo Estado brasileiro, tipificação do crime da tortura, mudança do rito da reforma agrária, no sentido de desapropriar primeiro e questionar na Justiça depois, competência jurídica da Corte Interamericana para os crimes de direitos humanos, reconhecimento da área remanescente de quilombo, criminalização da violência contra as mulheres; Maurício Corrêa como ministro da Justiça e a questão dos mortos e desaparecidos. Arquivo 3: Proposta de lei reconhecendo a questão dos mortos e desaparecidos políticos pelo Estado durante o governo do presidente Itamar Franco; adoção do modelo chileno e utilização do conceito de violência política; subversão do conceito de anistia no Brasil, que não alcança somente a vítima; questão dos mortos e desaparecidos ilustrando os limites da transição política; conversa com os familiares de mortos e desaparecidos sobre a Lei nº 9.140 e seus limites; críticas dos familiares à indenização e a não responsabilização; perversidade de parte do conteúdo do lei; análise da transição brasileira por meio da legislação; parlamentares que participavam das sessões da Comissão Externa; caminho para chegar até o Marival Chaves e ouvir seu depoimento na Comissão Externa; Relatório da Marinha sobre a Guerrilha do Araguaia; tentativa de normalizar a agenda política para inserir a questão dos mortos e desaparecidos como legítima; saída da prisão de Linhares; tentativa de apresentar emenda à Lei nº 9.140, a fim de mudar a questão das "dependências policiais ou assemelhadas"; composição da ); casos analisados na CEMDP; apresentação de medida provisória para modificar alguns aspectos da Lei nº 9.140; julgamento do caso Zuzu Angel na CEMDP; lista dos 136 nomes de desaparecidos no Anexo I da Lei nº 9.140; duas fases da Lei nº 9.140; ampliação do prazo de requerimento por parte dos familiares; apoio de Iara Xavier, de Gilney Viana e da Comissão de Direitos Humanos aos trabalhos da CEMDP; distribuição dos processos para relatoria entre os

integrantes da CEMDP; projeto Memórias Reveladas. Arquivo 4: Discussão de agenda de direitos humanos na década de 1990; violência no campo; Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, 1993; tentativa de debate sobre tortura; limite da justiça de transição no Brasil: não ter levado a tortura até a responsabilização criminal; avaliação do princípio de reconciliação presente no texto da Lei nº 9.140; necessidade de responsabilização criminal, informação do paradeiro dos restos mortais dos desaparecidos e abertura dos arquivos da repressão; reconciliação como a matriz da transição da anistia de 1979; relator do indeferimento da concessão de anistia ao Cabo Anselmo; anistia de 1979 feita sob o paradigma do esquecimento e da impunidade; Constituição de 1988 estabelece novos paradigmas, de da verdade e reparação; paradigma de 2012 é o da verdade; relação entre o Pacote de Abril de 1977 com a Lei de anistia de 1979; decisão do STF sobre a ADPF 153, em 2010; livro *Dos filhos destes solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*, publicado por ele e por Carlos Tibúrcio; importância do STF para discutir sobre a Lei de anistia; dificuldade de contar com o Congresso Nacional para discutir a questão da anistia, sem a realização de uma reforma política; sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em 2010; sentença da juíza Solange Salgado sobre os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia; debate sobre crime conexo e sobre outros temas presentes na sentença da CIDH; candidato a governador do estado de Minas Gerais pelo PT; convite do presidente Lula para ser ministro de Direitos Humanos; temas importantes para a agenda de direitos humanos: erradicação do trabalho escravo, exploração sexual infantil e sub-registro; constituição de comissão sigilosa para localização dos corpos dos guerrilheiros mortos no Araguaia, após a sentença da juíza Solange Salgado; elaboração do plano Brasil Sem Homofobia; saída da Secretaria de Direitos Humanos e indicação de Paulo Vannuchi para assumir como secretário nacional; integrantes e relatório final da comissão para localização dos corpos dos guerrilheiros mortos no Araguaia; caso Onofre Pinto; crise do Mensalão; candidato a governador do estado de Minas Gerais; trabalho na Fundação Perseu Abramo; candidato a deputado federal em 2010; assumiu como suplente uma vaga na Câmara dos Deputados, em 2013; projeto sobre tortura, prevenção e enfrentamento à tortura; projeto de lei de criação da Comissão Nacional da Verdade.

Arquivo 5: Realização de seminário pelo país, quando estava na Fundação Perseu Abramo, para debate sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV); Lei de Acesso à Informação e lei que criou a CNV; período de investigação presente na lei que criou a CNV (1946-1988); Relatório Final da CNV; nomeação para secretário de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania do estado de Minas Gerais; implementação das recomendações presentes no Relatório Final da CNV; criação do Memorial da Anistia, em Belo Horizonte; debate pela criação de uma Comissão de Anistia, em 2001, e o sentido de reparação; conselheiro da Comissão de Anistia; Memorial da Anistia; projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; questão do sub-registro e localização de pessoas sem documentos; situação atual da mídia e dos meios de comunicação; crise da democracia; necessidade de realização de uma reforma política; situação do Partido dos Trabalhadores (PT); importância da democracia participativa; transformações na agenda brasileira de direitos humanos; Arquivo 6: Temas de direitos humanos na agenda brasileira; violações aos direitos humanos durante a ditadura militar e a sociedade brasileira; importância da CNV e da Comissão de Anistia; necessidade de punir torturadores; Poder Judiciário e a leniência com a tortura; necessidade do respeito à diferença e à diversidade.

*Entrevista: 27/03/2015*

D.P. – Nilmário, vamos começar pelo início da sua vida. Primeiro, agradeço muito a sua presença aqui. Sei que, para você, até foi um certo sacrifício, com a agenda cheia. Então a gente queria que você falasse um pouco sobre onde nasceu, sua infância, seus pais, seus estudos, até chegarmos ao seu envolvimento com a questão dos direitos humanos.

N.M. – Ok. Veja bem, meu pai era gerente de Casas Pernambucanas, e esse gerente circulava pelo Brasil. Ele morou em muitos lugares, inclusive no Rio, em Niterói. Era baiano. E, pelo que eu sei, quando ele morou em Teófilo Otoni, que é uma cidade do nordeste de Minas Gerais, como gerente das Casas Pernambucanas, ele ingressou no Partido Comunista, durante a guerra, em 1941. Aí ele foi deslocado para Barbacena e, lá, recomendaram que ele ficasse no hotel de um imigrante italiano que tinha filhos comunistas. Ele ficou nesse hotel – chama-se Hotel Suíço –, em Barbacena. Aí ele conheceu minha mãe e casou, ali em Barbacena. E, de fato, o pai dela tinha dois irmãos que foram presos em 1935: um saiu do Partido e o outro continuou até... enfim, continuou o resto da vida. Aí nasceu uma irmã. Aí ele foi morar em Corumbá, a terra do nosso Apolônio de Carvalho, como gerente de Casas Pernambucanas, e teve um segundo filho: Oldack Miranda. E aí, na gravidez do terceiro, que era eu, aí resolveu sair das Pernambucanas e morar em Teófilo Otoni, na mesma cidade onde ele tinha passado solteiro. Então, aí... Eu fiquei em Belo Horizonte... Nasci lá e fui, com poucos dias de nascido, para Teófilo Otoni. Por isso que eu falo que sou de Teófilo Otoni, mas nasci em Belo Horizonte – por acaso, praticamente.

D.P. – Em que ano foi isso, que você nasceu?

N.M. – Em 1947. Aí ele teve mais seis filhos, em Teófilo Otoni. Eram nove, uma família de nove. Era um militante muito discreto. A gente nem sabia – nós, a garotada –, nem sabia que ele tinha vínculos. Também, como o Partido foi para a... viveu proscrito durante... mesmo no período democrático, no interior, as pessoas ocultavam sua relação com o Partido. Era praticamente clandestino. Mas, em Teófilo Otoni, nós... Eu passei mesmo para a esquerda, eu tinha uns 15 anos, ou seja, há mais de 50 anos atrás, 52 anos atrás.

D.P. – E como é que você passou...?

N.M. – Via Igreja. Lá, criou uma diocese, um bispo progressista, dom Quirino Adolfo Schmitz, e ele levou padres progressistas, abriu... na época, não chamava Pastorais, mas atividades aí progressistas. E, especialmente, tinha um padre chamado frei Cristóvão, que era um padre de esquerda, mesmo, que chegou... que fez a cabeça de um grupo numeroso de jovens cristãos católicos. E para lá foi o MEB – Movimento de Educação de Base, se instalou em algumas cidades na Zona Rural; a Campanha Nacional de Sindicalização Rural – o primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais da fase padre Lage foi em Poté, uma cidade vizinha de Teófilo Otoni, a poucos quilômetros. Foi uma atividade muito intensa, um ativismo. Aí chegou o jornal *Brasil Urgente*, que era um jornal da AP.

D.P. – Você chegou a ser da JEC, ou JUC?

N.M. – Meu irmão foi da JEC e, depois, virou até dirigente nacional, o Oldack Miranda. Eu, não, eu fazia... Eu não era, assim, aquele militante de Igreja. Era junto com a Igreja, mas sem... mantendo uma certa distância, também. Mas fiz o movimento estudantil; fui nessa fundação dos sindicatos; acompanhava as atividades do Movimento de Educação de Base e Método Paulo Freire pelo rádio e tal...

D.P. – Isso tudo no pré-1964.

N.M. – Tudo em 1962 e 1963. E aí, o *Brasil Urgente*... O frei... Tinha um grupo de engenheiros ligado à AP, católicos, que levava muita gente a Teófilo Otoni para fazer palestras, debates, aquelas... E quando eu estava intensificando a participação, veio o golpe. Eu não tinha nem 17 anos completados, ainda. Eu participei de congresso, fui a Belo Horizonte...

D.P. – Você já conhecia Betinho, nessa época?

N.M. – O Herbert?



D.P. – Herbert de Souza. Não conhecia?

N.M. – Não. Eu conheci o Jair Ferreira de Sá, por exemplo; Vinícius Caldeira Brant; Maurílio Cadaval; alguns que eram da... Porque a AP nasce muito em Minas, também, não é? O padre Vaz... Tinha um grupo de dirigentes estudantis que se projetou muito, ajudou, no começo da AP. Em Teófilo Otoni, era assim: tinha um núcleo comunista... Tinha uma ferrovia, que foi extinta em 1964, a Estrada de Ferro Bahia e Minas, que o Fernando Brant e o Milton Nascimento immortalizaram na música<sup>1</sup> lá: vai de Minas ao mar, a Estrada de Ferro Bahia... Contou a história dela. Cantou a história dela. Aí tinha um núcleo de comunistas. Por exemplo, lá, em 1946, teve um candidato a deputado estadual, em Teófilo Otoni, do PCB, Pedro Ubaldino, e teve um vereador comunista, Nestor Medina, que era ferroviário, também. Então tinha um núcleo de comunistas. Meu pai, provavelmente, ele foi... [Tinha um núcleo] de bancários e de ferroviários. Na década de 1950, teve um núcleo do PTB, varguista. O Brizola teve pouca influência lá. E aí, a partir dos anos 1960, os católicos de esquerda, que eram: JUC, JEC... JUC, não. Não tinha universidade. Era JAC e JEC e o pessoal ligado... esses trabalhos ligados à Educação de Base (MEB) e tal. Foi por ali que eu participei. Quando veio o golpe, meu pai foi preso, junto com muita gente... Foram presas 74 pessoas, lá. Que coisa, não? Uma cidade do interior, pequena, isolada.

D.P. – Prenderam ele aonde? Em casa?

N.M. – Ele foi preso na loja dele. Eu estava na escola, um menino da loja correu lá para me... “Olha, seu Oldack... O jipão levou seu pai, corre para lá”. Porque os empregados fecham o caixa... Porque o caixa, só quem podia mexer era o pai e os filhos. Empregado não podia mexer com o caixa. Então, para... Não podia ficar lá muito tempo sem mexer... dar troco e tal. E eu tive que correr para lá. E meu irmão mais velho, o Oldack, chegou a sair da cidade, para evitar a prisão: foi para uma praia, Alcobaça, no sul da Bahia, e ficou lá uns dias, até ter notícia de como é que estava a situação e tal. Afetou um pouco ele. Para mim, eu era menor de idade – na época, se respeitava isso –, então, não teve nenhum problema comigo. Mas foram presas muitas pessoas. E meu pai ficou uns 15 dias em Governador Valadares, nós ficamos um pouco sem notícia dele. Meu pai era piadista, aquela linha que pode perder o

---

<sup>1</sup> A música *Ponta de Areia*.

amigo, mas não perde a piada. Mas ele fez uma piada que ficou famosa: o Stanislaw Ponte Preta reproduziu, não com o nome dele. Mas nove irmãos, aí o... Os interrogadores perguntavam: “O senhor é do Partido Comunista?”. Ele... “Não, o que é isso! Em hipótese nenhuma!”. “É do PTB?” “Não. Também não. Não sou de partido nenhum.” É disso? É daquilo? “O senhor é do Grupo dos Onze?” “Ah, isso eu sou.” “Ah, o senhor é do Grupo dos Onze? E quem são seus demais membros?” Ele falou assim: “Eu, minha mulher e os nove filhos”. [risos] E saiu no *Febeapá*, depois. Eu achei graça, como é que circula a piada: saiu de uma cidadezinha perdida no mundo e chegou até o Sérgio Porto. Mas, em 1964, eu estudava já o segundo científico, aí nós tínhamos intensa atividade estudantil, já após o golpe. E, no final do ano, o diretor, que era uma pessoa muito decente... era conservador, mas superdecente, o diretor do Colégio Estadual, o colégio mineiro onde a gente estudava, o grupo, a maior parte do nosso grupo, ele falou: “Olha, estou sofrendo muita pressão do SNI para expulsar vocês da escola, do Colégio Estadual”. Ele achava um absurdo. Eu era um excelente aluno. Expulsar pessoas... Aí ele sugeriu... Já estava no final do segundo grau, e não existiam universidades lá, a gente... Para passarem pouquíssimas pessoas na universidade... “Quem sabe vocês vão para Belo Horizonte? Eu ajudo, eu consigo umas vagas no Colégio Estadual Central, a melhor escola de Minas.” Como o colégio... De estadual para estadual, ele podia ter uma... sem o exame de seleção, transferir. E estava criando um colégio novo, o Colégio Universitário, ligado à Universidade, que era uma experiência nova – o Aluísio Pimenta. Foi um projeto do Aluísio Pimenta. Então ele conseguiu, x jovens lá, transferir para Belo Horizonte. E os outros foram porque já era... chegava a hora do vestibular. Então um grupo numeroso de jovens que estava participando da resistência inicial à ditadura fomos para Belo Horizonte. Então, em 1965, foi...

D.P. – Até então, você é próximo desse grupo católico, mas você era organizado, da AP?

N.M. – Não. Era simpatizante. Não tinha... No Colégio Estadual, eu estava preparando meu ingresso na militância da AP, mas veio a eleição de 1965, a última eleição de governadores, e o candidato da oposição, do PSD, ligado a Juscelino Kubitscheck, o Tião Medonho, Sebastião Paes de Almeida, um empresário rico, foi vetado pelos... foi impugnado pelos militares – não formalmente, mas foi impedido de se candidatar. E aí as oposições, PSD e PDT ficaram negociando alguém palatável para os militares. Os militares praticamente que

escolheram que era o Israel Pinheiro. A AP apoiava o Tião Medonho e apoiaria alguém da oposição, que era o correto, mas como houve o impedimento e os militares que escolheram o Israel Pinheiro, praticamente, para ser da oposição, aí, na época, eu fiquei muito... Eu e um grupo de jovens que... a gente começava... militava junto... “Ah, não...” Eu queria votar nulo. Aí eu procurei uma pessoa da minha cidade, que era professor de matemática, um cara muito culto, e falei: “Eu quero ir para a Polop”. Porque a Polop estava propondo voto nulo, e a AP era o voto no Israel Pinheiro. Aí ele falou: “Você vai no turno da manhã e procura... Tem uma ativista nossa que se chama Dilma Rousseff, a Dilminha. Procura ela e a Regininha. São duas meninas do...”. [Eram duas meninas] da nossa idade mesmo, 17 anos, que eram as representantes da Polop na escola, no Colégio Estadual. Hoje, é Milton Campos; na época, Estadual Central. É um lugar de muita efervescência, sempre gerações de estudantes de oposição. É um colégio muito interessante. É um projeto do Niemeyer, também, a escola. A arquitetura é do Niemeyer. Aí eu procurei a Dilma e falei que queria ingressar na Polop para participar do voto nulo. Bem, aí ingressei na Polop, em 1965, com um grupo de estudantes de Teófilo Otoni. Um grupo foi para a AP – meu irmão e outros foram para a AP –, já vinha de Teófilo Otoni negociando para entrar na AP, e nós fomos para a Polop.

D.P. – Quer dizer, você tinha 17 anos, não é?

N.M. – Dezesete anos. E um grupo foi para o Partidão, que era já do Partido em Teófilo Otoni e que foi para o Partidão. Então o grupo de Teófilo... Era um grupo, assim... É até um folclore: o pessoal de Teófilo Otoni que [**inaudível**], um grupo de jovens muito ativo. E todos ficavam juntos, também, moravam em pensões, eram muito ligados pessoalmente, amigos. Então ficaram esses três grupos. O majoritário era o da AP, mas o nosso grupo também foi bem desenvolvido, o grupo da Polop, ficou bem forte, e o do PCB era menor, porque houve muita crítica...

D.P. – Já estava a crise do PCB.

N.M. – É, a crise. Eu fiquei na Polop. A partir de 1966...

D.P. – E o contato com a Dilma, como é que foi?

N.M. – Não, a Dilma... Eu estudava à noite; ela estudava de dia. Então era pouca coisa. Mas tinha contato.

D.P. – Esse primeiro contato. Porque através dela que você ingressa.

N.M. – É, foi através dela.

D.P. – Mas e aí?

N.M. – Eu tinha reuniões no colégio... Já era no segundo semestre de 1965, e logo, também, **vai** vir aquela... A Polop tinha grandes quadros de Minas. Os líderes maiores eram o Carlos Alberto Soares de Freitas, que era... o Guido Souza Rocha e a Inês Etienne Romeu. Então, quando veio um grupo de jovens bem militante, eles próprios que foram dar os cursos básicos, nas nossas pensões, para o nosso ingresso na Polop. Era um grupo interessante, de pessoas... Muitos se destacaram, depois, no correr do tempo. E aí, em 1966, eles me puxaram e me disseram uma coisa, assim... quase que era uma promoção: “Você vai para o setor operário”. Quer dizer, fui destacado para o setor operário. Eu fiz o vestibular de ciências econômicas, e a Dilma também, então, nós fomos para a mesma escola, a Faculdade de Ciências Econômicas, mas ela foi com uma defasagem de um semestre, porque ela foi para... Eu estava na frente dela um semestre. Então eu ficava no movimento estudantil secundariamente, porque eu era estudante, e me liguei ao tal setor operário. A Polop tinha poucos operários, tinha poucos.

A.S. – Na UFMG, o seu curso?

N.M. – UFMG. Na faculdade, inclusive... A escolha do curso também foi curiosa. Fala um pouco da época, não é?

D.P. – Era em Belo Horizonte, a faculdade? Aí você vai para Belo Horizonte, fazer a faculdade em Belo Horizonte?

N.M. – Era em Belo Horizonte. Quer dizer, em 1965, é em Belo Horizonte. Eu entro na Polop **por causa do** Colégio Estadual. Fui transferido de Teófilo Otoni, depois dessa pressão para a gente sair de lá. O cara do SNI era dirigente... era o engenheiro responsável pela Cemig, pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais. Ele que era o representante... Ele que... Depois o diretor me relatou: “Toma cuidado com o dr. Argemiro, ele é do SNI, ele pediu para me livrar de vocês aqui”. Aí, de fato, nós fomos para lá. Mas aí, em 1966, eu fui para esse tal de setor operário da Polop. E aí, em 1967, houve o racha, uma divisão, uma luta interna no... aquela vaga da guerrilha, da luta armada. Mas eu não... A gente não defendia a guerrilha, mas, na Polop, tinham duas vertentes: a leninista, que fazia aquela leitura da revolução proletária, então, a guerrilha era admitida, mas como se fosse a cubana, que estimula uma rebelião urbana, uma revolução urbana – a Polop era mais nessa linha –, e formou-se um grupo majoritário dentro da Polop, dos quadros mais conhecidos, em que a influência do Régis Debray era explícita, era citada, e formaram o Colina, em setembro de 1967. Aí eu fiquei na Polop, com um grupo menor. Tinha uns marceneiros. Tinha um grupo de marceneiros muito interessante, que influenciava a gente muito, e um grupo de estudantes, na Faculdade de Ciências Econômicas, Engenharia e Direito, principalmente. Tinha outras, também, mas [mais] nessas três. Aí nós decidimos formar um Partido Operário, a Polop decidiu, para fazer o contraponto com a vaga guerrilheira, digamos assim, pelo ascenso das organizações de esquerda armada, e levou uma parte dos melhores quadros da Polop mineira e da Corrente, do Gilney, que esteve aqui. Formou-se a Corrente Revolucionária e o Colina, dois grupos fortes. A AP era muito forte no movimento estudantil, era talvez o grupo mais forte e hegemônico, em Minas, e a Polop tinha lá seu... Aí nós fundamos o POC, em 1968. Particpei da fundação e fiquei como um dos dirigentes da Polop e do POC. **[Inaudível]** muito jovem, mas os quadros mais precípuos tinham ido para o Colina. Em Minas, teve aquela greve de abril de 1968. Para nós... Nós tínhamos uma... A Polop era muito obreirista, também, supervalorizava o papel... e, dentro da classe operária, um setor da classe operária: os metalúrgicos. O metalúrgico era tudo para a Polop. Nós participamos bem. Não tínhamos bases operárias, mas participávamos muito. Aí, dia 30 de abril, lançando o manifesto de fundação do POC, eu tive a primeira prisão. Nós fomos distribuir à noite, deixar na Mannesmann, que tinha sido... [Era] a maior empresa de Minas, naquela época. E aí...

D.P. – Isso em abril de 1968?

N.M. – Em 1968, 30 de abril, tive a primeira prisão, com mais duas pessoas.

D.P. – Você, com um panfleto na mão?

N.M. – Nós tínhamos já distribuído, mas eles chegaram, era um lugar muito... fora, um arrabalde, uma periferia. E nós voltamos a pé. Porque, imagina, oito quilômetros, você voltar a pé pela linha de trem, aí deu tempo de a Polícia Política chegar, se informar com o denunciante que os tinha chamado, descrever, ir atrás na linha de trem, que até que não era...

A.S. – E encontrá-los.

N.M. – E encontrar. A pé, imagina, oito quilômetros, você leva umas duas horas para chegar. Deu toda a oportunidade possível para... Porque não tinha carro; não tinha ônibus noturno... Nós éramos bem, também, aqueles estudantes que não tinham um centavo, que andavam era a pé mesmo, para todo canto. Eu fiquei 32 dias preso. Com a minha prisão, a Dilma liderou uma greve, uma mobilização, uma paralisação na Faculdade de Ciências Econômicas, no dia da minha prisão, porque eu era conhecido na faculdade como um quadro de esquerda, apesar de sermos de grupos distintos: ela, do Colina, e eu, da Polop, POC, lançando o POC. Mas gerou um processo pela Lei de Segurança Nacional, a partir dessa prisão com um boletim de... o manifesto de lançamento. Mas, durante os 32 dias...

D.P. – Foi preso você e os outros que estavam com você?

N.M. – Tinham mais dois que estavam comigo.

D.P. – Vocês três...

N.M. – Ali era... Eu ficava numa cela que entrava e saía gente o dia inteiro, porque todos os dias... Porque o movimento estudantil estava no auge. No 1º de maio, teve muita repressão. Eu fui preso na véspera. E entrava gente e saía gente da nossa cela, entrava e saía, e no Dops, de modo geral. Prisões em massa, mesmo. Aí, como abriu um processo pela Lei de

Segurança, eu fui interrogado no 12 RI, pelo IPM do Portela. Fiquei dois dias lá no Exército, numa cela estranha, assim, sem piso, mas só para interrogatório. E aí, quando... Teve um processo, [inaudível]... Eu, também, como era ativista na área operária e tinha sido preso e já identificado “que é conhecido”... É quase uma semiclandestinidade, o segundo semestre de 1968, e teve pelo menos uma audiência na Auditoria Militar em Juiz de Fora, pelo processo da LSN, daquela prisão.

A.S. – Você foi até Juiz de Fora? Ou só o seu advogado?

N.M. – Fui. Porque era outubro, ainda estava... Mas ali já... Nós fizemos uma segunda greve dos metalúrgicos, em 1968, e uma dos bancários. Muito voluntarista, forçando a barra, sem... Mais por uma leitura equivocada da conjuntura: achava que ia ter um ascenso revolucionário, quando já estava, na verdade, na linha oposta, estava... A queda de Ibiúna; a repressão à segunda greve foi muito forte, dos bancários e dos metalúrgicos; prisões em massa; demissões em massa, também, dos metalúrgicos. Aí quando veio o Ato 5, aí nós tínhamos que cada um tomar um rumo. Os que não tinham imputações graves, cada um fica no seu lugar, vamos adaptar, vamos ver como é que se desenrola a conjuntura. Alguns foram para o exílio, a gente concordava, ou porque queriam, ou porque nós... ou política do POC, mesmo, de preservar pessoas... E nós... E uma maioria foi para a clandestinidade. A maioria, não. Um grupo forte foi para a clandestinidade. Foi o caminho, também, que eu optei.

A.S. – Só para eu entender. Você foi preso, ficou 32 dias preso. A sua prisão demorou a ser formalizada? Foi formalizada imediatamente?

N.M. – Nós fomos presos uma hora da manhã. Meu cartório, que é a formalização, foi três e meia da manhã, ou quatro e meia da manhã. Quando nós fomos para a cela, já estava começando a clarear o dia, para fazer aquele corredor polonês, que você entra... um batismo. Ninguém entrava ali sem ter alguma carimbada, digamos assim.

A.S. – E aí o seu julgamento foi rápido?

N.M. – Não. Aí eu fui para a clandestinidade...

A.S. – Você ficou 32 dias preso e foi solto?

N.M. – Teve uma audiência, veio o AI-5, entrei para a clandestinidade e passei a ser processado à revelia. Continuou à revelia. Eu também nem tomei conhecimento mais. Aí eu fui para a Bahia...

D.P. – Ah, você foi para a Bahia? Você saiu de Minas...

N.M. – Fui para a Bahia. Escolhi Bahia. Eu tinha muitos parentes na Bahia, por parte de meu pai. Parentes, assim, que a gente não tinha muito contato. Mas tinha parentes. Então, podia ter um respaldozinho. E a Bahia era uma base forte da Polop e do POC. Ficou o POC e... A Bahia não teve o Colina. Sabe?

D.P. – Sei.

N.M. – Tinha um grupo do Pery Falcon, Vitor Meyer, Orlando Miranda. Era um grupo...

D.P. – Você tinha algum contato, contato de ouvir falar do Eric Sachs?

N.M. – Bastante. Muito.

D.P. – Tem um aluno meu que fez uma tese sobre ele. Depois eu te passo. É bem interessante. Mas você conhecia esse personagem, na época?

N.M. – Conhecia. Muitas vezes... Estive dezenas de vezes aqui no Rio para falar com ele.

D.P. – Era o quê, um certo mito, o Eric? Tinha uma aura...?

N.M. – O Ernesto Martins era... Cada grupo fazia o seu... tinha que ter o seu ícone. E o nosso, os dois eram: o Ernesto Martins (Eric Sachs) e o Raul Villa, que era o Eder Sader. Tinha muita gente interessante, mas os dois eram as grandes referências de história, de intelectuais.



D.P. – Porque a vida dele é um mistério, também. Ele tem uma trajetória tão... o Eric Sachs.

N.M. – Eu tive muito contato com ele. Bastante contato.

D.P. – Ah, é?

N.M. – Bastante. Vinha muito aqui.

D.P. – Se o Lucas souber...

N.M. – Acho que o Partidão difundia que ele podia ser um agente infiltrado. Não tinha nada a ver. Era um absurdo isso. Mas na época se usava muito isso, aquela... acusar trotskistas dissidentes.

D.P. – Para queimar.

N.M. – De queimar.

D.P. – Para queimar a pessoa.

N.M. – E como ele tinha uma história também diferente, vinha... da trajetória dele, então havia... Eles usavam muito os segredos da trajetória dele para queimá-lo. Mas eu fiquei na Bahia um período, uns nove meses. Nesse meio tempo, o POC se dividiu. Em uma reunião no Rio Grande do Sul, em Tramandaí, aí um grupo do POC aderiu à luta armada, através de uma experiência do ERP, da Argentina, um grupo de orientação trotskista, então, saiu e formou o POC-Combate. Então teve uma nova divisão. Aí nós voltamos a chamar Polop. Chamou OCML-PO, sempre na linha obreirista.

D.P. – Sempre resistindo a...

N.M. – É. Aí muita gente saiu do país. Muita gente saiu. Porque o ano de 1969 já foi uma repressão muito forte, muito cerco [inaudível] por todos os lados.

A.S. – E aí você já tinha voltado para Minas?

N.M. – Não.

A.S. – Ainda estava lá na Bahia?

N.M. – Minas, eu nem passava por perto. Só pela estrada, em ônibus, indo da Bahia para São Paulo, para as reuniões. Eu era um dirigente da Polop, da OCML-PO. Fiquei na Bahia aqueles nove meses. Depois nós resolvemos... Teve o racha da Polop, muita gente presa, e juntamos, para não... Pouca gente sabia disso. Na verdade, tinham só... Tinham umas 300 pessoas, digamos, que sobraram. Aí nós falamos: “Bem, nós vamos enfrentar um período... Não sabemos o quanto de resistência”. E nós tínhamos a crítica à luta armada, a gente achava que... Não crítica... A gente também defendia uma luta armada, em outros contextos, mas achava que era inoportuno e que ia sofrer uma derrota grave, que a correlação de forças era muito desfavorável e que, ao invés de ir para o embate total, nós devíamos dar uma recuada organizada. Aí nós nos separamos em polos proletários: em Pernambuco, na Bahia, São Paulo, Minas, Rio. Deslocamos nossas militâncias para esses locais, para onde tinha aquela classe operária inteiramente separada dos meios de produção. Não aquela velha classe operária, anterior a 1964, dos gráficos, dos transportes, dos ferroviários, da tecelagem. A gente considerava a classe operária importante, mas a nova, que emergiu [inaudível] capitalista mais recente. Aí nós fomos, distribuímos. Eu era um dirigente. Uns não sabiam dos outros, não. Ficou um grupo no Rio de Janeiro, para atuar lá nas regiões de concentração de classe operária; em São Paulo, eu fui para o ABC, por exemplo, outros foram para Guarulhos, outros para Osasco, outros para a Zona Sul de São Paulo; na Bahia, tinha o Centro Industrial de Aratu...

D.P. – Nessa altura, você não tinha se formado, não é? Você não conseguiu acabar seu curso. Ou conseguiu?

N.M. – Não, eu saí. Com o AI-5, **entrei na** clandestinidade...

D.P. – Largou a faculdade.

N.M. – Deixei. Com dois anos e pouco de curso, eu larguei aquilo lá. Todos largamos para trás aquilo. Era uma opção nossa. Aí eu fui para o ABC Paulista, fiquei lá uns dois anos, que, para nós, era o lugar que era... E concentramos ali quadros...

D.P. – Mas você ficou integrado na produção? Ou só...?

N.M. – Não.

D.P. – Não. Morando num bairro operário...

N.M. – Porque nós não tínhamos, naquele momento... Depois, alguns anos depois, nós conseguimos produzir documentação para as pessoas poderem refazer as... entrar na produção. Naqueles anos de 1969, 1970 e 1971, a gente ainda não tinha esse domínio.

D.P. – Você estava sem documento, não é? Ou você tinha [inaudível] fajuta...?

N.M. – Documento, a gente pegava... Na Bahia, eu peguei documentos perdidos, num jornal. Os jornais... “Ah, eu perdi meu documento.” “Olha nessa caixa aí.” Você selecionava alguns, ia botando no bolso e usava para depois refazer os documentos. Mas era muito precário, não dava para trabalhar. E, também, nós tínhamos um grupo de dirigentes que a gente não trabalhava e ficava por conta... Eram profissionais do grupo. Mas eu queria, o máximo possível, trabalhar na produção, integrar – a política era essa –, e fazer o que se chamava luta legal, para opor à luta armada, quer dizer, mostrar um recuo, recuar junto à classe operária e ficar ali esperando que aconteça... a correlação de forças mudar, a conjuntura mudar. Essa era a nossa linha, da PO. Fiquei... Aí, em 1972, fui preso novamente.

D.P. – Em São Paulo?

N.M. – Em São Paulo.

D.P. – Nossa! Aí...

N.M. – A minha prisão foi comandada pelo Sérgio Fleury, fui para o Dops do [Largo] General Osório. Esse processo de tortura todo foi no Dops, o principal. Porque foi ele... Quando ele prendia, ele era o dono. Fiquei ali 40 dias, no Dops, mais ou menos, naquele período forte. Fui várias vezes no DOI-Codi, mas ia e voltava para o Dops. Fui preso dia 1º de maio de 1972. Que gozado, não é? Fui preso em 30 de abril de 1968 e em 1º de maio... Quase a mesma data.

D.P. – Como é a sua queda? Você caiu por quê? Foi preso como? Aonde?

N.M. – Eu tinha ido a... Tinha havido umas prisões... Cada... Não tinha semana, mês que não tivesse prisão em algum lugar. Eu tinha que de certo modo acompanhar, para prever se tinha desdobramentos. E para onde, para cercar, para impedir a propagação, a contaminação das quedas. Tinha havido umas prisões na Bahia e, como eu conhecia muita gente na Bahia, eu fui fazer um levantamento de quais... da abrangência das quedas. Na época, não tinha celular; a dificuldade de comunicação era enorme; telefones fixos... Era muito difícil.

D.P. – Tudo censurado, não é?

N.M. – Quando eu voltei... Eu cheguei no dia 1º de maio. No Largo do Arouche, tinha aquele ponto de chegada: um companheiro vai, para dizer [que] “está tudo bem; na sua ausência, tranquilo, não aconteceu nada”, ou [dizer que] aconteceu alguma coisa. E, no ponto, o cara me falou, o rapaz que foi me encontrar falou: “Minha mulher foi presa, eu acho, porque ela saiu para uma reunião e não voltou. E, desgraçadamente, eu estava muito gripado, eu dormi cedo e só de manhã que eu notei que ela não voltou”. Quer dizer, ele tinha perdido uma noite. Ele falou: “Lá em casa tem documentos da direção do grupo, documentos manuscritos, livros de registro”. Então era um material perigosíssimo, porque... Aí nós resolvemos ir lá tirar o material, porque era um material muito pesado, eles podiam... Já tinha um grupo que tinha sido preso em outubro de 1971. E, de posse daquele material... Era uma orientação para a

tortura, para... quem são aquelas pessoas e tudo. “O nosso material não pode, em hipótese nenhuma...” Fomos lá tirar. Demoramos para tirar, porque não estava... O material não era catalogado, ficava... Não sabia o que você estava tirando. Tinha muito material. Aí chegou... A menina que morava nesse lugar, nesse aparelho, a Sueli, ela esperou... praticamente segurou 24 horas sem falar o endereço dela. Quando falou, jamais imaginou que ia ter gente lá, ainda mais eu, que era uma pessoa de referência maior no grupo. Ela ficou, coitada... Fiquei até com pena dela depois, passado o tempo. Bem, fui para o Dops e, daí para frente, a história é comum a todos, a você, a mim, a todos. Aí fui para o Presídio Tiradentes, em junho de 1972. O Tiradentes era uma festa, porque aqueles quadros dos outros... de tudo quanto é grupo, que você conhecia de documentos, da mitologia criada em torno, todo mundo ali. Para nós era quase um sonho, estar no Tiradentes. O Tiradentes tinha uma gaiola... Você não passou lá, não?

D.P. – Não, não. Porque eu fui presa no Rio...

N.M. – Você ficou no Rio?

D.P. – ...e depois fui para Pernambuco, mas já fui no final.

N.M. – Você já ficou por aí.

D.P. – Eu fiquei aqui.

N.M. – Então, lá, tinha uma gaiola gigante no pátio, que separava os dois pavilhões. Havia o Pavilhão 2 e a Torre das Donzelas, que a gente não via, que era onde ficava a Dilma, inclusive, de novo. A gente, sempre colega. De alguma maneira, sempre colega. E a gente tomava sol naquele lugar ali, andando para lá e para cá. Era uma hora de sol, tinha que andar bastante. Então as conversas eram peripatéticas. Você marcava ponto. Você, para conversar com determinada pessoa que você queria conhecer, de outro grupo, que, na clandestinidade, você nunca tinha... O melhor lugar para discutir política no Brasil eram as prisões, porque não tinha o perigo de ser preso; estava todo mundo lá; muito material chegava, clandestinamente...

D.P. – Escola de formação de quadros.

N.M. – Escola de formação.

D.P. – As prisões foram escolas de formação de quadros.

N.M. – Andava para lá e para cá, freneticamente.

D.P. – Fora os que entraram ali, alguns que aderiram.

N.M. – É.

D.P. – Em 1935, o pessoal conta muito isso...

N.M. – Era frenético. Você marcava o ponto para a semana seguinte. Você agendava com os diversos grupos: “Olha, precisamos conversar. Eu sou da Polop, eu preciso...”. Tinha a nossa cela da Polop, a cela da Ala Vermelha, da VAR-Palmares, do pessoal da VPR, do PCdoB, dos variados grupos. Então a gente agendava aquele ativismo, lá dentro. Aí o presídio foi demolido, para fazer a estação do metrô Tiradentes, e fomos para o Carandiru, que... em 1973. Fiquei lá um ano. No Carandiru tinha uma divisão, os bunda-dura e os bunda-mole. Bunda-mole era quem não era da luta armada ou que tinha saído da luta armada. O Paulo Vannuchi era a ligação entre os dois grupos. O Paulo é... Porque era muito hostil: o pessoal não se misturava com os bunda-mole. Eu não era da luta armada, então, para mim...

D.P. – Fazia parte dos bunda-mole.

N.M. – Já era da história da...

D.P. – E Paulo fazia a intermediação?

N.M. – Fazia. Ele era a pessoa que fazia o laço, que conversava com a turma. No Pavilhão 5, a metade da ala eram os bunda-mole e a outra metade, os bunda-dura lá. Mas eu, de minha parte, eu procurava fazer contatos com todos que eu pudesse de lá, também. Mas eles resistiam também. Eles tinham um pouco de veto de conversar conosco. Dali eu fui para o Presídio do Hipódromo, fiquei lá uns seis meses; depois fui transferido para Juiz de Fora, para o último ano, para o terceiro ano. Fiquei três anos e um mês, nesse período. Fui condenado a seis anos e quatro meses, mas, naqueles arranjos, unificação de pena, recursos... Cumpri integralmente: cumpri três anos e um mês.

A.S. – Mas aí você estava sendo processado à revelia. E aí foram dois processos diferentes?

N.M. – Quatro processos.

A.S. – Quatro processos.

N.M. – É incrível, porque todos eram a mesma coisa: organização ilegal; pregar a luta de classes; pregar não sei o quê... Não tinha nada... Era uma propaganda, era... Porque não tínhamos ações armadas.

A.S. – Eram várias Leis de Segurança Nacional, não é?

N.M. – Nós não tínhamos ações...

A.S. – Eram várias Leis de Segurança Nacional, não é?

N.M. – É.

A.S. – Possivelmente, você foi, inicialmente, acusado na de 1967; aí, depois, a de 1969...

N.M. – Exatamente.

A.S. – ...com penas mais altas.

N.M. – Exatamente. Começou de um... Eu tive duas condenações pelo POC, em Minas e em São Paulo, e duas pela PO, em São Paulo, na 1ª e 2ª Auditoria, na Brigadeiro Luis Antônio, ali na Auditoria Militar. E em Linhares, eu fiquei um ano. Fiquei com o Gilney.

D.P. – Linhares é uma barra, não é? Linhares, como presídio, é muito duro, não é?

N.M. – Sabe, para mim, de certa maneira, eu gostei de ter ido para Linhares. Por quê? Porque, para mim, o pesadelo era ficar em São Paulo. Cada vez que era preso alguém, eu voltava no DOI-Codi, voltava no Dops, cada vez que prendia alguém do seu grupo. Então eu estava sempre... Quando eu fui para Minas, era como se tivesse... “Voltei para Minas, finalmente, depois de tanto tempo.” Era um presídio meio rural, na época. Linhares... O Gilney deve ter contado como que era.

A.S. – Mas fala para a gente um pouquinho das suas impressões.

N.M. – A ida foi bem... Porque... Eu estava no Hipódromo, o carcereiro chegou e falou: “Olha, Nilmário Miranda, Nelson **Bargas** Martinez, Antônio Pereira Filho e Monir Tahan Sab vão ser transferidos”. [Inaudível]. “Para onde?” Não se falava, não é? Ninguém dizia para onde. Aí você faz aquela... doa todo o seu materialzinho, fala: “Não sei para onde que está levando”. E nós entramos num carro fechado...

D.P. – Num camburão?

N.M. – No camburão, um camburão com aquela parte de trás toda fechada. Estava frio em São Paulo, no mês de junho de 1974, um frio danado, e nós todos com aquelas roupas de frio, e algema na lataria, na lanternagem. E começou a fazer calor no caminho, e a viagem não acabava. [Inaudível]. Um vomita, porque tinha um cheiro de gasolina que vinha, um cheiro muito forte. Um deles, o Barbosinha, que era baixinho, que era PCdoB, vomitou ali. De tarde, chegamos num lugar, começamos a chutar a porta e a fazer barulho, sufocados lá dentro. Com muito calor. E não podia tirar a roupa, porque estava...



D.P. – Algemado.

N.M. – Como é que ia tirar? Aí, quando abriu que eu fiquei sabendo que estava em Juiz de Fora.

D.P. – E era impressionante porque, como não tinha cinto de segurança, você achava que ia cair. Aquele negócio, aquele... Esse trauma, para mim, da trepidação...

N.M. – Nós éramos quatro, aí não tinha jeito. Porque quatro, apertadinhos ali, todos grandes... O Nelson Martinez era grandão; o Monir também. O Monir tinha um tiro na garganta. Ele foi... Ao ser preso, levou um tiro na garganta. Ele também... E eu, também, não era pequenino. O Barbosinha que era pequenininho, lá. Era um baixinho. Aí que nós soubemos. Lá pelo fim...

D.P. – Aí vocês chutavam... Aí abriram a porta, finalmente? Não, vocês chegaram...

N.M. – Nós chutamos, eles abriram a porta. “Onde é que nós estamos, aqui?” “Na 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, e não sei o quê.”

D.P. – Ah! Vocês já tinham chegado, a essa altura?

N.M. – É.

D.P. – Então viajaram...

N.M. – Sete horas de viagem.

D.P. – Não parou um minuto?

N.M. – Nem parou, nada. Nem água.

D.P. – Nem água?

N.M. – Nem água. Um calor infernal! E o vômito, e aquele negócio. Mas aí eu e o Monir fomos para Linhares. Eles falaram: “Olha, Monir e Nilmário Miranda vão para o presídio de Linhares, e os outros dois vão ser interrogados na 4ª Região”, e depois voltariam para São Paulo, o Barbosinha (Antônio Barbosa Neto) e o Nelson **Bargas** Martinez, porque tinham processos lá. Iam responder processo. Aí para mim foi interessante, porque eu cheguei de noite, fui para uma... Porque você vai para uma triagem, antes de misturar com os outros, na ala superior, e eu ouvindo aquele sotaque de mineiro, bem caipira mesmo, os soldados da guarda de murada conversando. Aí vem uma canequinha de lata, de folha, como a gente chamava, um café adoçado com rapadura, um pão seco. Mas café com rapadura, onde é que...? Eu já tinha me esquecido dessas coisas, aquele sotaque dos guardas... Ficava umas 72 horas; depois você é misturado. E eles tentaram me ganhar para... “Fica na Galeria B, aqui é melhor. Quem sabe, você sai mais rápido, pode ter uma condicional?”. Porque eu pedi transferência para os presos... para a Galeria C, o Pavilhão dos Cancerosos, que eram os terroristas. Lá que estava o Gilney, os terroristas.

D.P. – Você pediu para ir para lá, para Galeria C?

N.M. – Nós todos. Nós, o grupo que estava ali. Tinham uns presos lá já, uns jovens da AP, e eu e Monir, nós queríamos... “Não, fica aqui.” Veio um major. “Se você ficar aqui, quem sabe, nós podemos negociar...”

D.P. – Esse B que eles... Eles queriam deixar você em qual?

N.M. – Na Galeria B.

D.P. – E esse tinha presos políticos, mas mais leves?

N.M. – Não. Presos comuns.

D.P. – Ah, só comuns.

N.M. – Tinha um grupo de presos políticos... Eu falei: “Não, nós queremos ir para lá. Já estou preso há dois anos e meio quase, então, quero ficar onde... com a nossa turma”. Aí eles forjaram lá uma indisciplina, para primeiro castigar, ficar 15 dias de castigo numa cela isolada, depois transferiu...

D.P. – Você ficou 15 dias nessa cela isolada?

N.M. – É. Depois transferiu para a Galeria C, que eram os terroristas. Terrorista... Um monte de gente. Tinha luta armada, tinha não luta armada, mas eram os terroristas que faziam as greves de fome, tinha movimentação permanente. Daí, saí em 1975. Nós não percebemos a mudança de... Eu tive um episódio, também, que me abalou muito. No fim de 1974, em novembro de 1974, teve aquela eleição que nos pegou de surpresa... A gente tinha um rádio de pilha de uma faixa só. A gente só podia ter uma faixa. O diretor não permitia que tivesse duas faixas, para não ouvir de fora, de Moscou ou de Havana. Então era um radinho de pilha de uma faixa. E só tinham duas emissoras, em Juiz de Fora, a Difusora e a Industrial, uma era o sete e a outra era o dez. [Quando] tinha uma música interessante, você gritava do corredor: “Olha o sete!”. Era só sintonizar no sete, era uma música legal. “Olha o dez!” Aí todo mundo falou na mesma hora: “Olha o sete! Olha o dez!” Porque começou uma pessoa falando: “A ditadura, a tortura...” “O que é isso?! O que aconteceu?!” Nós todos não entendemos nada. Era o Zezé Feres – era MDB, mas era ligado ao Partidão –, que era presidente do MDB em Juiz de Fora, começando aquela coisa pelo rádio. A gente não sabia que ia ter, também. Ali era muito isolado. Eu, em um ano, tive três visitas. Em Juiz de Fora, você não tinha...

D.P. – Em um ano, você teve três visitas?

N.M. – E aí... “Olha o sete! Olha...” No dia seguinte foi aquela... “Que diabo está acontecendo?!” Tinha um carcereiro que era do MDB, ele falou: “Não, tem o horário gratuito...” Porque, em 1974... “Nosso prefeito, Itamar Franco, renunciou à prefeitura para sair candidato ao Senado.” “Esse homem é louco! MDB?” Cassavam os mandatos de todo mundo, não é? Então a gente acompanhava pouco a conjuntura, a verdade é essa, nós todos.

D.P. – Entrava jornal, em Linhares?

N.M. – Entrava... Além da censura que existia, o *Jornal do Brasil* – porque Juiz de Fora era mais Rio – vinha todo picotado. O próprio diretor fazia a censura dele.

D.P. – Cortava à tesoura, não é?

N.M. – Cortava tudo. Quem dava notícia era a companheira do Gilney, a Efigênia, porque ela visitava. Ela que levava material para vender, de artesanato, e trazia notícia de família, de advogado. Até advogado não era muito comum lá.

A.S. – E correspondência? Você trocava muitas cartas?

N.M. – Tinha. Mas passava tudo pela Auditoria, elas todas, para receber e para sair. Eu levava meses para receber... um mês para receber uma... Porque ficava lá, alguém deixava lá para...

D.P. – As cartas vinham até cortadas, não é?

N.M. – É.

D.P. – Eu lembro, minha mãe escrevia, eles cortavam no meio, assim.

N.M. – Cortavam. Aí, quando eu saí, em 1975... Ah, sim! Em 1974, aí passou a eleição, aquela derrota da Arena: dezesseis [senadores do MDB eleitos], inclusive o Itamar Franco... Acompanhamos pelo rádio, nos horários de propaganda. Aí eu estava lá em novembro, estava esperando a unificação de pena pelo STM para reduzir minha prisão... Porque...

D.P. – Quem era seu advogado?

N.M. – Tinham vários: tinha o Afonso, que era o principal, e o irmão do Monir, que era o Fahid Tahan Sab. Em Brasília, era a Beth Diniz, a Elizabeth Diniz, na segunda instância.

D.P. – Sua família te dava apoio, seu pai, sua mãe?

N.M. – Minha família tinha pouco dinheiro. Eles estavam morando na Bahia, nesse momento. Eles tinham saído de Teófilo Otoni para Salvador. Eu tinha um outro irmão que ficou preso, também, que foi o Oldack Miranda, que era da AP. Passou um período. Foi condenado. Também em Linhares, antes de eu chegar. E teve um outro que teve uma prisão rápida aqui no Rio, que veio... Militava aqui no Rio, teve uma prisão, também. Então teve uma época que estava... Eles iam de ônibus. Minha mãe saía de Salvador, de ônibus, para vir me visitar no Carandiru, por exemplo. Não dava para vir em Linhares. Quando eu vim para Linhares, não dava para vir. Então, por isso que ela... Família, vieram irmãos, vieram me visitar em Linhares, naquele um ano. Pai e mãe não vieram, porque era muito custoso, muito caro e muito... chegar lá. E o que você...?

D.P. – Eu perguntei sobre...

A.S. – Você estava falando sobre o resultado das eleições.

N.M. – Sim, aí acabou a eleição...

D.P. – Você disse que teve um trauma.

N.M. – Eu estava aguardando a notícia...

A.S. – A comunicação...

N.M. – Quatro e meia era o almoço; cinco horas fechavam as celas. Eram celas individuais. Depois das cinco, chegou... me chamando. Todo mundo achou que era a notícia do STM, da unificação de pena, e que eu sairia. Eu estava com dois anos e sete meses de prisão, na época, [inaudível] seis meses. Aí eu descí, de chinelo – eu fumava –, com uma camisa sem gola que tinha um bolso... dois bolsos aqui, assim, com um cigarrinho, para ir lá ver, para receber a notícia, todo animado, passando pelas celas, e todo mundo: “Eh! Chegou! Deve ter chegado o seu, hein?!”. Chego lá embaixo, eu vi uns caras com metralhadora, uma viatura, eu falei:

“Tem alguma coisa estranha. Tem alguma coisa errada aqui”. Aí, depois, [inaudível] um capuz... Foi praticamente um sequestro. Me levaram para um local que eu não sei qual, dentro de Juiz de Fora – deve ser um... Um similar de um DOI-Codi. E tinham uns caras... Eles me interrogando sobre uma companheira que eu teria antes de ser preso. Eu já estava há dois anos e meio preso. Você vê que o interrogatório... Eu percebi assim: “Eles estão fazendo um simulacro aqui, fazendo um teatro”. Obviamente, o que eles me perguntavam, eu negava. Aí, depois, os que estavam no fundo falaram: “Está vendo? Eu falei para vocês, ele não vai falar”. E aí me puseram no carro do DOI-Codi de São Paulo, direto.

D.P. – Para São Paulo?

N.M. – São Paulo.

D.P. – Aquela mesma viagem? Quantas horas? A mesma coisa: sete horas...

N.M. – É.

D.P. – Nossa mãe!

N.M. – [Inaudível] fechado. E chega lá, vai direto para a sala de tortura. Nó! Você pensa que já está saindo da prisão... Imagina! Aí o... Eles estavam loucos. Loucos. Por causa da derrota eleitoral deles, os porões estavam indignados com o Geisel e o Golbery, fazendo prisão em massa, de gente. No meu caso, eu demorei a saber o que era. Em Santo André, tinha um cara do Molipo que me conheceu e conheceu uma companheira que era minha esposa, uma pessoa também clandestina. A gente não tinha uma vida legal, mas... Maria, que era uma moça bem jovem. Daqueles casamentos arranjados, para montar aparelho, não é? Aí o cara falou: “Ele é casado com fulana, e essa fulana conhece dois gráficos”. Eles estavam caçando a gráfica da *Voz Operária*, para provar as ligações dos comunistas com o MDB. Era uma estratégia dos porões pós-eleição, logo no pós-eleição. Aí que eu comecei a entender por que eles tinham me levado para lá e para quê. Porque, se eu tinha uma mulher... Imagina! Uma mulher era uma informação importante para eles. Eu falei: “Não, não é minha mulher... aqueles arranjados... Só sei que é Maria. Não sei o nome dela. E do gráfico, não sei nada desse

gráfico”. Até sabia quem era, mas não tinha nada a ver com o que eles queriam, não. Era um gráfico e seu filho, que eram antigos militantes, o gráfico e o filho. Fiquei lá onze dias. Aí... Nossa Senhora! Quando eu voltei para... Notícia zero. Ninguém sabia, em Linhares, para onde que eu estava; o advogado não sabia...

D.P. – Esse retorno é a pior coisa que tem, não é? O retorno é pior do que...

N.M. – Pois é. Onze dias sem... É para... Você está dentro da prisão e é sequestrado, praticamente! Aí, quando eu saí da prisão, fiquei um pouco...

D.P. – Aí você foi... Aí, do DOI-CODI, trouxeram você para Linhares de novo.

N.M. – Para Linhares de novo. Aí acabei de cumprir a pena. Acabou no ano seguinte, aí eu...

D.P. – A mesma coisa: aquela viagem horrorosa...

N.M. – É.

D.P. – Quando você chegou lá, os companheiros ficaram...

N.M. – É. Não, aí eu fiquei até... Quando terminou a pena, foi em junho de 1975, no ano seguinte, aí eu fui... Eu falei: “Puxa! Eu não quero ficar à mão para esse povo do DOI-Codi de São Paulo [**inaudível**] me levar e...”. Aí eu tive um encontro com o João Batista Mares Guia e com o Fernando Pimentel, que já estavam... O Mares Guia tinha estado no Chile e voltou e estava em vida legal; o Pimentel tinha sido preso, pelo VPR, no Rio Grande do Sul, ficou uns anos preso lá, cumpriu prisão albergue em Belo Horizonte e já estava solto. O pai dele tinha uma rede de lojas, ele foi participar da loja. Estudou economia... Aí eles dois falaram: “O que você vai fazer da vida?”. Eu falei: “Ah! Eu vou para um lugar bem longe, bem longe”.

D.P. – Espera aí. Isso, você saiu da prisão com essa junção das penas?

N.M. – É. Eu voltei para Teófilo Otoni, para tirar os documentos, começar do zero, recompor minha vida: tirar a Certidão de Nascimento...

D.P. – Mas como foi o dia da sua [saída da] prisão? Seu advogado chegou lá, os caras chegaram... Como foi o dia da sua soltura, da sua liberdade?

N.M. – Da soltura? Ah! Folclore puro. Porque foi uma menina de Teófilo Otoni, minha amiga, que foi me buscar, num Fusquinha, lá em Juiz de Fora, para me levar...

[FINAL DO ARQUIVO I]

N.M. – Muito bem. Aí eu fui para a minha cidade de Teófilo Otoni para tirar documentos, preparar para a minha volta. Eu não sabia fazer nada. Eu entrei para a clandestinidade, eu tinha 18 anos; saí da prisão com 28, então, não tinha profissão, não tinha... não concluí curso. Literalmente, nada. Eu não sabia o que fazer da vida e não queria ficar muito à mão do DOI-Codi, por causa daquele trauma de novembro de 1974. Aí eu tive um encontro com o Fernando Pimentel e o João Batista Mares Guia e eles falaram: “Olha, Nilmário, não se preocupa com isso, não”. Eu queria morar longe. Vida legal, mas longe: em Pernambuco, Bahia, um lugar assim, que eu não ficasse fácil para o... cada 1º de maio, o DOI-Codi ir lá me buscar; cada prisão, ir me buscar. Eu me desliguei da Polop na prisão. Aliás, a história, também vale a pena contar. Em Linhares, tinha eu pela Polop, fulano da VAR-Palmares, fulano da AP, fulano da Corrente, fulano da Ala Vermelha. Todos os grupos se representavam ali. E um dia eu recebi uma notícia, através do advogado: “Olha, o pessoal do seu grupo lá da PO mandou avisar, é voto nulo, é voto nulo de novo”. Votava nulo em 1965, em 1966, 1968, 1970 e 1972. Em 1974, nós nos reunimos em Linhares e, por unanimidade, 33 presos – exceto um –, decidimos fazer o apoio crítico ao MDB, exatamente porque... Aquele negócio do rádio. “Ué, gente, tem uma mudança aí. Agora tem um espaço. Vamos fazer apoio crítico.” Fizemos um documento, mandamos para os DCEs, mandamos para aonde a gente podia mandar, tudo por vias clandestinas. E chega a orientação: “É voto nulo”. Aí eu falei: “Não.” Aí eu juntei o coletivo e falei: “Olha, pessoal, recebi uma informação da Polop que é para manter voto nulo, e eu discordo. Então, quero comunicar que, a partir de hoje, eu não falo mais pela PO aqui dentro, porque eu vou... estou com o que nós construímos



aqui, do voto crítico”. Ou seja, eu entrei na Polop para votar nulo e saí para não votar nulo, vários anos depois, nove anos depois.

D.P. – Muito bom.

N.M. – Porque aí eu falei: “Não, está equivocado”. Para mim, foi importante isso porque Linhares ficava muito longe, não tinha contato com a organização. Tiradentes tinha e no Carandiru, muito contato, e Hipódromo, muito contato, sempre tinha gente da Polop preso junto, tinha visita, advogado, tinha fluxo de informação. Lá, eu perdi. Fiquei um ano. Nesse um ano, também, eu refleti sobre a minha experiência até então. Então, ali, eu praticamente formei um outro juízo, eu falei: “Olha, não vai dar certo essa... esses pequenos grupos autointitulados vanguarda, essa divisão infinita que nunca cessa, por fatores que não estão vinculados à luta real da sociedade, às demandas reais...”. Já comecei a elaborar uma coisa diferente. E aí, no Carandiru, eu também tive contato com um jornal de Pinheiros, que era um jornal gratuito chamado *Jornal de Shopping*, [inaudível] que... distribuído gratuitamente, mantido por publicidade. Eu não conhecia esse tipo de jornal. Porque nós viemos daquele do leninismo: jornal é o organizador coletivo; falou em esquerda, falou em jornal. Então comecei a elaborar a ideia de um jornal popular, quando saísse da prisão. Então falei isso para o Mares Guia e para o Fernando Pimentel. Eu falei: “Olha, mas eu não quero ficar aqui, não, porque aqui é muito fácil para o DOI-Codi pegar e tudo”. “Não, houve uma disputa no interior da ditadura, está havendo uma abertura. Controlada, mas está havendo. Fica aqui mesmo em Belo Horizonte, porque, aqui, a universidade está acolhendo, aceita a volta dos que foram excluídos naquele período, que também te ajuda, a você... Porque não tem nada, não tem documento, não tem profissão, não tem nem por onde... E ajudamos você a fazer o projeto do jornal”. Aí eu decidi voltar para Belo Horizonte. Minha família... Tinha cinco irmãos em Salvador, tinha meu pai, minha mãe e dois irmãos em Teófilo Otoni, e eu... três irmãos em Teófilo Otoni, e eu em Belo Horizonte, sozinho. Por isso eu optei por ficar lá, para isso, para montar o jornal, retomar minha história de... com a classe operária, em 1968, 1967 e 1966. E aí eu fui para Belo Horizonte, voltei para a universidade, a universidade me acolheu...

A.D. – Para o curso de ciências econômicas, mesmo?

N.M. – Só que aí não voltei para as ciências econômicas. Como eu queria montar um jornal, fui para o jornalismo.

A.D. – E pôde fazer essa transferência?

N.M. – Pôde. Porque aí eu comecei do zero. Só valeu o vestibular. O já feito ficou desconsiderado, porque não coincidia com o currículo do jornalismo. Fui fazer jornalismo, por essa única razão, porque eu ia... Nós íamos montar um jornal popular, o *Jornal dos Bairros*, uma experiência fantástica!

D.P. – *Jornal dos Bairros*?

N.M. – *Jornal dos Bairros*. Na região proletária do Barreiro, onde tinha a Mannesmann, que foi minha primeira prisão; em Contagem, que era um centro industrial, o mais importante do estado; Betim, que já tinha a Fiat, que estava começando a cadeia produtiva enorme. Ali para a região. Montamos um jornal gratuito, popular, [inaudível].

D.P. – Isso foi você...? Você, Pimentel...? Era um grupo? O Pimentel participava também?

N.M. – O Pimentel apoiava. Ele estava tomando conta da loja do pai. Revelou-se um bom empresário. E o Mares Guia era professor da universidade, apoiava, mas ele estava no *Em Tempo*. Estava saindo do *Movimento* para fundar o *Em Tempo*. Era uma outra coisa. Mas apoiou. Eles ficaram entusiasmados com o nosso projeto. Juntamos uma centena...

D.P. – Como era o nome do jornal mesmo?

N.M. – [*Jornal*] dos Bairros.

D.P. – *Dos Bairros*.

N.M. – Aí ficou sete anos. Era tudo que eu pensei na cadeia: mudar a linguagem; aprender com o povo; caminhar junto com a população; não levar fórmulas prontas, aquele negócio de receitinha...

A.D. – E qual era o conteúdo? Era a política nacional?

N.M. – Era popular. Bairro. Então a gente introduziu o nacional, mas a partir...

D.P. – Gratuito? Distribuído, Nilmário?

N.M. – Gratuito. Depois passou a cobrar uma coisa insignificante, quando os caminhos da publicidade foram fechando. E era uma maneira... Nós tínhamos 70 pessoas, mais ou menos, todos voluntários. Ninguém recebia um centavo. Eles ajudavam a manter o jornal, inclusive.

D.P. – E como é que você sobrevivia? Você estava trabalhando?

N.M. – Eu fui estudar... Eu casei com uma companheira... que é minha companheira... a Stael, que...

D.P. – E está até hoje com ela.

N.M. – Ela era professora da universidade, então ela tinha... autossustentada, e **com** duas meninas, crianças, bem pequenininhas. Então não dependia da coisa. Eu era o monitor do curso básico; depois, não sei o quê... Aí fundamos o jornal em 1976, quando começou efetivamente. Passei um período vendendo a assinatura do *Movimento*, virei o campeão nacional de assinatura de *Movimento* e ganhava uma comissão. Aí eu juntei um certo dinheiro e fiquei...

D.P. – Você morava junto com a sua companheira?

N.M. – É. Eu mantive o jornal, tinha um pequeno grupo que ficava quase por conta, e fazia esse negócio do jornal *Movimento*, fazia bicos, e ganhava como monitor de cursos, durante o

período de... Não tinha esse curso noturno, a gente não podia trabalhar e estudar. Eu queria estudar, queria ter o curso, queria ter o diploma, retomar a vida normal das pessoas.

D.P. – E na faculdade, nesse retorno, você militava **no movimento** estudantil? Ou você ficava mais quieto, até para se preservar?

N.M. – **Não queria** coisa nenhuma.

D.P. – Nada?

N.M. – Porque o curso básico era quase um curso de formação política. Eram pessoas bem organizadas, todas vinculadas ao movimento democrático, **[inaudível]** socialistas, que eram os professores. Tinha uma carga de... muito ligada... Por muitos anos. Minha mulher dava aula lá; o João Mares Guia dava aula lá; vários outros. E eu era um monitor que os professores botavam para... Eles achavam... Eu já era veterano, um cara antigo. Com 28 ou 29 anos, era considerado veteraníssimo por aquele pessoal, então, eles queriam que eu desse aula em tudo quanto é lugar, substituindo professores. Era o monitor predileto de todos. Daí eu me formei em jornalismo e...

D.P. – E você entrou no MDB, nessa época? Ou não?

N.M. – Não. E a gente... O jornal era um grupo.

D.P. – Como se fosse uma organização quase.

N.M. – É. Mas a gente acolheu gente de diversas áreas. Por exemplo, tinha gente do MR-8, tinha gente do PCdoB, tinha gente da Centelha, a, que era um grupo de orientação trotskista, e a maioria, que não era vinculada a grupos políticos, mas a esmagadora maioria. E muitos tinham passado pela esquerda, pela experiência... Tinham em comum isso, elaborar um novo método, nova teoria, nova... enfim.

D.P. – No corpo editorial, seu nome aparecia? Ou não?

N.M. – O jornal era vigiadíssimo.

D.P. – Era o quê?

N.M. – Vigiado.

D.P. – Mas vocês colocavam o nome? O jornal era vigiadíssimo...

N.M. – Era tudo legal, um jornal absolutamente legal, totalmente...

D.P. – Eu sei. Mas com o nome de vocês na...? O seu lá, dando a cara a tapa?

N.M. – É. Era assim, um jornal... A gente fugia da... Não parecia um jornal de esquerda. Não tinha... A gente levou quase dois anos para começar a falar da anistia, por exemplo. Falamos através dos trabalhadores que foram perseguidos, foram para presídio, passaram por prisões. A gente contava a anistia a partir da experiência dessa região, aonde tinha o maior movimento operário do país, em 1968, junto com Osasco. Então, lá, tinha um farto material para isso. E começamos a introduzir a política, as questões da... Mas o grupo se reunia, avaliava, estudava muito.

A.D. – Tinha boa aceitação, então...

N.M. – Ótima.

A.D. – ...com relação às pessoas para quem vocês distribuíam.

N.M. – Veio gente do Brasil inteiro visitar o *Jornal dos Bairros*. Vinha gente de Pernambuco, vinha gente do Pará, de São Paulo, para conhecer. Eles ficavam sabendo... “Ah, tem um jornal...” Da Bahia, ia muita gente; de Minas... iam para conhecer o que era aquilo.

D.P. – E vocês distribuíam como? Nas fábricas? O sistema de distribuição...?

N.M. – Distribuía nos bairros.

D.P. – Nas casas? Como era esse esquema?

N.M. – Era nas casas. Eram 64 bairros, que a gente cobria. O distribuidor alimentava uma rede e estimulava as pessoas a participarem de associações comunitárias, em lutas da favela ou do bairro, do transporte contra a poluição, que [inaudível] na época. Quando começaram as oposições sindicais, a gente buscava os trabalhadores – metalúrgicos, petroleiros, bancários, rodoviários, da construção civil – nos bairros. Quer dizer, já conhecia. Vinculava com a oposição, estimulava a sindicalização. Quer dizer, era [inaudível] interessantíssimo. E nós atraímos também... Um pessoal da DS montou o Centro de Estudos dos Trabalhadores, CET; o PCdoB montou uma organização, uma ONG – não chamava ONG, na época – ligada à educação popular; antigos operários montaram um Centro Cultura Operário... Com isso, surgiu um complexo de organizações ligadas... à volta da classe operária. Eu entrevistei o Lula em 1977, num Congresso Metalúrgico em Poços de Caldas, para o *Jornal dos Bairros*, quando eu o conheci, em 1977. E quando veio a formação do PT...

A.D. – Deixa só eu voltar um pouquinho, rapidinho?

N.M. – Sim.

A.D. – Antes de... Independente da maneira como vocês apresentavam o tema da anistia no jornal, via a situação dos trabalhadores etc., na faculdade, por exemplo, vocês discutiam um projeto de anistia?

N.M. – Claro! Nós... Tinha o Movimento Feminino pela Anistia, muita gente do jornal era dessa coisa; as mulheres de alguns... que não militavam no jornal, mas militavam na anistia. Isso era nós todos. Eu participava de coisa da anistia, mas a prioridade era o jornal. Na periferia, o assunto chegava lá de outra forma, porque as referências da anistia, para o movimento estudantil, para a universidade, eram totalmente diferentes da periferia afastada.

Eram dois mundos distintos. A gente procurava vincular os dois, criar uma ponte entre os dois.

D.P. – Qual era a tiragem?

N.M. – A gente participava muito... Eu fui... Minha mulher trabalhou de voluntária no jornal *Movimento*; a gente colaborava com o *Em Tempo*, também, colaborava fortemente com o *Em Tempo*. Então a gente participava dos movimentos: anistia, imprensa alternativa. Minha mulher era professora, então, tinha um vínculo com estudantes. Era professora do básico. O básico era a esquerda. A esquerda dava aula na universidade, no curso básico. Porque depois é que escolhia os cursos, não é?

D.P. – Nilmário, qual era a tiragem desse jornal? Variou, mas...

N.M. – Dez mil exemplares. Na época, era muita coisa, porque não havia hábito de leitura de jornais. Não tinha banca de jornal nesses lugares. Nosso povo não lia jornais. Eles se informavam por...

D.P. – Rádio, não é?

N.M. – ...rádio e programas policiais de televisão, noticiários locais de televisão. Era outra forma. Então nós desenvolvemos linguagem própria, para ver como é que o povo... como é que as pessoas vão habituar, quem não têm hábito de leitura. A gente pegava outro modo de aprender a linguagem.

A.D. – Era diário? Semanal?

N.M. – Não. Começou semanal; depois passou a quinzenal, porque foi quebrando, foi fechando, estreitando a... Quando ele foi virando esquerda, foi perdendo financiamento via publicidade. Porque esse tipo de jornal que nós nos baseamos, publicidade paga, ele é distribuído gratuitamente, mas esse modelo não deu certo e nós passamos a vender por um custo insignificante. Distribuíamos no comércio, nas fábricas, mas era sobretudo nas casas.

Então, cada... O distribuidor pegava **minha mulher** e fulano. **Tinha bairros** [inaudível]. Então eles ficavam conhecendo todo mundo: os líderes da creche, da Igreja, do movimento de transportes, os jovens que eram do grupo de jovens da Igreja, que estavam despertando para a política. Então, ali... As reuniões de pauta do jornal eram assembleias, a gente trazia gente de todos os bairros para... Foi uma experiência muito boa, muito interessante.

A.D. – E vocês ainda têm esses exemplares, como arquivo?

N.M. – Tenho. Ih! Já deu muitas teses, deu inúmeras pesquisas.

D.P. – Que legal!

N.M. – Até hoje, tem gente que pesquisa e volta lá atrás. Nós guardamos, evidentemente, os jornais, preservamos, para poder... E dali, também...

D.P. – Você tem todos?

N.M. – Tenho.

D.P. – Você, pessoalmente, tem guardado todos os números?

N.M. – Tenho.

D.P. – Que legal!

N.M. – Porque eu me formei em jornalismo em 1979... O nosso jornal também... No jornal, a gente dava respaldo às oposições sindicais. Nas oposições, era assim: eu fazia a parte de jornalismo, usando a estrutura do jornal; o Patrus Ananias fazia a parte de assistência jurídica para as oposições; e o Virgílio Guimarães, que era do Dieese, a parte econômica. Então, todas as oposições tinham três assessores. Porque a gente fazia o trabalho nos bairros, para fortalecer a oposição, e preparava o material de... E aí eu fui para a imprensa sindical; não trabalhei em redações.



D.P. – A essa altura, você era católico? Você militava em alguma coisa católica? Ou não?

N.M. – Não.

D.P. – Como era essa coisa religiosa?

N.M. – [**Inaudível**]. Mas, como as pastorais eram muito importantes na região industrial... Por exemplo, desde 1977, tem a missa no 1º de maio. Até hoje tem, todo 1º de maio, a missa operária, em que todos os padres vão, desde aquela época. Tinha a Pastoral da Juventude, que era... no *Jornal dos Bairros*, a Pastoral de Favelas, a Pastoral Operária; ali que surgiu o Grupo Consciência Negra; quando começou o negócio da poluição, que a gente chamava os grupos ligados à luta contra a poluição, tudo... E esse povo todo, quando nós resolvemos... Quando veio a anistia, nós fizemos logo a crítica da anistia: a anistia que a gente queria não era aquela. Desde o primeiro dia. A gente saudava a anistia, participava da recepção dos caras que chegavam... O Guido Rocha era irmão da mãe da minha mulher, da Stael, eu vim buscar no Rio, no dia que ele chegou. E a gente... Cada um que chegava, a gente participava da recepção e tal. O jornal já estava bem politizado. Por exemplo, nós convidamos o Miguel Arraes para passar uns dias conosco, quando chegou do exílio, ele visitou grupos nos bairros, nas diversas regiões.

D.P. – E ele foi? Miguel Arraes foi?

N.M. – Foi. O Arraes foi. Aquele jeito dele: você não entendia nada que ele falava, pela dicção horrível dele, mas foi. E Apolo chegou, vai para... Levava para contar a experiência do exílio.

D.P. – Apolo?

N.M. – É. Cada um que chegava, a gente...

D.P. – Porque Apolo, depois, vai dirigir um jornal, também. O Apolo vai ter uma importância lá grande, com... Depois.

N.M. – Isso é muito depois. É muito depois.

D.P. – Depois. Tem uma menina que fez até um trabalho sobre a história do... Como é o nome? É *Binômio*, não é? É o jornal *Binômio*, o dele, não é?

N.M. – Não. O *Binômio*... Chama-se *Manuelzão*. *Binômio* é o José Maria Rabelo, é outro grupo.

D.P. – *Manuelzão*.

N.M. – Aí nós fizemos a... Quando veio o PT, a anistia, a reorganização dos partidos, a gente... Por sinal, no dia 1º de maio de 1979, a Convergência Socialista distribuiu um manifesto pró-PT, na manifestação proibida. Saía da missa, fazia uma manifestação da Anampos, aquela articulação que depois deu origem à CUT, e dos sindicatos combativos e das oposições, na Praça do Trabalhador, que é perto do local, em Contagem, onde tinha a missa do 1º de maio. Aí chegou uma pessoa e falou: “Morreu o Fleury”. Sempre no 1º de maio, não é? Que gozado.

A.D. – Por isso que eu até anotei aqui. Eu ia te perguntar isso.

N.M. – Sempre no 1º de maio. E ele que me arreventou. Ele que... Nó! Aí foi aquela euforia, a morte do Fleury. Quando nós chegamos no jornal, o jornal tinha sido arrombado. Não sobrou nada, roubaram tudo. O jornal, o Centro de Estudos do Trabalho, o CCO, todas as organizações... as quatro organizações de esquerda que estavam ali... Durante a noite, alguém limpou tudo, não deixou nada. Tinha um telefone, aquelas máquinas antigas, aqueles móveis de segunda que a gente trabalhava ali, levou tudo, pelou o jornal. Ê 1º de maio danado, hem?! Nós temos um azar, nesse 1º de maio... Sorte e azar, no 1º de maio, porque era o dia da... Era o auge da demonstração de força da resistência e das articulações democráticas com base na classe operária, era o 1º de maio. Era um dia chave para nós. Mas aí nós resolvemos, nosso

grupo – era enorme, o grupo – resolveu aderir ao PT. Aderimos ao PT. Um pequeno grupo abriu, já começou a se pôr como PCdoB; uma parte, que é o MR-8, defendeu continuar no PMDB, quando acabou o MDB; e 95% resolveu ir para o PT, participar [inaudível] do PT. Aí nós fomos logo no comecinho, também. Daí para frente... Bem, aí já está chegando, não é?

D.P. – [Inaudível] nada.

A.D. – Mas antes...

N.M. – Eu trabalhei no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, porque a oposição ganhou, fiquei como jornalista... Ah, não! Antes disso, trabalhei no Sindicato dos Bancários, como jornalista. Ganhou um cara de oposição, aí eu fui... Mas aí teve uma greve, eles me demitiram. Fui logo demitido.

D.P. – Quer dizer, o *Jornal dos Bairros*, então, acaba dessa maneira?

N.M. – Não. Continuava. Mas como o *Jornal dos Bairros* era super vinculado às oposições e aos sindicatos, dava respaldo, ensinava a fazer jornais... Falava: “O sindicato pelego é dentista, médico e bolsa de estudo; o sindicato autêntico é economista, advogado de causas coletivas e imprensa”, com os caras que ganhavam. “Então, vamos...” E nós íamos, com a turma do *Jornal dos Bairros*, para passar informações, para orientar como fazer. Por exemplo, no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, eu fazia um boletim diário, o *Acorda peão*, que era distribuído...

D.P. – *Acorda peão*?

N.M. – É. Vinha lá... Notícias de dentro da fábrica: disputas lá, o chefe, sacanagens e tal. E tinha um jornal mensal, o *Solidariedade*, por causa do Solidarność, porque a gente estava... Achado que ali era uma referência do sindicalismo novo e tal, o Lech Walesa. A gente sabia lidar com... aprendeu, com o *Jornal dos Bairros*, a saber lidar com o cotidiano, como aproximar de um trabalhador, de seus interesses reais, a sua linguagem. Era uma espécie de incubadora de imprensas. Então eu trabalhei um pouco no Sindicato dos Bancários, houve

intervenção, fui demitido. Aí fui para o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, fiquei lá dois anos, que aí pegava a Fiat, FMB, empresas enormes, Krupp. Fiquei dois anos. Aí, quando foi em 1982, eu fui candidato a deputado federal pelo PT, na primeira eleição. E aí eu não fui eleito, mas tive uma votação muito boa e elegi um deputado estadual: João Batista Mares Guia. Ele me convidou para ser chefe de gabinete dele e para organizar o PT, que era quase todo cartorial, da primeira fase. Aí eu fiquei na... deixei a imprensa e fui trabalhar com ele. Fiquei dois anos. Aí ele saiu do PT, teve um racha, eu continuei. Eu fui eleito deputado estadual em 1986; depois, em 1990, federal; em 1994, federal; em 1998, federal.

A.D. – Foi um processo natural, esse de... Não vou dizer abandonar o jornalismo, mas, pelo menos temporariamente, ali, naquele momento, investir numa outra atuação profissional, como político, por exemplo?

N.M. – Não, porque... Na verdade, eu sempre fui da mesma... É a continuação da mesma coisa, de outro meio, de outra forma. Na verdade, sempre a política que organizava a minha vida, mesmo quando estava com outras atividades importantíssimas, inclusive de subsistência. Então não eram rupturas, não eram cortes. Tanto que eu virei assessor do deputado, mas não para a legislação, para o Legislativo; para ajudar a organizar... Viajei 200 e tantas cidades, reorganizando comissões provisórias, que eram, boa parte, eram cartoriais. Aí exigia x... Então você criava uma subcomissão com estudantes de Belo Horizonte, para atingir aquele número mínimo, sem o qual não funcionaria. Minha tarefa era fazer coisas reais em cada lugar, para ter aquele...

D.P. – Conseguir os filiados, não é?

N.M. – É. Dar consistência, mesmo, à coisa. E eu também sempre... Eu morava na região... continuei morando na região de Contagem, a região industrial. Então o *Jornal dos Bairros* foi até 1982, mas foi perdendo a vez dele por quê? Surgiu a imprensa sindical; tinha o *Em Tempo*; tinha o... Aí começaram a surgir jornal dos gays, das mulheres, os jornais de cultura alternativa, e a própria televisão e os jornais começaram a tratar de temas comunitários, o mesmo tema que deu origem ao *Jornal dos Bairros*, que criou uma referência tão forte no país todo de como lidar com a emergência das classes, o movimento popular urbano. Então

eles se apropriaram daquilo. É muito ágil, não é? Televisão e jornais diários falavam da mesma coisa que nós, do buraco, do ônibus, da poluição, da escola, da água que não tinha, da luz, daqueles problemas lá das periferias inchadas das cidades, essa urbanização perversa que teve no país, essa geração de metrópoles...

A.D. – Sem planejamento.

N.M. – Eles trabalhavam de outra maneira, trabalhavam... Aí já vinculando a vereadores, vinculando a outros caminhos.

D.P. – Mas você, em 1982, ainda vai para o Equador para fazer um curso sobre jornalismo. É isso? Como é essa sua viagem?

N.M. – Meu curso de jornalismo terminou em 1979, de 1976 a 1979. Aí eu fiz um curso de ciência política, de pós-graduação. Não escrevi tese, mas fiz o curso.

A.D. – Aonde que você fez?

N.M. – No Departamento de Ciência Política da UFMG, em 1980 e 1981. Em 1982...

D.P. – O que foi essa sua viagem para o Equador?

N.M. – Eu ia... Que gozado! Eu fui ao Equador, fiquei 40 dias no Ciespal – você sabe o que é isso –, que era uma coisa da ONU para comunicação. Fui fazer um curso para aprofundar nessa coisa da comunicação popular. Eu tinha um projeto: no dia que abrisse, nós íamos ter rádio, ia ter imprensa, jornal diário, ia ter editoras populares, no campo popular, da classe operária, que constituísse sua comunicação própria. Então estava investindo nisso. Tanto que, depois do *Jornal dos Bairros*, vem a Casa do Movimento Popular. Criamos uma instituição enorme, em Contagem, para formar lideranças e para abrigar um projeto de comunicação, uma editora. Nós tivemos, muitos anos, uma Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, que fazia as publicações dos jornais populares das oposições; imprimia os livros que... fora do circuito comercial; imprimia textos e tal. Continuamos, fomos adaptando, mas

sempre ligado à comunicação popular. Eu tinha esse foco mesmo na comunicação, para enfrentar essa mídia hegemônica lá nos meios que a gente lutava. Continuei morando em Contagem muitos anos, até a década de 1990. Aí teve um assalto em minha casa e eu mudei, por causa dos meus filhos.

D.P. – Até [a década de] 1990 você morou em Contagem?

N.M. – Morava em Contagem. Aí trabalhava na Assembleia, viajava, virei deputado, mas morava lá. Fui candidato a prefeito lá. Não tinha a menor chance, mas para acumular, para apresentar nossa proposta, independente de chance ou não de vitória. Aí, em **1992**, tive uma prisão lá, e foi aí que... Prisão! [corrigindo-se] Aí tive uma invasão da minha casa por bandidos lá, e as meninas eram muito pequenas, eu tinha um filho pequeno, foi muito traumatizante. Mudamos de lá e fomos para Belo Horizonte. Em 1995, que eu saí de lá. Ou seja, de 1976 a 1995, eu fiquei morando na região industrial, na região proletária mesmo, onde tinha o grosso nosso, o foco da nossa vida, da nossa atuação política e profissional etc.

D.P. – Você, no PT, você se liga mais ou menos a qual grupo? Quando você entra no PT...

N.M. – Eu sempre fui do mesmo grupo, até dois anos atrás, que era o PT de Massas, Articulação, CNB, Partido que Muda o Brasil, sempre no mesmo campo de... por causa também da... já com uma proposta [**inaudível**] das prisões e o *Jornal dos Bairros*. Era uma sequência: o modo de fazer política; de não levar a teoria pronta; romper com aquela história. E o PT abrigava, também, belíssimos quadros, mas que levava àquela ideia que eu tinha rompido lá atrás, em 1974, na prisão. Quando eu saí da PO, eu comuniquei: “A partir de hoje, não sou mais da PO. Nunca mais...”. Para mim, era definitivo: não ia participar daquele tipo de grupo, agrupamento político. Então era natural que abrigasse nessa vertente ali. E eu sempre achei, também, que o PT tinha que ter um campo, um grupo que desse uma certa previsibilidade, que não reservasse surpresas. Para virar um partido de massas, você tem que saber o que ele pensa. Não pode se surpreender com ele. Não pode. Então tinha que ter um campo ali que... Respalda o Lula, também. Porque todos nós sabíamos que o Lula era o... No dia que chegasse a hora, era a pessoa nossa. E sempre defendi, no PT, também, nunca abandonar o sindicalismo, a luta popular urbana, a luta rural. Eu sou de Teófilo Otoni,

também ajudei a organizar o Vale do Jequitinhonha e Mucuri, a ruralidade, a luta da reforma agrária, a luta no campo, sempre muito aquela luta das mulheres, das favelas, dos jovens negros... Enfim, minha história se confunde com isso.

D.P. – E aí o seu mandato, seu primeiro mandato. Como que é o...?

N.M. – Naquela época, em 1986, meu foco era o movimento popular urbano, por causa do *Jornal dos Bairros*, e a minha região, Mucuri e Jequitinhonha. A ruralidade e o movimento popular urbano. Foi aí que eu trabalhei na... Teve a Constituinte Estadual, eu participei muito fortemente das emendas populares para a Constituinte Nacional, antes de ser deputado, até 1985. A gente organizava aquela coleta de assinaturas em massa, para apresentar emendas populares. Quais que eram as minhas? Democratizar a comunicação; reforma agrária; reforma urbana; mulheres; e eu também comecei a apoiar o movimento dos gays, também, para... É uma formação muito machista, muito de interior – e da esquerda, também –, muito homofóbica, muito machista. No *Jornal dos Bairros*, a gente foi mudando esse modo de ver. A do SUS, para criar o SUS. Tudo que era popular, para aquelas emendas. Eu presidi o Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte, que era organizar a coleta de assinaturas em massa. Rodava muito. Então, aproveitava os nossos laços para massificar aquelas coletas e tudo. Então, quando eu entrei como deputado estadual, procurei, o máximo possível, continuar nesse campo.

D.P. – Você teve dificuldade...?

N.M. – Em 1989, a Iara Xavier, então companheira do Gilney... O Gilney voltou para lá – eu intermediei a volta dele ao Banco de Desenvolvimento, ele ser reintegrado ao banco, porque ele tinha sido excluído. Eu ajudava muito o cara que vinha da prisão, do exílio, da clandestinidade voltar para o seu trabalho. Não era a anistia, mas era uma coisa minha. Meu foco era o movimento social. A Iara Xavier que me convenceu a também colocar no meu mandato estadual os desaparecidos políticos e os mortos oficiais, os mortos e desaparecidos políticos. Aí que vem uma história que... Aí eu entro na história, porque aí eu tenho alguma coisa a ver também, que...

A.D. – Então, ainda na década de 1980, você insere esse tema na sua agenda?

N.M. – Não como coisa dominante, mas já insiro.

A.D. – Mas como um dos temas da sua...

N.M. – Por causa do Gilney e da Iara. Não só. Porque eu também era muito ligado...

D.P. – Claro!

N.M. – ...ao pessoal que fez a anistia, o Movimento Feminino e, depois, o CBA. Um cara que era presidente do CBA foi meu assessor, o Betinho Duarte. Eu nunca saí da coisa, mas não era a coisa dominante. Aí, em 1990, eu fui eleito deputado federal. E aí eu cheguei... Eu tomei posse em 1º de fevereiro de 1991 – governo Collor etc. E, no ano de 1990... Aí é uma coisa interessante, porque aí vai começar talvez o que te interessa mesmo. Até agora foram prolegômenos, digamos, para o interesse real. O Luiz Greenhalgh e o Sigmaringa Seixas... O Luiz Greenhalgh substituiu o Plínio de Arruda Sampaio, que foi candidato a governador – renunciou ao mandato em abril de 1990, porque a lei exigia, para virar candidato a governador. Então, assumiu o suplente, o Luiz Greenhalgh. Ele e o Sigmaringa colheram 171 assinaturas, para criar uma CPI dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Pouca gente sabe disso. Mas encerrou a legislatura, ele não foi reeleito e ela é automaticamente arquivada. Tudo de uma legislatura não passa para a outra. E quando eu cheguei, o que eu fiz? Desarquivei o pedido de CPI e mandei o requerimento para a Mesa para desarquivar a CPI, porque eu queria agora reapresentar, mesmo sem a presença do Greenhalgh. Aí, poucas... Foi eleito presidente da Câmara o Ibsen Pinheiro. O PMDB era um partido largamente hegemônico: 200 deputados, em 503. Eles tinham tido 300 e tantos, em... com o Plano Cruzado, mas, em 1990, eles ainda eram o grande partido. Depois tinha o PFL, que era o segundo grande. Era o PFL e o PMDB, os grandes partidos. E aí um assessor do Ibsen, que eu não conhecia pessoalmente, pediu para eu ir ao gabinete dele. “O presidente me chamando, um deputadinho desconhecido que está chegando de Minas, não conhece ninguém aqui, ninguém o conhece?” Chego lá e estava, na salinha dele, estava o Ulysses Guimarães, o Nelson Jobim, o Luiz Henrique e o Ibsen. Eu falei: “Nó! Os cardeais, o Estado-Maior do



Brasil está aqui... do Parlamento está aqui”. Aí o Jobim... Sempre o Jobim, não é? O Jobim falou assim: “Você conhece essas pessoas?”. Eu falei: “É claro! É óbvio que eu conheço todos! Eles não me conhecem, mas eu os conheço”. “Então você... Vamos direto ao assunto. Você requereu o desarquivamento de uma CPI sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, e nós estamos fazendo o pedido para você desistir disso.” Eu falei: “Ah, mas eu fiz um compromisso. Era um compromisso de campanha. Eu já vim com esse pedido de levantar a bandeira dos mortos e desaparecidos políticos. Eu tinha... Um povo lá de Minas tem expectativa com isso, então, estou cumprindo meu mandato, para o qual fui eleito.” Aí o Jobim: “Pois é, mas qual é o problema, Nilmário Miranda? É que nossa democracia não está consolidada, e o tema mais espinhoso da democracia é esse. E uma CPI...” Já ouvi essa frase centenas de vezes, na minha vida: “Você sabe onde começa, mas não sabe onde termina. E nós não podemos cutucar a onça com vara curta”. Essa também eu ouvi muitos anos, na minha vida. Mas estou falando com todo o respeito. Ali foi... Eram argumentos políticos respeitáveis. Estou folclorizando um pouco, mas eu acho até que tem que ser mais respeitoso e mais... E os monstros sagrados ali, e eu fiquei desse tamanhozinho, lá na mesa. Eu falei: “Puxa vida!”. Nosso partido tinha 35 deputados. Foi um crescimento espetacular: começou com 8, para 16, 35. Em Minas, nós éramos cinco, quer dizer, de três passamos para cinco. Mas era um pequeno partido. Eu falei: “Como é que eu faço? Eu tenho um compromisso”. “Não, porque... Se você insistir, nós seremos forçados a não respaldar.” E os partidos têm que indicar. E sem, também... Não falou com um tom de ameaça nem de nada, não; [era] de argumentação. Era uma argumentação política, mesmo, e respeitosa também, deles, muito respeitosa. Eles todos falaram que achavam o tema relevante, mas inoportuno naquele momento. Aí o Ibsen falou... Já estava tudo preparadinho, não é? O Ibsen falou: “Olha, eu tenho uma proposta para você. Você também não pode ficar... não pode frustrar uma expectativa de seu mandato, que é respeitável e muito... Aliás, muito respeitável. Aqui na Câmara tem um instrumento chamado Comissão Externa. O que é Comissão Externa?”. Aí, estava o Luiz Henrique, [o Ibsen] falou assim: “Tem uma enchente em Santa Catarina, forma uma Comissão Externa, o Luiz Henrique forma uma... vai lá, vê os danos que a enchente causou e volta, faz um relatório e **eu encerro**. Tem que ter um objeto determinado. E ela é temporária. Ela não tem poderes, apenas isso, a Comissão Externa. Você vai fazer o requerimento e eu vou aprovar, criando a Comissão Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos, e essa comissão sua – deve ser a primeira vez na história do Parlamento – não vai

ter prazo de existência. Não vai ter objeto determinado, nem vai ter prazo. Agora, ela não tem poder nem de requisitar documentos, nem de convocar pessoas. Não tem esse poder nela, na concepção dela. O que você acha?”. Eu falei: “Ué, gente, o que eu posso fazer? Estou... Vou fazer isso”. Então **foi criada** uma Comissão Externa. E essa comissão que tirou do tapete os mortos e desaparecidos políticos. Foi ela que tirou. Dela fizeram parte: o Sigmaringa Seixas, que tinha sido um dos autores daquela CPI; dela fez parte Aldo Arantes, do PCdoB; o Haroldo Lima; o Sidney Miguel, que foi preso político, que na época estava no PV; dela fez parte...

D.P. – Só parlamentares? Era uma comissão na...

N.M. – Só parlamentares. E não tinha proporcionalidade.

D.P. – ...na Câmara Federal. No Senado, não? Só Câmara Federal?

N.M. – Não tinha proporcionalidade. Porque toda coisa lá tem que ter proporcionalidade, a representação segundo o tanto de parlamentares. No caso... E veio o Roberto Valadão, que era do PMDB, para nós era importante; irmão do Arildo Valadão, desaparecido do Araguaia; do Espírito Santo. Fizemos uma Comissão Externa. E ela não tinha quórum. Tinha que ter gente interessada. Aí nós começamos a... Rodamos o país. Eu rodava o país, reunia com as famílias, com os movimentos de direitos humanos, discutia o tema dos mortos e desaparecidos e trazia para a agenda da... Fazia audiências contínuas, ouvia pessoas... Uma coisa histórica. Nós que fizemos o requerimento que tirou o sigilo daqueles três famosos documentos que o Mauricio Corrêa pediu aos três ministros militares – na época, ministros – sobre o... Aquela lista dos 136. Eu quebrei o sigilo. Não tinha poder, não, mas eu quebrei o sigilo e tornei público aqueles documentos do Exército, Marinha e Aeronáutica. Nós que ouvimos o Marival Chaves do Canto, aquele sargento do DOI-Codi de São Paulo que revelou como é que eram mortas as pessoas... que começou a falar da Medianeira, dos seis que morreram lá; dos nove dirigentes do PCB desaparecidos; e aqueles da AP, aqueles da AP socialista que foram... naquele processo do Honestino e outros. Ali é essa comissão. Nós que ouvimos o Gilberto Prata Soares, que revelou que ele era infiltrado, que levou à morte do Mata Machado, do Honestino, do Gildo Macedo Lacerda, do Humberto Câmara Neto, toda

aquela... do Paulo Stuart Wright, daquela turma da AP que foi... todos mortos. Então foi uma coisa interessante, também. Não tinha poderes, mas ela... Quatro anos, fizemos diligências...

D.P. – Agora, o Gilberto assume na Comissão...? Qual é a posição dele na Comissão, quando ele vai lá?

N.M. – Ele contou como é que ele foi cooptado, como é que ele se infiltrou com a irmã, que ele seguia... Era para apoiar a irmã. Na verdade, ele era o guia da... Para onde o José Carlos Mata Machado fosse, ia levando a repressão. Ele era o guia da repressão.

D.P. – Mas ele fez isso, segundo ele, por medo, por...? Ele assume alguma coisa assim?

N.M. – Ele fala que foi covardia. Tanto que, quando ele sai, ele levou muitos anos para relatar isso, levou vários anos para contar que ele tinha... que foi ele o delator. Até porque a irmã dele ficou... Eles tinham suspeita que Madalena que foi a pessoa que entregou todo mundo. Porque quem levava a repressão era o Mata Machado. A mulher dele, Madalena. Depois, um belo dia... Ele era assessor da CUT de Campina Grande. Anos depois, ele chamou a Madalena e falou: “Fui eu. Eu que fui o infiltrado e tudo”. Contou tudo isso. Foi uma sessão fechada. Esse tempo... Envolveu minha vida, porque meu irmão quase... [Meu irmão] foi um dos poucos sobreviventes. Porque ele era apoio do José Carlos, na Bahia. O Oldack, quando saiu da prisão, virou jornalista, na Bahia, e o Gilberto... Ele dava apoio ao Gilberto, o infiltrado. Sem saber, obviamente. Ele frequentava minha casa. Eu preso lá. Tanto que, quando vieram as prisões, eles invadiram minha casa em Salvador, a casa dos meus pais, lá no Bonfim, na Dendezeiros, onde eles moravam. Eu nem conhecia, porque minha vida era totalmente separada deles, eu estava preso, na época. E o Oldack foi preso, chegou a... Ficou duas semanas, e ninguém sabia se ele tinha morrido junto com as pessoas lá. Mas até porque o infiltrado dava a informação, deve ter falado que meu irmão não era... era apoiador, dava respaldo para o Mata Machado e para as outras pessoas. Mas, ali... A Comissão Externa foi que levantou no Parlamento, foi que trouxe para o Parlamento Nacional o tema dos mortos e desaparecidos políticos.

D.P. – Vocês faziam sessões, é isso? Chamavam pessoas...?

N.M. – Fazíamos sessões...

D.P. – Mas fechadas.

N.M. – ...semanais.

D.P. – E podiam ser abertas? Ou não?

N.M. – Abertas. A gente levava as famílias todas para lá. Levava... Não desdobrava, mas todas iam lá. Todo mundo que você conhecer dos movimentos de família esteve lá ou eu estive com eles. Eu vim dez vezes no Rio, fui em Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina... Nós que fomos lá resgatar os restos mortais do Arno Preis, eu e Suzana. Nós que fomos em Natividade ver... Deu um branco aqui. Empresta meu livro aí. Nós fazíamos diligências, quando tinha informação, qualquer informação sobre mortos e desaparecidos políticos. O menino do Molipo é o...

D.P. – Seu mandato ficou em função, praticamente... Esse passou a ser seu tema central?

N.M. – O tema central do meu mandato era o... O tema central era... Em Natividade... Enfim, tinha uma relação estreitíssima com Amélia e Criméia, com Suzana, com Victória Grabois, com... uma outra que depois rachou, Cecília Coimbra, rachou com o grupo lá e... Gente!

D.P. – Você está procurando o nome do...?

N.M. – Deu um branco aqui.

D.P. – Do desaparecido...

N.M. – Do menino do Molipo que foi encontrado em Natividade. Nós fomos lá para ver o caso dele. Está aqui: Ruy Carlos Vieira Berbet. Nós fomos ver o caso. Esses aqui, a maioria deles...

D.P. – Você foi ver o caso dele aonde? Você foi ver no...

N.M. – Lá em Natividade, onde ele foi preso, onde foi morto, supostamente. Teria se suicidado.

D.P. – Você encontrou os restos **[inaudível]**?

N.M. – Eu e o Roberto Valadão, nós fomos ao Chile, porque o Chile tinha colocado no relatório do Raul Retting, do senador Retting, só dois brasileiros, aí nós fomos levar a Jane Vanini... “Não, essa é brasileira. A Carmen Montoya é a Jane Vanini, de fato.” Ela é aquela pessoa que, lá em... que era do MIR, que era militante do MIR. Nós colocamos cinco nomes de brasileiros [desaparecidos políticos] no Chile. Fomos para a Argentina, conseguimos incluir vários nomes e trazer informações novas. Tudo pela Comissão Externa.

A.D. – Durou quanto tempo, a Comissão?

N.M. – Quatro anos. É um caso único na história do Parlamento.

A.D. – O mandato inteiro, então.

D.P. – É o tempo do seu mandato. É isso que eu ia dizer.

N.M. – O tempo do meu mandato.

D.P. – Então seu mandato não ficou muito em função disso?

N.M. – Eu tinha um compromisso com o movimento de moradia, então, eu tinha... Eu era o... O primeiro projeto de iniciativa popular do Brasil era para criar um Fundo de Moradia Popular, para quem não tinha dinheiro para entrar no Sistema Financeiro, e eu era o padrinho. Quer dizer, para se tramitar dentro da Câmara, alguém tinha que dar o nome – o que é esdrúxulo, um projeto popular precisar de um deputado dar o nome –, e eles me escolheram.

Eu era o cara do movimento de moradia: Fundo de Garantia para se usar para moradia popular; reforma urbana; era relator do Lei Nacional de Saneamento; Estatuto das Cidades... Tudo era comigo. Era o cara da reforma urbana, também, por causa da trajetória. Mas eu fui gradativamente assumindo, e foi aí pela lógica, também, e a coisa ganhou um corpo aí danado. E no final... A Comissão Externa não resolve nada. No relatório final, eu proponho criar uma Comissão Permanente de Direitos Humanos na Câmara, para dar seguimento a isso aqui, e isso provoca um movimento danado no Brasil. Isso tem um impacto, mesmo. Então, uma coisa que eu fiz que foi importante foi isso – talvez, por isso vocês me chamaram –, que foi... Aí eu fiz o projeto de resolução para criar uma comissão e fui reeleito para o segundo mandato como [deputado] federal – o terceiro como parlamentar e o segundo como federal. E a Benedita da Silva tinha tentado criar uma Comissão de Direitos Humanos em 1987, que foi arquivada pela Mesa. Disse que não cabia; devia ser uma subcomissão da Comissão de Justiça. Ela tentou em 1991 e não conseguiu. Então, em 1995, na nova legislatura, meu segundo mandato, ela foi eleita senadora, aí eu fiz o projeto de resolução para criar a Comissão. Só que, em vez de procurar a esquerda, eu procurei a direita, e mostrando a Comissão Externa, o produto de uma Comissão Externa que durou quatro anos. Fui no Luís Eduardo Magalhães e Inocêncio de Oliveira, os dois líderes do... [O Inocêncio de Oliveira] estava deixando de ser presidente [da Câmara dos Deputados], porque ia ser eleito no dia seguinte. Fui no último dia.

D.P. – Um estava deixando e o outro ia ser...

N.M. – É. No dia 31 de janeiro de 1995. O Luís Eduardo ia ser eleito, ia assumir no dia seguinte, e o Inocêncio estava acabando. E os dois falaram: “Não, vamos apoiar, sim”. E puseram em votação. Nem esperou o... No último dia da legislatura, o Inocêncio pôs em votação. Foi difícilíssimo o quórum, porque metade dos deputados não foi reeleito, não estava lá, e os novos que estavam chegando não podiam votar ainda, porque iam tomar posse no dia seguinte. Foi assim. Levamos horas para conseguir... Seguraram uma sessão na marra, até dar o quórum de 257. Criou a Comissão de Direitos Humanos.

D.P. – Foi uma estratégia sua, colocar nesse dia, ou foi uma coincidência?

N.M. – O Inocêncio pediu para... Eu queria que o Luís Eduardo Magalhães colocasse, como presidente, o compromisso de criar, colocasse em votação, mas o Inocêncio falou: “Não, eu quero, eu quero fazer. Eu quero encerrar a minha...”. Ele era gago, ele falava assim: “...legislatura com uma chave de ouro”. [Imitando a maneira de falar de Inocêncio de Oliveira]. Falava... Ele tinha que... O gago tem aquela estratégia de emendar, não é? Eu lembro direitinho ele falando. Eu falei: “Uai! Para mim, está ótimo, fantástico!”. Eu queria uma coisa... “Para amanhã, então.” Então, no dia seguinte eu articulei com o pessoal para ficar falando no *Pinga Fogo* sem parar, para não cair a sessão por causa de quórum. Mas eles mandaram buscar umas pessoas do PTB que estavam na Escola de Governo. Quando eles vieram, deu quórum, votou, acabou a legislatura. Encerrou a legislatura com a votação da Comissão de Direitos Humanos.

D.P. – Foi a última votação, então, da legislatura?

N.M. – Foi a última votação. E aí eu fui eleito presidente. E na primeira reunião, dia 8 de março de 1995, o Jobim era o ministro, ele foi lá com... cheio de gente, lotado o Plenário, o Plenário 7, ele falou: “Nós temos uma pauta”, e leu a pauta nossa. “Nossa pauta é, o primeiro ponto, o reconhecimento pelo Estado... uma lei que reconheça os mortos e desaparecidos políticos. O segundo ponto, tipificar o crime da tortura, que está na Constituição e depende de lei. Terceiro ponto, mudar o rito da reforma agrária: desapropriar primeiro e questionar na Justiça depois. Quarto ponto, competência jurídica da Corte Interamericana para os crimes de direitos humanos. Quinto ponto, reconhecer a área remanescente de quilombo. Sexto, uma lei criminalizando a violência contra as mulheres.” Nós fizemos uma lista, mas o ponto inicial era mortos e desaparecidos. Aí ele falou: “Nós vamos fazer essa lei”, ele falou, “nós vamos fazer”. Por quê? Porque tanto o Fernando Henrique como o Lula tinham assinado um documento das famílias que, se eleitos, iam fazer uma legislação reconhecendo os mortos e desaparecidos políticos. E aí...

D.P. – Isso também foi uma estratégia muito importante das famílias, essa coisa de ter ido para os candidatos e eles se comprometerem.

N.M. – Tem uma coisa importante também, que para a história é importante. Deixa eu resgatar uma história anterior aqui. Na Comissão Externa, num certo momento, foi ministro da Justiça o Maurício Corrêa. E o Maurício foi presidente da OAB do Distrito Federal e conhecia a questão dos mortos e desaparecidos e era solidário com ela. Ele foi eleito senador e foi convidado pelo... Não, não tinha sido eleito senador. Foi convidado pelo Itamar, depois do *impeachment*, para ser ministro da Justiça. E eu o procurei. Eu procurava sempre os ministros militares e os ministros da Justiça, e para todos colocava [a questão dos] mortos e desaparecidos. Era um ritual meu, procurar esse pessoal.

A.D. – E como você era recebido pelos ministros militares, por exemplo?

N.M. – Super bem. Inclusive os do Collor. Mas todos eles... “Ah! Não sabemos nada disso. Não temos nenhuma informação etc.” **Era a portas fechadas.** Aí o Maurício Corrêa...

#### [FINAL DO ARQUIVO II]

D.P. – Você estava falando sobre o Maurício Corrêa, não é?

N.M. – Na Comissão Externa, nós fomos ao Chile e à Argentina com o Roberto Valadão, deputado do partido hegemônico, o PMDB, e irmão do Arildo Valadão. E aí aconteceram muitas coisas, uma sucessão de coisas. Tinha uma boa repercussão, também, saía muito... a imprensa cobria muito. Aí caiu o Collor, entrou o Itamar. O Itamar tinha sido da Comissão de Anistia... da Comissão Especial da Lei da Anistia. Aliás, nas publicações, o Itamar sempre tem uma boa intervenção. E aí [o Itamar] pediu ao Maurício que fizesse uma lei reconhecendo mortos e desaparecidos políticos. Ele pediu que eu fizesse uma proposta, uma minuta. Eu falei: “Olha, eu vou fazer a proposta chilena, que é a mais parecida com o que eu penso”, que não era examinar caso a caso; era estabelecer um valor de um apartamento de classe média para todos, para não ter desigualdade: quem era do Banco Central não receber uma coisa e o peão lá da... receber outra. E eu usava o conceito da violência política, para fugir do... luta armada ou não armada, crime de sangue e não crime de sangue. Então, fiz um projeto para ele.



D.P. – Mas, só para entender, porque no Chile é assim?

N.M. – Naquela época era assim.

D.P. – Como que é? Qualquer pessoa que tivesse sofrido...

N.M. – [É o conceito] da violência política. Sempre a anistia é só para a vítima do Estado; nunca extensível ao Estado, é óbvio. Para mim, o conceito de anistia foi subvertido no Brasil. O Brasil foi o primeiro que fez isso, que mudou o conceito. O conceito universal existia para a vítima da violência praticada pelo Estado. Então eu queria estender a violência. Por quê? Porque aí pegaria a violência contra os camponeses, que foi o Estado diretamente, no ambiente da ditadura; contra os indígenas, na época da ditadura; e fugia da discussão, armada ou não, se podia... do crime de sangue, se podia ou não. Aí eu fiz um projeto. E aí ele estava estudando, pediu outras sugestões, encomendou...

D.P. – Mas, só para entender, e lá davam o equivalente... Era uma quantia x, igual para todo mundo?

N.M. – Para todos.

A.D. – Isso para quem...

N.M. – Só comprovar que era você... se era você... era um militante político que morreu vítima da violência praticada... pela violência da época... violência política, que eu chamava. [Inaudível] para isso. Porque se... Enfim, a dificuldade de provar as coisas, de ter acesso às informações... Era uma coisa geral.

D.P. – E ninguém precisava provar? A pessoa não precisava provar? Precisava só o quê?

N.M. – Era só provar que era...

D.P. – Vítima da violência.

N.M. – ...vítima da violência. E ele estava disposto a fazer alguma coisa, e disse que o Itamar tinha autorizado. Depois, num certo momento, tem uma divisão dentro do governo. Não sei até quanto é verdade e até quanto não é, mas quando... O José de Castro era um advogado – ele não participava do governo – que influenciava muito o Itamar. Porque o Itamar tinha um grupo de... andava com ele a vida inteira. Chamava a República do Pão de Queijo, a turma do Itamar. E o José de Castro foi contra. “Ah, isso aí, você vai mexer com militar”, a mesma coisa. Estou falando nisso porque eu quero lembrar também... Naquela reunião que nasceu a Comissão Externa, eles usaram essa... para dizer que sabe onde começa, mas não onde termina. Então o Jobim deu um... Falou: “Olha, se você chama... A CPI pode convocar. [Se você] chama um general envolvido com tortura, ele é obrigado a vir. Se não vier, tem que vir sob vara. Então, no dia que acontecer isso, quem garante que no dia seguinte não tem voos rasantes pelo Congresso e que o Congresso não vai amanhecer cercado de tanques?” Esse argumento é corrente no Estado. E o Maurício estava entusiasmado. Ele estava até convicto que tinha que fazer a 9.140, [inaudível]. Quer dizer, de outro modo, mas... Mas houve uma divisão e, de repente, o assunto desapareceu.

D.P. – Nilmário, e você conversou, quando elaborou esse...

N.M. – Desapareceu. E ele saiu do governo.

D.P. – Ele saiu do governo?

N.M. – Ele ficou mais um pouquinho e saiu. Porque ele já tinha anunciado para todo lado que ia...

A.D. – Fazer.

N.M. – ...que estava estudando uma lei. E, de repente... Ele não podia nem falar sobre o assunto.

D.P. – É mesmo?

N.M. – Ele saiu do governo. Acho que a razão...

D.P. – Você acha que isso é a gota d'água?

N.M. – Eu acho que isso que foi a gota d'água para ele sair. Porque aí perdeu a... Começou a movimentar e, de repente, “não pode”.

D.P. – Nilmário, agora, uma coisinha: você conversou, para elaborar esse projeto...?

N.M. – Tem a ver então, você vê, com essa ideia que... lá da Comissão Externa, aquele... em fevereiro de 1991, quando eu cheguei, aquela reunião com os cardeais, usando o mesmo argumento: “Amanhã, quem sabe, vai ter voo rasante aqui e o Congresso vai amanhecer cercado de tanques?”. Então, isso aí é o período da transição. E as forças hegemônicas no Congresso sempre aceitaram esse argumento. Era o limite da transição.

A.D. – A questão dos mortos e desaparecidos.

N.M. – [**Inaudível**] sempre falou isso.

D.P. – Até hoje, não é, Nilmário?

N.M. – Cada um faz um pouquinho. Cada um faz um pouquinho. O José Gregori é meu amigo fraterno, mesmo. Era adversário político, mas nós temos uma enorme amizade. Ele sempre falou isso: “Olha, Nilmário, a gente tem que fazer o seguinte, fazer o que é possível. Cada um faz um pouquinho”. E o Jobim, um dia, eu estava no governo do Lula, era ministro do Lula, um dia, a mulher dele me chamou, a Adrienne Senna, que é de Belo Horizonte, para... eu e Stael, para jantar no apartamento dela, porque o Jobim e ela moravam em apartamentos separados. Não sei nem se são casados ainda. Aí o Jobim falou: “É, Nilmário, um dia eu vou te contar... Um dia eu vou contar, ainda” – vou te contar, não, vou contar, ainda – “o que antecedeu a 9.140. Você não faz nem ideia da quantidade de crise para sair

aquela lei. Mas um dia eu vou poder contar”. Falei nisso porque vocês podiam trazê-lo para contar o que foi isso, o que antecedeu a 9.140. Não sei se ele conta, não, mas...

D.P. – Certo.

N.M. – Ele... Essas coisas se relacionam, se relacionam.

D.P. – Nilmário, eu queria te perguntar o seguinte, quando você elaborou esse projeto anterior sobre a anistia, baseado nesse modelo do Chile, você conversou com as pessoas...? Porque você sempre foi uma pessoa das bases, está sempre preocupado em articular. Você conversou com os familiares das vítimas? Ou foi uma coisa...?

N.M. – Conversei. Mas os familiares... O grupo do Rio, o Grupo Tortura Nunca Mais, sempre foi contra a 9.140. Eles queriam assim: não pode ter dinheiro; tem que separar... O importante é a responsabilização. Mas eu entendi o limite. Eu sou daquela formação que tem que estudar a correlação de forças para tudo. Então, o que me interessava era tirar... Quando eu aceitei a Comissão Externa, [inaudível] foi esse: “Já que não pode a CPI, só pode a Comissão Externa, eu não tenho força para outra coisa, então, vamos fazer isso, a Comissão Externa”. Por isso, quando veio a 9.140, associaram à indenização. E ela era perversa, em certo ponto de vista, perversa porque o ônus de provar era para as famílias, e os arquivos eram fechados, não tinha acesso aos arquivos. Quer dizer, além de... E ainda estabelecia um limite: não pode ser fora de dependência policial ou assemelhada. Para excluir tiroteio. E as versões todas... Toda versão oficial é de tiroteio e fuga. É como se fosse... É legítimo uso da força. Toda a mentira é essa. A versão oficial é provar... é transformar a mentira em verdade. A verdade é: uso legítimo da força. Então, aqui no Rio, por exemplo, era divididíssimo, porque tinha... As famílias propriamente ditas eram favoráveis à lei, e não por causa da anistia. Porque eu explicava para eles: “Olha, o governo fez desse jeito, mas não admite... A alma do projeto é isso. Substitui a responsabilização por uma indenização”. A indenização é uma forma de punir o Estado. Quer dizer, é responsabilidade objetiva do Estado. Tira... É individual, é o Estado brasileiro que foi responsável, e por isso que o Estado democrático vai indenizar o que o Estado, lá na ditadura, fez. Não são as... Tira das pessoas. A responsabilidade objetiva é o reverso da responsabilização do crime dos indivíduos. Então, o grupo aqui... Eu explicava:

“Olha, esse é o limite. Aceita ou...?”. As famílias aceitaram. Por quê? Porque ia tirar de debaixo do tapete, ia trazer o debate: o Estado está admitindo que matou. Ainda que esteja falseando a verdade. Pelo menos, vai abrir caminho para outra coisa. Tese que... A Iara Xavier era radical, mas isso aí ela entendeu. Já, por exemplo, tem um grupo do Rio, liderado pela Cecília, que é uma amiga extraordinária, uma pessoa também fantástica, que era totalmente contrário. Ela... “Ah! Porque as avós e mães, na Argentina, não aceitaram dinheiro. Porque, se puser dinheiro, vai botar uma pá de cal em cima.” Quem falou que vai? Quem falou? Depende do que vier depois, do que nós fizermos. Aí traz para a agenda nacional, responsabiliza o Estado, crava que o Estado matou e torturou e desapareceu. Vira patamar para a gente seguir em frente. Então eles se dividiram. No caso, eu tinha que ter também posição. Porque é diferente a posição... Eu falava com as famílias: “Vocês têm que ser radicais, vocês têm que...”. Uma coisa é... Eu brincava assim: lei boa é a que passa. Porque não adianta eu fazer... O Gilney fez emendas para a responsabilização criminal. O relator indeferia em massa: todas as emendas, todas. Na 9.140, o José Aníbal estava lá. Ele foi preso político... Foi preso não, mas ele era... A Dilma falava do José Aníbal. Os dois eram super ligados, lá na juventude. Viveu no exílio, foi perseguido. Não foi preso, mas foi para o exílio. Era um cara que conhecia... Ele era amigo dos mortos e desaparecidos. Ele era amigo. Dezenas deles, ele conheceu e era amigo pessoal. Eu falei: “José Aníbal, vamos fazer... Pelo menos algumas emendas, José Aníbal”. “Duas ou três, vou tentar.” Ele concordou com várias. Depois ele falou: “Nilmário, zero emenda. Zero. Nenhuma. Nem de redação. Nem de uma vírgula. Não passa. O governo disse que é o acordo.” É o que o Nelson Jobim deve contar, como que foi a negociação para a 9.140, que ele acha heroica. E é provável que tenha sido, à época. Mas, para nós, era perversa, mas era [inaudível], não é?

A.D. – E vocês sondavam outros parlamentares, também, para saber se era um posicionamento somente do governo...?

N.M. – A Comissão de Direitos Humanos, quando... Foi o primeiro ano da Comissão, e eu que presidi. Então, o que eu ia fazer? Eu chamei deputados do Brasil inteiro, das Assembleias. Nós criamos Comissões de Direitos Humanos em inúmeras Assembleias. E, na reunião nacional dos legislativos de direitos humanos, Câmaras de capital e Assembleias Legislativas e a Comissão da Câmara, a gente tirava posições comuns e construía posições.

Gente de tudo quanto é partido. Posições comuns. Então, tinha um respaldo. As famílias, mesmo as que concordavam, tinham que levar a posição de... “Não vale anistia para torturador, não vale para carrasco, só vale para vítima.” Tinha que ser uma posição inegociável. Então, mesmo quem apoia... “Vai em frente, mas nós não podemos apoiar, não.” O Parlamento é assim, não pode falar: “Eu não... Ou tudo ou nada”. Depende da relação de forças. Se não tem maioria, tem que... Então, lei boa é a que passa. É uma brincadeira que eu sempre falei. É jocoso, mas é a verdade. Vale para o Minha Casa, Minha Vida, que depois foi mudando e agora já... Não era assim no começo. Vale [inaudível], vale para tudo. Se é uma lei que vai colocar em patamar novo e está longe de ser o que nós queríamos, [inaudível]. A transição, no Brasil, foi toda assim, gente! Foi: lei boa é a que passa. Foi de 1979, foi de 1995, foi de 2001, foi de 2012. Tem uma... Nunca é a nossa lei. Não tem transições comparáveis. Você pode falar a Argentina, o Uruguai, Chile, Brasil, África do Sul, cada um é uma história. Mas é isso que eu queria recuperar, que era o negócio do Maurício Corrêa, que chegou perto, bateu na trave e não foi; da Comissão Externa, como foi criada – para fugir do voo rasante e do Congresso cercado, segundo... “É cutucar a onça com vara curta.” Essa que é a frase que sintetiza a transição, quando trata da tortura e mortos e desaparecidos. E é o Jobim, que me falou isso: “Um dia eu ainda vou contar...”. Os ingleses têm aquele ditado, que as leis e a salsicha, é melhor não saber como são feitas. Aí deve ser com base nisso que ele me falou: “E um dia eu ainda vou...”.

A.D. – E quando vocês faziam essas sessões semanais da Comissão Externa, outros parlamentares também participavam? Obviamente, podiam participar. Mas havia um interesse?

N.M. – Havia.

A.D. – Além desses poucos parlamentares que você mencionou...

N.M. – Esses que eu falei... O Roberto Valadão era um... Ele tinha sido prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, era PMDB e MDB desde o nascimento, aqui no estado do Rio de Janeiro, leal, fiel ao PMDB. Ele era importantíssimo, porque ele era muito respeitado no PMDB. Era o partido hegemônico.

D.P. – Eu lembro que você falou que tinha um irmão desaparecido.

N.M. – O Arildo Valadão, que era o companheiro da Áurea Eliza Valadão, do Araguaia. O Sidney Miguel, que também tinha uma trajetória de esquerda, de preso político, era do PV. No PCdoB, era [inaudível], o Haroldo Lima e o Aldo Arantes eram os dois que participavam. No PT, era o Sigmaringa Seixas que participava, e quando eu precisava, aí vinha o José Dirceu, vinham vários outros, vinha o Eduardo Jorge, vinham para dar...

D.P. – Reforço.

N.M. – É. Quando precisava, quando ia ter uma coisa, eles vinham, para transferir. O Genoino também participou várias vezes, mas o Genoino tinha uma visão própria sobre tudo isso. Você sabe disso, que ele... [Era] uma visão bem diferente da nossa. Ele achava que... Tinha até [inaudível] demais. E ele achava que isso aí... Enfim, ele concorda que a transição deve ser feita a longo prazo mesmo, etapa por etapa, mas ele também...

D.P. – Ele achava que estava indo muito rápido? Mais ou menos.

N.M. – Não é nesse sentido, não. Mas ele apoiava as famílias do Araguaia, do... Todos. Porque ele era... ele saiu do Araguaia e é muito solidário sempre. Ele sempre foi solidário. Ele também dava muita força. Mas eram esses. Do PSDB, não.

A.D. – Não?

N.M. – Não. Do PMDB, só o Roberto Valadão mesmo. Só ele. Do PPS, o Roberto Freire, também nunca... Essa Comissão Externa teve um problema, porque quando o Marival Chaves do Canto falou, ele foi o primeiro militar do lado de lá – do DOI-Codi, analista de informação – que veio a público, e ele disse que um dirigente do PCdoB de Pernambuco era cachorro, e eles ficaram indignados, o PPS ficou indignado, e o... Não, o PPS não. O PCdoB ficou indignado. O PPS é quando ele falou que um dos mortos do Comitê Central era cachorro...

D.P. – Ele fala também de um dos mortos do PCB, que era cachorro?

N.M. – É. E ele também foi um dos primeiros que falou do Manoel Jover Telles. E era verdade. Aliás, o PCdoB sabia. Só não falava. Mas sabia que Jover Telles era infiltrado. Foi quem conduziu até a Lapa. Então teve esse problema também, que, com o Marival...

D.P. – Agora, como é que ele chega lá, o Marival? Vocês convocaram ele? Como é que foi? Como é que vocês chegaram a ele?

N.M. – O Expedito Júnior, da *Veja*, me falou: “Tem um cara aí que quer falar. É um sargento do Espírito Santo. Mas tem que dar garantia para ele”. Aí eu fui no Espírito Santo. Depois, eu trouxe ele em Brasília. Dar garantia para ele era difícil. Em 1993, como é que a gente ia dar garantia? Mas procuramos, com o Maurício Corrêa, para dar um mínimo de garantia para ele, para ele poder falar. E como todo cara desse tipo é muito falador... Igual esses delatores aí, que vai... Tem muita coisa que é verdade e tem muita coisa que é... “Como é que você sabe?” “Ah! Porque alguém me falou.” É diferente, não é? E ele fazia isso também, ele falava coisa que ele viu, aí tinha muita verossimilhança, mas, depois, falava de coisa que soube através de terceiros, ou de quartos, ou de quintos. Mas muita coisa está se confirmando também, viu? Muita coisa está se confirmando. O Onofre Pinto, aquele... Aquela turma que entrou em Medianeira e Santa Helena do Oeste é mais ou menos o que ele falou. O Freddie Perdigão, esse que era da Casa da Morte, as mesmas pessoas. Ele falou: “Fulano, fulano, fulano. Procura esse fulano, porque eles é que sabem”.

D.P. – Essa sessão foi aberta? E tinha gente...? Os familiares foram? Ou as pessoas não...? Como é que foi?

N.M. – Não, essas eram... Foi uma sessão fechada. Depois ele aceitou reunir com os familiares, em São Paulo e no Rio.

D.P. – Separado. Mas essa sessão foi fechada.

N.M. – Foi. Depois é que...



D.P. – Não tinha imprensa, nada, também?

N.M. – Ele, para... Inclusive os familiares... “Quem garante que esse cara não foi mandado aqui para falar coisas, para desviar da verdade?”. Isso acontecia também. Sempre aconteceu. Então eles queriam ter mais segurança sobre ele. Então acabaram achando que ele falava com certeza o que não tinha certeza, mas que também agregou muitas informações.

D.P. – Isso foi a impressão que ele falou por que, isso? Na sua impressão pessoal, por que ele chegou a isso?

N.M. – [**Inaudível**] mais comum. Porque ele...

D.P. – Consciência pesada?

N.M. – Consciência. Consciência. Tem um caso também que eu acho que é relevante, que é o seguinte: esses documentos do Maurício Corrêa, que eu quebrei a coisa, eles, no caso do Araguaia, tinham 23 informações novas. Foi espantoso isso. Por quê? Era um relatório da Marinha. O Exército limitava, quando pediam para ele informações, ao que o jornal publicou, as versões falsas. A Aeronáutica trouxe duas informações novas. Mas a Marinha foi impressionante. Porque tinha 23 casos de guerrilheiros que dava, no relatório do Ângelo Arroyo, a última data, a data que desapareceu, e no relatório da Marinha fala: “Preso em Bacaba no dia 23 de dezembro de 1971, morreu em junho de 1972”. Fala assim. Ué! Se ele foi preso aqui e morreu aqui, ele estava preso, ele morreu dentro da prisão. Mudava completamente a história. Tudo foi confronto. Foi importantíssimo. Hoje, tem muito mais informação, tem milhões de documentos abertos, mas, na época, qualquer fiapo que aparecia era uma coisa, porque acrescentava um dado fundamental para... Fiapo em fiapo. Foi muito importante esse momento, por causa da Comissão Externa, também.

A.D. – E essas investigações... Eram investigações que vocês faziam, também, percorrendo o país, como você mencionou.

N.M. – Investigação, médio, porque não tinha poder nem de requisitar, nem de convocar. Não se investiga, sem isso.

A.D. – Mas vocês encontraram alguma limitação, no sentido de...?

N.M. – Não.

A.D. – Ameaça, eu estou indo num extremo...

N.M. – E também eu procurava sempre reunir na Assembleia, na Câmara dos Vereadores, sempre espaço público, na OAB... OAB, Assembleia e Câmaras, para, exatamente... Tirando os segredos sobre as coisas, o manto de silêncio sobre...

A.D. – Era uma forma, também, de institucionalizar a tratativa sobre esse tema?

N.M. – Normalizar a agenda, falar: essa agenda é tão legítima como qualquer outra. Quebrar essa ideia da vara curta, que não pode cutucar, e que não pode dizer “Cuidado!”, incutir esse medo quase que perene sobre o retrocesso: “Se você quiser ir muito longe, vai ter retrocesso”.

D.P. – Nilmário, antes de entrar em outro, vamos dizer assim... Porque tem o caso Riocentro, que você teve um papel... para a reabertura do inquérito, não é isso? Mas, antes disso, conta a sua saída da prisão, que você estava contando para a gente e foi interrompido.

N.M. – A coisa da prisão é porque tem uma amiga chamada Téssia Mendes, da minha cidade, Teófilo Otoni, e ela que foi lá me buscar. Eu nem sabia que ela tinha ido me buscar. Não sabia como é que eu... quem ia me pegar no dia 1º de junho de 1975. Era um domingo.

A.D. – Quase no 1º de maio, hein?

N.M. – E quando eu saí, estava a Téssia e um outro rapaz, chamado Pedro. Eu falei: “Nossa Senhora! Eu escapei de tanta coisa, agora vou viajar com a Téssia?”. Eu sabia que ela era barbeira demais, motorista... Muito pouco tempo de motorista. E até hoje ela não é boa

motorista, não. E um Fusquinha vermelho, ela ia a 60 quilômetros por hora. Eu falei: “Eu devo ser o preso libertado com menos pressa da história do Brasil”. Aí furou um pneu, em Conselheiro Lafaiete. Nem ela, nem o Pedro, nem eu nunca tínhamos trocado um pneu na vida. E aí foi uma hora para trocar o pneu. Pedimos o apoio de alguém, chamamos pessoas para ajudar, dar uma dica de como conseguir encaixar o macaco para levantar a coisa e poder tirar o pneu. Deve ter sido a viagem mais lenta de... Sem brincadeira. É um folclore por isso, porque... **[Inaudível]**. É isso que era, uma piadinha.

D.P. – Mas aí você ainda... Quando você força um pouco a reabertura das investigações sobre o Riocentro, isso fez parte da...?

N.M. – Antes disso, também, tem uma coisa lá: a 9.140. Nós tentamos, de toda maneira, negociar qualquer emendinha possível, para possibilitar entrar mais gente e tirar o negócio da dependência policial ou assemelhada. E nela... Aqui está relatado, mas é claro que a gente não relata... Aqui, só o objetivo, não relata certos pormenores. Tinha esse lado dramático, de família... Esbarrava naquilo. E também a composição dos... Porque o general Oswaldo Gomes era ótima pessoa, mineiro de Juiz de Fora, mas o papel dele era obstruir ao máximo, dificultar ao máximo. Se tivesse uma vírgula para ele se bater... Uma pessoa muito direita, de bom caráter. Quando não tinha jeito, ele votava. Ele era muito recriminado, quando ele voltava lá para... “Como é que você fez uma coisa dessas?”

A.D. – Isso na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos?

N.M. – Na Comissão. É porque eu fui membro dela sete anos.

D.P. – É, a gente ainda...

N.M. – Sete anos, eu fui membro dela. Por isso que eu não quero saltar lá para 1981, que é o Riocentro, porque o Riocentro não entra aqui. Porque aqui é só até 1979. Então, uma limitação era isso, que as famílias tinham que trazer a prova, fazer prova; segundo, a composição. E o general Oswaldo era bom, também. Era importante ter alguém do lado das Forças Armadas lá. Legitimava as decisões. Mas teve um promotor, Paulo Gustavo Gonet

Branco, ele era... O pai era militar. Era do Ministério Público. Uma pessoa também conservadora, de formação conservadora. Uma pessoa ótima, também, uma pessoa super... de caráter excepcional, mas era conservador. E ele, a tendência era votar contra, ante qualquer dificuldade. Sempre... E a Eunice Paiva era advogada, a viúva do Rubens Paiva, e ela foi indicada pelo Fernando Henrique, que era muito ligado a eles, e teve um conflito, quando foi julgar o massacre da Lapa, porque nós defendíamos que a casa na Lapa foi transformada em dependência assemelhada. Foi cercada, estava sob tutela absoluta do Estado. Essa tese, nós usamos várias vezes, no Marighella, no Lamarca... Estava sob tutela do Estado e a obrigação era prender, e não fuzilar. E foi uma reunião dramática, porque ela aceitou a tese que não era dependência assemelhada.

A.D. – Era a tese do general? Essa tese tinha sido apresentada por qual membro da...?

N.M. – Era a tese central da 9.140. A tese era essa. Dependência assemelhada já foi uma conquista nossa. Era dependência policial. Restringia muito. E aí, quando coloca assemelhada, pode ser a casa da Lapa; pode ser lá em Pintada, no Buriti [Cristalino]; pode ser a alameda Casa Branca com travessa Tatuí, onde... É assemelhada. Assemelhada é quando está sob tutela do Estado. E a Eunice, então, teve conflito. Ela fez o... É mulher do Rubens Paiva. E ela seguiu ao pé da letra a lei. Ela tinha se formado em direito. “Não pode uma casa...” E houve um conflito com os familiares, quase unanimidade. E ela, também, uma pessoa super... uma pessoa de ouro, a Eunice Paiva. Ela saiu. Aí entrou o Cabelo de Fogo, advogado da *Folha de S. Paulo*, ex-militante do Partidão, e ele deu outro... deu uma maioria quase que permanente, eu, ele e a Suzana, naqueles sete anos iniciais, que foram fundamentais para... E mudou a correlação de forças dentro da Comissão.

D.P. – Graças à entrada do...

N.M. – Dele, do Foguinho. Tanto que, quando... Eu fiquei sete anos lá. [Tanto que], quando eu fui candidato ao governo de Minas, o Lula ganhou e me convidou para ser ministro, a primeira coisa que eu fiz: uma medida provisória para, em primeiro lugar, retirar limite de prazo para apresentar requerimento, para requerer; segundo, tirar a expressão dependência policial ou assemelhada – ela caiu – e estender a todas as pessoas, independente se foi

confronto armado ou não. Tirar aquele limite. Porque era humilhante, porque, se não tinha nenhum documento, nenhuma versão, nenhuma testemunha de um sujeito que foi capturado, levado para um lugar e assassinado, prevalecia a versão oficial. Quer dizer, além da humilhação de ter que pôr em julgamento e perder, tinha que aceitar uma versão. Outra observação, também, que eu...

D.P. – Isso, você já como ministro?

N.M. – Como ministro.

D.P. – E aí essa sua conversa foi com quem? Você **tentou** com o Lula e com outras pessoas? Como é que você...?

N.M. – Não precisava, era... Eu chego lá... “Tem que expandir os limites, tem que tirar as barreiras.”

D.P. – E você consegue expandir?

N.M. – Sim, por medida provisória, inclusive, para não ter que ficar tramitando no Congresso e virar pó.

D.P. – Mas a medida provisória, o presidente da República que assinou?

N.M. – Assinou, sem pestanejar.

D.P. – Sem pestanejar?

N.M. – Sem pestanejar. Outra observação...

D.P. – Quais foram...? Então não tinha mais essa coisa da dependência...

N.M. – Outra observação: no caso Zuzu Angel... Para mim, um dos casos mais extraordinários. Por quê? Porque ela saiu do túnel Dois Irmãos, que hoje se chama Zuzu Angel, e teria tomado um copo de champanhe numa recepção, antes, e dormiu, o Karmann Ghia bateu naquela divisória, naquela coisa, saiu derrapando, atravessou toda a pista, subiu a calçada, quebrou a amurada e projetou na estrada da Gávea. Ela morreu assim. E nós falamos: “Gente, não é possível! Ela já tinha avisado o Chico Buarque e outros que ela provavelmente ia morrer num acidente, porque eles não iam ter coragem de prendê-la e matá-la e torturá-la. Então, que ia parecer um assalto, ia parecer um acidente”. Ela falou tudo que iria acontecer. E vem o acidente. É claro que... Ela era seguidamente ameaçada [inaudível]. Mas era presunção. Era uma presunção nossa. Então, [na primeira votação, em agosto de 1997], foi cinco a dois, o resultado. Só eu e Suzana que votamos [a favor]. Aí a Hildegard ficou indignada e deu uma entrevista chorando: “É a segunda morte da minha mãe! Mataram a minha mãe de novo, ao negar isso!”. No dia seguinte, ou no mesmo dia, não me recordo agora, recebo uma ligação de uma pessoa da Paraíba, e ele falou: “Olha, eu vi o acidente. Ela foi morta”. **No telefone do meu gabinete em Brasília.** Eu era deputado e representava a Câmara na Comissão de Mortos e Desaparecidos da 9.140. Eu falei: “Calma aí. Estou indo aí”. Fui para a Paraíba imediatamente, por recursos próprios do mandato, sem publicar aos outros, para ver o que era. Aí ele me contou a história, eu pedi uma...

D.P. – Ele se identificou, essa pessoa?

N.M. – É um advogado chamado Marcos Pires e um cara que era jornalista e que era dirigente dos Diários Associados na Paraíba. Aí os dois me contaram a história. Eles eram estudantes da Faculdade Nacional de Direito e, ali na... A Rocinha era uma coisinha de nada. São Conrado tinha alguns edifícios. Eles moravam ali porque era um lugar mais distante, era mais barato. Eles tinham bebido, era tipo meia-noite e pouco, o Marcos Pires estava na janela tomando um ar fresco e olhando para o nada. De repente, ele viu sair do túnel um Karmann Ghia e um jipe verde sai e empurra ele para fora. Aí ele gritou: “Fulano, corre aqui! Acabou de ter um acidente e eu vi tudo. O carro foi jogado para fora por um jipe verde.” Foi jogado para fora. Aí ele contou a história. Aí ele disse que contou para um deputado da Paraíba e ele falou: “Não mexe nisso, não. Fica calado com isso. É perigosíssima, essa informação”. E ele então contou para várias pessoas, mas nunca tornou público. Quando ele viu a Hildegard

dando uma entrevista indignada, ele falou: “A hora é agora. Então, agora eles estão discutindo as coisas”. E alguém deu a orientação e ele me ligou. Aí eu falei: “Vamos na OAB”. Aí nós fomos na OAB. Chamei um deputado estadual do PMDB como testemunha, a OAB tem fé pública para fazer uma coisa... e tomamos o depoimento dele. Eu trouxe o depoimento dele. Eu falei: “Foi morte...”. Por que passou cinco a dois? O Instituto Carlos Éboli, que era o mais respeitado do Brasil, fez um laudo desse tamanho descrevendo o acidente, como é que foi o acidente, minuciosamente. Aí o Foguinho – ele era o relator –, ele contratou dois peritos não do Estado, dois engenheiros especialistas em acidentes que sabiam isso. E os caras foram ler aquilo e falaram: “Gente, isso aqui é patético. Isso é impossível, o que eles escreveram aqui”. Para um leigo... Eu li aquilo tudo... Vocês iam ver, “não tem conversa, foi acidente”. Eles falaram: “Olha só: a velocidade máxima do Karmann Ghia é 90 quilômetros. Supondo que estivesse na velocidade máxima, 90, na hora que ela derrapa e bate aqui, o carro perde velocidade. Depois de ter batido, atravessar a pista, vai perdendo velocidade. Subir um degrau para poder ir na calçada, perde velocidade. Quebrar a mureta e projetar é fisicamente... pela Lei da Física, é impossível. Isso é uma farsa que eles fizeram”. Aí cai... Estou falando nisso por quê? Ali me veio uma coisa, Dulce: esses caras podiam fazer qualquer coisa. Então, *n* coisas podem ser mentira. Eles eram capazes de produzir mentiras sob uma capa de verdade, de ciência, de... Um instituto da respeitabilidade do Carlos Éboli... E o que veio depois foi derrubando um monte de coisas, coisas que nem as famílias suspeitavam que pudesse ser morte matada e foi. O caso do João Antônio e Catarina Abi-Eçab, por exemplo, nunca ninguém, nenhum companheiro, nenhuma pessoa, nenhuma família colocou em dúvida que eles estavam indo para o Rio levando explosivos e o carro explodiu. Anos e anos depois, aparece uma pessoa: “Olha, não foi nada disso. Eu estava na ação, eu participei”, um sargento do Exército. “Nós prendemos e levamos para um sítio em São João de Meriti. Lá, matamos, depois fizemos aquilo lá, pusemos dentro do carro e explodimos”. Então, mesmo aquilo que a gente rejeitava, porque não tinha prova, não tinha como, era inexpugnável, tem mentira.

D.P. – Mas eu só queria voltar... Então, esse caso da Zuzu Angel, você pegou isso, estava lá na OAB, você volta para a Comissão e o caso é reaberto lá na Comissão?

N.M. – Claro! Fez um recurso, porque tinha fato novo. Só pode ter recurso, isso eu aprendi lá...

D.P. – Quando tem um fato novo.

N.M. – Só quando tem fato novo. Porque, sem fato novo, não pode... Não pode ser...

D.P. – E aí, como é que a Comissão vota?

N.M. – Passou, por cinco a dois.

D.P. – E o general lá, como é que vota?

N.M. – O [caso] Zuzu, acho que votou... Ele votou contra. Porque ele falou: “[Inaudível]. Fui contra a reabertura”. “Mas tem fato novo. Tem um depoimento de pessoas que têm fé pública, um advogado e um jornalista dos Diários Associados. E como é que nós vamos...? Tem que reabrir.” Deixa eu mostrar para você.

A.D. – Quem poderia apresentar o recurso seria o familiar, não é?

N.M. – Só o familiar. Então, aí... Esse caso, para mim, é um dos casos mais fantásticos, por isso, porque... Quer ver? [lendo] “Primeira votação, cinco a dois. Nilmário e Suzana votaram [a favor]. O relator Luís Francisco da Silva Carvalho Filho”, que é o Foguinho, “reconheceu que havia um clima de ameaças e suspeição e que incomodava os órgãos repressivos, mas não viu provas, mesmo indiciárias, suficientes para concluir pelo atentado e propôs o indeferimento em agosto de 1997. A péssima repercussão do indeferimento, com larga difusão dos protestos de Nilmário e de Suzana, mas sobretudo de Hildegard Angel, a requerente, acabou propiciando o surgimento da verdade. O advogado Luiz Roberto Nascimento Silva”, aquele que foi ministro da Cultura, “representando a família, apresentou recurso com três elementos novos: a declaração do advogado Carlos Medeiros de que foi testemunha do atentado contra Zuzu Angel; a declaração da psiquiatra Germana de Lamare; e uma carta dirigida à Hildegard pelo Marcos Pires”, esse advogado que eu fui lá, “relatando



que ouviu o barulho de seu apartamento e, junto com dois amigos, chegou ao local do acidente em três minutos.” Ele desceu e, quando chegou lá, já estava cercado com fitas. Tinha um carro com uma... uma camionete com uma antena no fundo. E eles não podiam chegar, em três minutos, na Rocinha. Quer dizer, de onde que saiu...? A Rocinha era... Tudo era desabitado ali, naquela época. Foi em 1976, não é? Foi em 1976, em 14 de abril de 1976. E como é que ia estar lá? Então é óbvio que era um atentado. Aí ele... Mas ele foi... O Luís Francisco é um cara... Ele é consultor jurídico da *Folha*, identificado com o PSDB, mas é um cara decente, um sujeito... Aí ele contratou esses dois [especialistas] e o Celso Nenevê, que é um perito que trabalhou muito com a gente. O amigo dele é Humberto Rabello e [o outro é] Josaphat... Depois vocês leem, dão uma olhada nisso aqui, porque esse, eu acho que... Isso aqui coloca em dúvida um monte de coisa para trás, que a gente não tinha como... nenhum indício, nada, nada, nada. Os dois especialistas são: Valdir Florenzo e Raphael Martello Filho. Eles desmontam aquele negócio todo, falam que era impossível e tal. Aí derruba. Acho que isso é... São uns caras assim que eu acho que também... Sobre cada caso se faria um livro, cada vida, cada morte, cada drama, cada farsa. Mas você não podia... No meu caso, que eu tinha que fazer um livro de 479 casos, o livro não podia ser um... Porque aí não era livro; era um... Ninguém ia ler. Não ia difundir. Aí teve que fazer... Essas vidas, esses casos, que cada um é um livro, um filme, tinham que virar um topicozinho. É assim que é.

D.P. – E aí você consegue, quer dizer, a Comissão consegue estender, então, essa lista de mortos e de desaparecidos, que até então era bem reduzida...

N.M. – Bom, a lista, por quê? Por razões objetivas: é a transição. A Lei 9.140 tem duas fases. A primeira fase... Inclusive, na mudança de governo do Fernando Henrique, no segundo governo, as famílias foram para cima do pessoal indicado pelo Fernando Henrique, para reabrir prazo. Porque tinha prazo para apresentar o requerimento. Quem não apresentasse... Aí a gente falava: “Mas o Araguaia tem morte de camponeses. Eles nem sabem que nós estamos reunidos aqui. Não veem noticiário, não leem jornal, como é que eles vão saber? Só teria sentido botar um prazo se tivesse divulgado no Brasil inteiro, em todos os meios de comunicação possíveis, que quem tiver informação, requerimento, parente, que faça até tal data. Mas, sem aquilo, nós vamos impedir que pessoas que não tiveram conhecimento... Aí nós vamos encerrar uma coisa que não pode encerrar”. Aí o Reale, que era uma pessoa muito

direita, também, uma pessoa... Ele tinha lá... Ele foi lá para estabelecer os limites, também, dentro daquele... do que eu falei do Jobim, que era um... Diz ele que foi um... que extraiu essa lei, que foi o máximo que podia, porque tinha uma crise nos bastidores fantástica, para não fazê-la. Então, quer dizer, o Fernando Henrique colocou o Reale, colocou... Entende? Esse... Vocês viram o cara como reitor da USP, como é que ele agiu, um outro membro da nossa comissão, como um reitor que... Foi uma crise contínua, a participação dele. Então você tinha ali... A sorte nossa é que o Luís Francisco era uma pessoa que... Ele ia até onde podia. Nunca transgrediu, nunca fez nada, preso rigidamente ao direito, mas ele ia até o limite que ele podia. O Reale teve uma coisa fundamental no Lamarca. Porque o Lamarca deu uma crise com as Forças Armadas. Crise. Muito maior que o Marighella. O Marighella era o inimigo número um, mas o Lamarca era das Forças Armadas, desertor entre aspas, suposto desertor. Foi quatro a três. E o voto do presidente, do Reale, foi fundamental. Ele que desempatou. Não era fácil fazer aquele voto, porque aquilo criou uma crise, mesmo, dentro do governo, criou uma crise com as Forças Armadas. Foi, talvez, o momento mais tenso daqueles sete anos iniciais que eu estava lá. Depois, não, era o governo Lula, eu já era ministro, aí mudou o contexto, não tinha... Depois entrou o Paulo Vannuchi...

D.P. – Vocês tinham uma agenda, uma pauta? Como é que os casos entravam? Como é que vocês definiam o que ia ser analisado? Isso era em função de quê?

N.M. – O apartamento da Iara e do Gilney virou a sede das famílias em Brasília. O Gilney era deputado pelo Mato Grosso, tinha um apartamento funcional, lá tinha pilhas e pilhas, até o teto, de coisa. E a Iara... A Iara é uma pessoa extraordinária que a gente... A Iara é... Vou te contar! A Iara dedicou a vida dela [inaudível], ganhou expertise, uma capacidade de orientar as pessoas, então, tinha uma central de informação. É claro, a própria Comissão, meu gabinete e a Comissão de Direitos Humanos era apoio também fortíssimo. Então, uma pessoa lá do Maranhão ia entrar, aí ela era orientada: vai lá, vê se tem isso, faz isso, faz aquilo. Ia atrás do STM, ia atrás do Arquivo Nacional, tudo que podia, cada fiapo de informação, se tinha algum livro, algum artigo, qualquer coisa. Ia montando os processos. Só entrava quando tivesse o mínimo, os mínimos. Às vezes... Quando tinha o negócio do prazo, nós entramos um monte, um monte. Tem um caso aqui, de Governador Valadares, do seu Otávio Soares da Cunha. Entrou no último dia, cinco para meia-noite, no último dia. Ia acabar meia-noite,

entrou o caso, Otávio e Augusto Soares da Cunha. No dia 1º de abril, um farmacêutico de Governador Valadares, o mais antigo de Governador Valadares, ele e um filho foram mortos por uma patrulha de justiceiros, de bandidos que um coronel designou como soldados da revolução e saíram prendendo gente aí. Eles iam matar um monte de gente. Só que, quando mataram... O velho Otávio era uma pessoa... Sabe aquelas pessoas adoradas na cidade? Matou a pessoa errada. Aí deu uma reação na cidade e paralisou e os soldados da revolução foram destituídos todos. Por que eu estou contando isso, mesmo? Toda hora eu perco.

D.P. – Por que entrou no último minuto. Porque eu tinha perguntado como era a pauta, se tinha uma pauta dos casos.

N.M. – Então, aí, no caso do último minuto, então, aí, a Iara combinou com um monte de gente. Não tinha prova, não tinha nada. “Entra com o requerimento porque aí nós vamos diligenciar, vamos...”.

D.P. – Buscar.

N.M. – “Depois a gente pega as provas e tal.” Mas as famílias são excepcionais. Eles criaram uma capacidade de trabalho, de luta, de resistência, uma rede impressionante.

D.P. – O depoimento aqui [**inaudível**] é bonito, não é? E eles fizeram coisas incríveis, tem laudo de visita a cemitérios, de pegar os corpos, fazer exumação. É impressionante, não é?

N.M. – É. É claro... Nós, outros, nós éramos... Quem fazia a coisa eram eles. Nós íamos batalhar na nossa esfera, para... Mas o trabalho é deles, não resta a menor dúvida. Foram eles que... A lealdade deles aos parentes, não é? Nos piores momentos, você vê até... Acho que a Comissão Externa ajudou nesse ponto, tirar do mistério, tirar do veto, tirar da sombra, tirar do silêncio imposto, colocar na agenda. A Comissão Externa, a possibilidade de fazer alguma coisa é mínima. Fez mais no plano simbólico. Fez coisas reais também, mas era muito no simbólico, e fortaleceu, deu voz, deu espaço para essas famílias.

A.D. – Em média, durava quanto tempo, o início até a finalização desses processos?

N.M. – Não tinha prazo. Não tinha um prazo determinado para fazer, não. O problema era quem ia ser o relator.

A.D. – Era votação? Era sorteio?

N.M. – É porque dependendo... Se caísse para os mais conservadores... Eu ressalto sempre isso, ressalto que eram pessoas do bem, pessoas... Eram conservadores e queriam... estavam propensos a manter a versão. Quando eles pegavam um caso, aí nós tínhamos que nos virar, eu e Suzana e toda a rede de familiares que ajudava, para conseguir elementos, porque, caso o relatório viesse pelo indeferimento, a gente propunha um recurso, ou pedia vista. Pedia vista, aí fazia um relatório alternativo acrescentando provas que foram desconsideradas, e aí passava, às vezes. E como eles eram pessoas honestas e intelectualmente honestas... O Paulo Gustavo Gonet Branco é filho de militar, era um promotor conservador de formação, ideologicamente conservador, mas uma pessoa de bom caráter. Ele mudou muitas vezes a compreensão dele, para adequar. Então havia isso. Nós é que retardávamos, para buscar provas e tal, para que fosse de encontro... Quer dizer, o que era um processo da **Comissão Externa**? Era dismantelar a versão oficial. Dismantelar a versão oficial, esse que era o objetivo. A perversidade é porque os arquivos eram de difícil acesso. Tanto que, também, eu, como ministro, eu fiz um grupo, onde estava o Paulo Vannuchi, a Maria Aparecida Aquino, várias pessoas, o Jaime Antunes...

A.D. – Do Arquivo Nacional?

N.M. – É. Chamava Memórias Reveladas, que era para...

D.P. – Aí já é sua fase como ministro, não é?

N.M. – É. Para... Porque era um trauma, aquele negócio de não achar a informação. Isso era uma coisa muito... Era quase... Era uma segunda derrota para o familiar, saber que era mentira e não ter como provar que era mentira. Acho que na minha época...

[FINAL DO ARQUIVO III]

N.M. – ...essa tese de que direitos humanos é agenda, a capacidade de fazer uma agenda. Quando eu cheguei em Brasília, em 1991, tinha um grupo que se reunia no Ministério Público Federal – não nessa sede atual, não; na antiga – para discutir a violência no campo. Ali, a gente discutiu uma agenda para direitos humanos, e sempre incluindo mortos e desaparecidos. Depois teve a Conferência Internacional de Viena de 1993, dos Direitos Humanos, a primeira conferência mundial, que tirou aquela separação entre direitos econômicos e... Não. Direitos civis e políticos, e acrescenta, também, econômico, social e cultural. Acabou essa cisão artificial e unificou o campo dos direitos. E aí, na volta de Viena, nós montamos um grupo – o Maurício Corrêa era o ministro – e discutimos uma agenda para o Brasil, de direitos humanos. E tinha um grupo, também, de conselheiros, de várias embaixadas, que apoiava a gente: da Espanha, da França, dos Estados Unidos, da Dinamarca, Suécia, Portugal... Dependendo, também: quando o governo mudava lá, às vezes saía, voltava. E tinha um encontro sistemático com esse pessoal, também, que estava... que apoiava, difundia, também, cobrava nossa agenda. E para nós, sempre, o primeiro ponto: mortos e desaparecidos políticos. Para nós, aquilo que era a chave dos direitos humanos. Se a gente consegue destravar mortos e desaparecidos, você pode debater tortura. A tortura é o centro dos direitos humanos. Por isso que também... O limite da justiça de transição no Brasil foi esse: não ter levado a tortura até a responsabilização criminal. Porque vai daí que nós estamos até hoje correndo atrás do rabo. Em muita coisa, a gente não consegue avançar. O Sartre dizia que a tortura é o mal do século. Ele fala mal do século. E quando há um retrocesso, depois do 11 de setembro de 2001, depois das torres lá... Eu falei: “Nó! Nós vamos ter um retrocesso, porque esse povo vai aprontar. Bush, isso é um primata. Esse cara vai...”. E foi a década do retrocesso. No caso do Brasil, foi que nós chegamos quando o mundo estava em retrocesso. Quem é que...? Os Estados Unidos... Quem...? Direitos humanos? Os Estados Unidos. Direitos humanos? França. Direitos humanos? Inglaterra. Direitos humanos? Esse povo todo foi para consentir a tortura, a invasão do Iraque, do Afeganistão, as bases secretas, Guantánamo, Abu Ghraib. Eles retrocedem com a tortura, retrocedem em direitos humanos. Então, para nós, a chave da questão era a tortura. Aliás, não

é para nós; a chave da questão é a tortura. A chave é ela, porque ela que é a premeditação do mal.

D.P. – É para nós e para... Para nós, **[inaudível]**.

N.M. – Para nós, eu digo para... A questão é essa, a tortura é a questão.

A.D. – Nilmário, um dos... No início do texto da Lei 9.140, aparecem alguns princípios que regem o conteúdo da lei, que são a ideia de reconciliação e de pacificação nacional, fazendo uma referência direta à Lei de Anistia. Vocês discutiam o sentido desses conceitos?

N.M. – Com certeza. Nós achávamos que isso... Reconciliação, só com responsabilização, só quando devolvessem os restos mortais...

A.D. – Responsabilização criminal, necessariamente?

N.M. – Criminal. E que devolvessem os restos mortais dos desaparecidos. Para nós, era abrir os arquivos... Sem isso, não tem reconciliação. Reconciliação é... Foi, digamos, a matriz da transição da anistia de 1979, de preservar os torturadores e preservar as informações que denotassem as graves violações que eles cometeram durante todo o período da ditadura.

A.D. – Esse princípio aparece também no texto de criação da Comissão Nacional da Verdade, a ideia de buscar a reconciliação nacional.

N.M. – Aí tem uma questão, também. Deixa eu falar para vocês uma coisa. Eu fui relator, na Comissão da Anistia, do indeferimento da anistia do cabo Anselmo.

D.P. – Ah, você foi o relator?

N.M. – Fui. Vocês nunca leram isso, não? Valia a pena vocês lerem. Não **[inaudível]** da Comissão da Anistia, vocês pegam o voto. E eu coloco uma... Qual que era o argumento do cabo Anselmo e dos seus advogados? Que ele foi perseguido em 1964, ele foi excluído da

Marinha em 1964, foi preso em 1964 e 1965, foi processado, viveu no exílio. Então, até 1971... Ele mudou de lado. Ele fala isso claramente. “Mudei de lado, porque eu vi que aquilo tudo estava errado e tal e eu fui para... Mas, até 1971, eu cumpri todos os requisitos da lei. Eu perdi o vínculo laboral em razão de perseguição política, logo, eu tenho direito a indenização”. Ele queria ser indenizado, reintegrado à Marinha e indenizado pelo tempo que ele ficou fora etc. “Me aposentar.” Porque ele não tinha aposentadoria, porque ele vivia sob proteção dos torturadores. Aí eu falei: “Olha, não é bem assim, não”. Primeiro eu procurei estabelecer uma dúvida razoável sobre se ele já não era infiltrado desde o começo, desde que ele despontou como... E havia sempre inúmeros depoimentos, os mais variados, do caso da fuga dele lá de Santa Cruz, que... **[inaudível]** todos os indícios de que ele podia ser um colaborador desde sempre. Para poder ser colaborador, ele tinha que aparecer como se fosse da esquerda, para ter... Senão ele não podia ser colaborador; ele ia virar simplesmente um agente. Então, dúvida razoável: toda sorte de depoimentos – e eram muitos –, sobre quem era o cabo Anselmo antes. Dúvida razoável não é prova, mas é uma dúvida, não é? E [ele fala] que, depois de 1971, ele muda de lado. Aí ele ajuda na morte – na tortura inclusive – da Soledad e de tanta gente, e inclusive montou a Chácara de São Bento, que é um episódio dantesco da repressão. E que, para... A anistia de 1979 foi feita sob o paradigma do esquecimento e da impunidade. Esquecimento e impunidade. A Constituição de 1988 não derruba, mas ela já estabelece novos parâmetros: da verdade e da reparação. Porque daí... Por exemplo, toda a Comissão da Anistia de 2001 está baseada... de 1995 e 2001, no parâmetro da reparação. Tem amparo constitucional. Então é uma mudança: da impunidade e esquecimento para a verdade e para a reparação. E que, nesse caso, é impossível você separar que a mesma pessoa que ajuda na tortura e pratica crimes contra os direitos humanos da pior natureza pode ser beneficiada pela... O artigo 5º, no inciso [XLIII], não fala que a tortura é crime imprescritível e insuscetível de graça ou anistia? Como é que nós vamos conceder anistia para um cara que torturou? Então não existe esse antes ou depois. E a Constituição nos dava base para isso. Aí fiz todo o voto. E o advogado dele... Aí foi pergunta. “O senhor tem direito de recorrer.” “Como que eu vou recorrer?” Foi sete a zero, na Comissão. Não, na Anistia não é sete, não. Acho que estavam onze.

D.P. – Isso você já na Comissão de Anistia?

N.M. – Na Comissão de Anistia. Agora, recente, lá no Ministério da Justiça. Eu estou falando nisso porque... para falar que... 1967 e 1988. Você já tinha falado. A [Constituição] de 1967... Você falou a respeito da Lei de Segurança. Eu estou falando a respeito dos parâmetros gerais. Paradigma. Parâmetro não; paradigma. O paradigma de 1967 é o esquecimento e a impunidade, e o paradigma de 1988 é reparação e verdade.

D.P. – E o paradigma de 2013?

N.M. – É a verdade. De 2012, da Comissão da Verdade.

D.P. – Justiça e verdade, não é?

N.M. – Verdade. Justiça, não. Agora, por isso que todas as leis, todas, elas trazem, elas reproduzem aquilo que está lá na Comissão da Anistia: a reconciliação nacional. E como, no caso da anistia... Porque o STF, lamentavelmente, manteve esse entendimento, naquele voto patético do Eros Grau. Patético, aquele voto. É um argumento falso, totalmente falso, de que foi produto de um acordo nacional. Como acordo?! O acordo está da corda do carrasco para o pescoço do enforcado. Essa foi a aliança que... Esse foi o acordo feito em 1979, que foi por oito votos, num lugar que tinha senador biônico do Pacote de Abril de 1977, no Parlamento do Pacote de Abril. E eu relaciono o Pacote de Abril com a anistia, viu, Dulce.

D.P. – Essa expressão é sua? Porque eu adorei. A corda... Essa expressão é sua, o pescoço do enforcado e a corda do carrasco? É sua? Ou é um ditado, isso?

N.M. – Não sei.

D.P. – Está bom.

N.M. – Eu falo isso, mas eu não sei, não. Não sei quem falou. Mas em 1977... Quer dizer, vamos voltar lá em 1974. Estou lá em Linhares e, naquela eleição, deixo de votar nulo e passo a votar... E aquela eleição, o que ela mostrou? Que, em 1978, era inevitável o MDB ganhar a maioria. Inevitável. Ele teve dezesseis senadores, e a Arena, cinco. E aí, quando eles



estão caminhando para ser derrotados... Se fossem derrotados, o que acontecia? As Assembleias Legislativas que elegiam os governadores biônicos, os governadores indiretos. Eles iam perder um monte de Assembleias, em 1978. Segundo, ia mudar a correlação... O MDB ia ser maioria no Congresso e poderia fazer a anistia, poderia votar a anistia. Podia responsabilizar os torturadores, que era o desejo da... que estava começando ali, em 1975, da anistia ampla, geral e irrestrita. Então, o que eles fazem? Os 21 senadores biônicos – aí torna quase impossível você ter uma mudança constitucional, porque o Senado é câmara revisora –, introduz os territórios, muda o número de deputados mínimos por estado, essa desigualdade enorme na proporção dos votos dos que têm oito – São Paulo tem setenta –, e muda o cálculo do quociente eleitoral, de maneira que, mesmo que a Arena tivesse menos votos, como teve, teria maioria no Congresso, como teve. Não era a maioria dos votos; era a maioria criada pelo Pacote de Abril. Então foi esse Congresso do Pacote de Abril, que é o casuísmo para a maioria virar minoria, foi quem votou a anistia. E perde por oito votos? Que porcaria de acordo é esse? Como que você vai falar que teve acordo nacional e que tem que ser preservado o acordo, para sair da ditadura? Não é acordo. Isso implica que a pressão pela anistia era tão grande, a necessidade da anistia era tão forte que até os caras da Arena, uma parte deles votou pela anistia. Porque, para dar aquele placar que... Quase se conseguiu. Bateu na trave. Então, que acordo? Então, por isso que eu acho que foi lamentável, o voto do STF, do Eros Grau. Foi um voto do medo, do medo de enfrentar o problema. Então, como não tinha argumento jurídico, eles foram para um... Isso é fruto de um acerto político que o Tribunal não tem o direito de alterar. Não é jurídico; o voto é político. Então você vê: então, o que podia fazer a Dilma? Manter o entendimento de 1979. O que ela pensa realmente, eu não sei. Penso que ela pensa mais como nós. Mas é a presidente da República; não é a Dilma Rousseff, não é a consciência individual dela. Como presidente, ela tem que aceitar a decisão do STF, que aquilo é produto do entendimento, do acordo da reconciliação. Então não pode mexer.

D.P. – Pois é, mas e aí? Não pode mexer, estamos nessa situação... É claro que a gente tem várias coisas para conversar com você, mas já que a gente tocou nesse ponto, como é que a gente pode mudar em relação à Lei da Anistia? Qual é a sua posição em relação a isso?

N.M. – Está aqui. Está escrito. Tudo que eu falo está escrito.

D.P. – Certo. Mas vamos dizer para as câmaras.

N.M. – Na primeira versão, na primeira, de 1999, e na segunda edição, que eu inclusive... Na primeira edição, o prefácio é do Hélio Bicudo, e ele fala isso com todas as letras. Porque eu pedi a ele por causa disso, para ele... Eu e Tibúrcio pedimos que fosse ele porque a gente sabia que ele defendia o que nós defendemos. E nós, aqui, também... Eu faço a defesa pública... Toda a vida eu fiz, nunca... Independente de onde eu estiver, eu não posso... Mesmo que o governo... O governo Lula não podia... Quando... “Não estou falando pelo governo, mas eu defendo isso. O governo tem outras contingências, mas eu defendo isso.” Nunca deixei de defender, em lugar nenhum.

D.P. – Mas, tecnicamente, é isso que eu quero saber, então, você faria o quê?

N.M. – Hoje, o único caminho é o STF.

D.P. – O STF.

N.M. – O STF. Porque o Congresso, como não houve a reforma política, o Congresso não representa o Brasil mais. É o poder do capital, financiamento privado. Isso não é o Brasil. O Brasil não tem minorias sociais; tem maiorias políticas, os ruralistas, os fundamentalistas, a direita, os empresários, os prepostos deles, do grande capital, que controlam o Congresso, que têm maioria, hegemonia no Congresso. No Congresso não passa. Se fosse hoje, não passaria a Comissão da Verdade, com o Congresso que tem hoje, sob a presidência de Eduardo Cunha e com aquela composição, a hegemonia do PMDB, que votou no Aécio Cunha. Não votou nem... Ele era o vice, e não votou nem no Temer, porque votou foi no adversário. Esse pessoal que tem a hegemonia hoje.

D.P. – Votou no Aécio Neves.

N.M. – No Aécio Neves. Eu falei o quê?

A.D. – Aécio Cunha.

D.P. – Juntou os dois.

N.M. – [Aécio Cunha] é o pai dele. O pai dele é da minha cidade, Teófilo Otoni. O Aécio, não; o pai dele. Então, acho que o único caminho é o STF. Por quê? Porque, depois do julgamento do STF de 2010, veio a sentença da Corte Interamericana, veio a sentença da juíza Solange Salgado estabelecendo deveres e obrigações para o Estado brasileiro. Então o STF tem que se debruçar sobre isso, tem que tornar a decidir. Lá, tem 80 a 90 processos abertos pelo Ministério Público Federal sobre crime continuado, que é o caso de sequestro e... sem corpo, que não finaliza. Esse tipo de crime não prescreve, segundo... Têm juízes que mandaram seguir; têm outros que mandaram travar, mas... A Lei da Anistia trava. Trava até que o Tribunal diga que não, não trava, e até que examine as razões da Corte Interamericana. O Brasil aderiu à competência jurídica da Corte. É claro que não é vinculativo. A Corte Interamericana não pode determinar a justiça desse país, mas ela... Poder moral e tudo o que cerca o direito internacional sobrepõe ao direito nacional, exatamente porque não está submetido a injunções conjunturais, de correlação de forças, de opinião pública. Por isso que ele pode julgar à luz dos postulados dos direitos humanos, a Declaração Universal, a Declaração Americana, e da jurisprudência acumulada. O STF tem o dever de rever isso, de corrigir esse negócio de 2010, esse voto. Eu acho que é o único caminho que eu vejo hoje.

A.D. – E você está falando especificamente de uma interpretação acerca da ideia de crimes conexos, que permite uma ideia de...

N.M. – Não só, Angela, não só.

A.D. – E o que mais?

N.M. – Estou falando é o... A sentença da Corte não é crime conexo, não. É também, não é? Porque crime conexo é que foi a desculpa para não responsabilizar os criminosos: fizeram aquilo em nome do Estado. Mas não só. Porque, também, o fato de o Estado reter informações dos desaparecidos, das verdadeiras circunstâncias das mortes e dos mortos cujas

circunstâncias não estão esclarecidas. Mas sobretudo desaparecidos. A sentença originou do caso do Araguaia, porque é obrigação do Estado, à luz do direito internacional, devolver os corpos. Então essa questão vai além do crime conexo. O crime conexo também **está na raiz**, porque, para a Corte, não existe anistia para agentes do Estado que fazem crimes contra os direitos humanos relacionados com a tortura. Não pode haver. É a questão de um princípio básico do direito internacional. E aqui, para fugir disso, o STF falou em acerto político, acordo político, para sair do... e que tinha que ser respeitado. O julgamento não foi jurídico; foi político, resgatando aquele...

D.P. – Vamos agora para... Aí você, então... Há a campanha de Lula para presidente da República, Lula ganha a eleição e você, então, é nomeado ministro da Secretaria dos Direitos Humanos. Como é que foi? Na campanha, você já estava... No programa de governo, você já estava responsável pela parte de direitos humanos?

N.M. – Não. Eu era candidato a governador em Minas.

D.P. – Então você não...

N.M. – Fui candidato a governador em Minas. Eu era deputado, no quarto mandato; fundador e duas vezes presidente da Comissão de Direitos Humanos; sete anos representando a Câmara na Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos da 9.140; e aí eu saí candidato a governador. Nosso candidato teve um AVC, o Célio de Castro, vice-prefeito de BH, ficou impedido, pediram que eu fosse candidato, improvisadamente, e eu fui. Eu era candidato à reeleição, como deputado federal. Aí eu fui... Sabendo que [inaudível] chance, porque perdi a eleição. E, em seguida, fui convidado pelo Lula para ser o primeiro ministro de Direitos Humanos da história do país, porque não existia isso. O José Gregori, com toda a grandeza dele e a ligação dele com o Fernando Henrique – os dois casais, a Maria Helena e ele com dona Ruth e o Fernando Henrique –, ele chegou a deixar de ser um secretário subordinado ao ministro da Justiça e passou como secretário nacional ligado ao presidente. Mas era, ainda, uma... Já foi um avanço. Quando o Lula vem, ele transforma a Secretaria... A Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que era a do Gregori, ele transforma em Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e fala que seu encarregado terá status de

ministro. Ele faz isso para Igualdade Racial, Direitos Humanos e Mulheres, no mesmo ato. De vez em quando eu me perco. Desculpa.

A.D. – Você está contando como foi o início do seu...

D.P. – Pois é. Aí você foi candidato a governador e o Lula lhe convida para o cargo. Você esperava já?

N.M. – Aí, como eu falei, direitos humanos é agenda.

D.P. – Você esperava? Já era uma coisa mais ou menos combinada: se o Lula ganhar...?

N.M. – Não sei.

D.P. – Não?

N.M. – Não. Não sei te responder. Mas, quando ele convidou, eu falei: “Presidente, o que o senhor espera de mim?”. Ele deu uma gargalhada e falou assim: “Espero que você faça tudo que você cobrava do José Gregori ou do Paulo Sérgio Pinheiro”. Mas, como eu disse no intervalo, quando estava trocando a fita, para mim, direitos humanos é a capacidade de fazer agenda, agenda correspondente ao momento histórico. Direitos humanos é tudo, são milhares de coisas. Se você pulveriza, tudo é importante, tudo é fundamental, aí você perde a dimensão da acumulação de força para ter aquelas coisas que puxam as demais. Por exemplo, uma coisa que enfrenta a tortura abre portas para... Muda de patamar o processo civilizatório. Aí eu fui conversar com um grupo de pessoas na Câmara, falei: “Olha, acabei de ser convidado para ser ministro do Lula, que vai dar um status ministerial, e eu aceitei e vim conversar com vocês”. Juntei umas 30 pessoas na Câmara dos Deputados. “Então eu queria... Quais são as prioridades?”. Aí cada um foi colocando o que eles achavam. Para mim, não era prioritário, o que eu ia fazer, era natural: tirar aquelas barreiras da 9.140, da dependência do Estado ou assemelhada, tirar a barreira do prazo decadencial... Era quase... Não precisava nem colocar que era... Aí, quando o Lula falou... Na primeira reunião de ministros, ele falou: “Nós vamos fazer um contingenciamento enorme, porque o governo tem um déficit muito

forte. Não quero ninguém... ficar no muro de lamentações chorando, ‘o governo está quebrado’. Não é isso. Se o governo estivesse bem, teria sido eleito meu adversário”, falou assim. “Então, eles me elegeram aqui para fazer as coisas, porque está mal, o Brasil está mal. Então nós vamos fazer. Então, nada de choro. Não tem dinheiro. Mas eu prefiro fazer um ajuste duro no primeiro ano do que ficar quatro anos administrando crise. Então, cada um vai propor três coisas que gastem pouco dinheiro, mas que a sociedade não fique frustrada no primeiro ano, que ela já sinta para que viemos, a que viemos.” Aí, então, cada um dizia a sua. Quando chegou a minha vez, na reunião seguinte, na Granja do Torto, eu falei... Eu levantei três temas que eu acho importantíssimos. Primeiro, a erradicação do trabalho escravo. Porque o trabalho escravo, como deputado, eu fiz diligência, fui... Ele está banalizado. É como se fosse natural, um exagero trabalhista, que põe uma multazinha e pronto. Como se... Faltou carteira de trabalho, você... Trabalho escravo envolve dignidade da pessoa humana. Não pode. Segundo, em Brasília, fazia parte da paisagem, da rotina, crianças, meninas, em volta dos palácios, em volta dos hotéis, em volta dos restaurantes, na exploração... o que eles chamavam de prostituição infantil. A gente não adota o termo prostituição, porque não aceita para adolescente. Para nós, é sempre exploração; nunca é... Prostituição tem um elemento da vontade, de a pessoa poder escolher e vai. Criança não pode escolher. Não tem... Não escolhe a prostituição. Em terceiro, eu pus o sub-registro. O Lula tomou um susto.

D.P. – O terceiro é o quê?

N.M. – O sub-registro. O Lula falou: “O que é isso?” Eu falei: “Ué! Porque existem milhões de pessoas que não têm a certidão de nascimento”. O Lula falou: “Você está brincando! Não existe quem não tem certidão. Quem não tem certidão não existe. Eu não conheço ninguém que não tenha certidão”. Eu falei: “Esse que é o problema. E são milhões”. Eram milhões, milhões de pessoas, muito mais do que a gente pensava. A maioria, mulheres do campo, do Norte e do Nordeste brasileiro, mas também de outros lugares do Brasil. E quem não tem a certidão não existe civilmente. Então coloquei os três temas iniciais do... É claro que... Aí nós começamos também... Eu tinha uma equipe muito pequenininha. A mesma coisa é em Minas, a mesma coisa: orçamento pequeno e equipe pequena. Aí: “Duas pessoas vão lidar só com o trabalho escravo. Vamos colocar ele na agenda do país”. Nós criamos o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Você coloca como direitos humanos, dá outra dimensão:

tira do exagero trabalhista e passa para violação de dignidade da pessoa humana. A exploração sexual, por igual. O único adjetivo que tem na Constituição brasileira é: criança é prioridade *absoluta*. Não é, na verdade. No dia a dia, não é para o Estado, que não cumpre isso. Agora já quer mudar, sem ter cumprido. E o sub-registro, que é também... É a negação da pessoa, da cidadania, porque a pessoa não existe: a pessoa nunca vai transmitir um bem; e quem não tem certidão de nascimento não vai ter a certidão de óbito, vai ser enterrada sem registro; não vai ter a carteira de trabalho, que é o símbolo da cidadania. Não é isso? Então foi uma coisa interessante, também.

A.D. – Com relação ao sub-registro...

N.M. – E aí, como eu imediatamente fiz a medida... pedi a medida provisória... Eu elaborei e pedi ao presidente para... [**Inaudível**] concordou integralmente e editou a medida provisória, como presidente, e tirou essas barreiras. E eu fui atrás da deputada Maria do Rosário, fui pedir que ela batalhasse para ser indicada pela Câmara para representar [a Câmara] lá na Comissão. Aí pusemos como presidente... [**inaudível**] como presidente o Marco Antônio Rodrigues Barbosa, um advogado também muito... que estava muito empenhado. Tinha confiança absoluta que ele ia tocar em frente, como tocou. Acho que tem uma coisa também interessante que é o seguinte: eu tive um momento ruim no governo. Depois de a juíza Solange ter dado um prazo para o governo para localizar os corpos dos guerrilheiros do Araguaia, o Lula constituiu uma comissão sigilosa, para cumprir a decisão judicial. Aí eu falei com o José Dirceu: “José Dirceu, isso para mim é constrangedor, porque, para mim, qualquer comissão que trate de mortos e desaparecidos tem que ter a família. E no caso, a comissão é sigilosa”. Aí ele falou... falou comigo: “Deixa eu falar uma coisa, aí é um caso daqueles do ditado chinês, que você não conhece nunca um bosque por uma árvore. Bosque é diversidade. Então você tem que ver o conjunto da obra. Se você pegar só isso... Aí você vai ter que pegar o conjunto da obra”. E falou: “O presidente está convencido que ele vai... que as Forças Armadas vão colaborar, que eles vão entregar corpos, pelo menos alguns, porque eles têm poder para isso. Eles sabem quem foi... quem que era da Barão de Mesquita, quem que era da Casa de Petrópolis, quem que era do DOI-Codi, quem [**inaudível**]. O Exército documenta tudo, tem documentos das operações militares no Araguaia, então, eles podem não saber onde é que está o corpo, mas eles sabem como chegar. Se eles quiserem, eles

chegam. E o presidente acha que, se houver pressão pública, eles vão se encastelar, mas, se criar um ambiente, uma zona de...”. Zona de conforto não é uma expressão adequada. Algo semelhante, assim. Um ambiente favorável. “Que eles poderão... Que não sejam todos, mas que sejam... Que destrava isso, que começa a entregar, devolver os corpos.” Aí eu participei dessa comissão. Tive que... Eu estive na iminência de sair do governo, para não ter que ficar numa comissão que fosse sigilosa. Mas, por outro lado, eu achava uma... uma coisa com o presidente Lula, uma quebra de uma confiança, de uma... Ele me confiou... O primeiro ministro da história do Brasil... Eu trabalhei como eu nunca... Quando eu fiz o primeiro plano Brasil Sem Homofobia, era um tema delicado. Nunca o Brasil tinha tratado disso. Nunca. Eu fui falar com ele, ele ficou... fez mil expressões, bocas, olhos, assim, tipo... Mas falou: “Vai em frente. Você está convencido? Então vai em frente”. Coisas desse tipo. Estou falando essa, mas podia citar outras 50, porque ele deu liberdade de agir. Mas aí é um caso, também, que envolve a relação com as Forças Armadas etc. Todo mundo sabe o que significa isso. Então, aí eu fui levando. “Quem sabe vai dar certo? Quem sabe nós é que estamos errados e vai sair...?” Não aconteceu nada, nada, nada. Eu entendi perfeitamente o que o Lula queria. Ele queria destravar. Ele achava que o melhor caminho era esse. É o estilo Lula de fazer as coisas, de criar ambientes, criar... A negociação perpétua, não é? De obter passos através da negociação, por mais antagônicas que sejam as situações. As situações, não, mas que sejam as posições.

A.D. – Mas houve uma interlocução mínima? Ou as Forças Armadas se silenciaram... ou seus integrantes silenciaram completamente?

N.M. – Eles toparam fazer grupos para fazer as buscas. Aí eu queria chegar numa outra coisa.

D.P. – Agora, conta um pouquinho. Você pode falar da comissão. Como era essa comissão, então?

N.M. – Não sei o que Paulo Vannuchi falou aqui, mas...

D.P. – A gente não falou sobre isso.



N.M. – Quando eu saí do governo, eu saí no auge do Mensalão. Eu fui candidato à eleição direta interna do PT em Minas, no contexto de discutir o Mensalão, desvendar, desmascarar o que estava por trás, e uma pessoa do governo me procurou e falou: “Quem que você...? Você tem alguém que você...? Você tem algum nome para sugerir ao presidente para o presidente poder... Não indicar o nome, mas para poder ter um...”. Eu falei: “Eu tenho”. E falei com essa pessoa que o Lula pediu para conversar comigo: “Olha, eu constituí um grupo para discutir os arquivos, para criar um programa chamado Memória Revelada, e ali tem uma pessoa que é extremamente amigo do Lula, foi secretário particular dele no Instituto Cidadania, que o Lula ouve muito, e o Lula está precisando de gente de confiança, nesse momento que está sob um cerco total, com tentativa de desmoralização da pessoa dele – não é do presidente; é da pessoa dele –, que é o Paulo Vannuchi. E ele tem um... Ele foi um dos organizadores do *Brasil: Nunca Mais*. Organizadores, não; foi um dos realizadores do *Brasil: Nunca Mais*. E ele entende muito, muito. Ele dialoga com o Lula muito, sobre isso e sobre tantas coisas”. Aí eles indicaram o Paulo Vannuchi. Foi uma maneira, também... O Paulo Vannuchi não é uma pessoa dos direitos humanos. Ele era assessor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e foi assessor do Lula no Instituto Cidadania, aí lidava com o tema do sindicalismo, do mundo do trabalho; não era dos direitos humanos. Mas era dos... disso aqui. É um profundo conhecedor disso aqui.

D.P. – Isso aqui, porque está... é dos mortos e desaparecidos.

N.M. – Dos mortos e desaparecidos políticos. E não era dos demais temas, não, porque... Criança e adolescente, trabalho escravo, violência no campo isso todo mundo sabe. Quem não sabe? Mas não era um cara que tenha lidado com isso ao longo de sua vida: educação em direitos humanos, pessoa com deficiência, idoso, essa ampla temática do campo dos direitos humanos. Eu pensei nisso. Porque podia pegar uma pessoa aí de um desses... de grande trajetória, como um monte de gente no Brasil. Eu pedi que considerasse o nome dele em função disso, também. Acho que é importante isso, também. Não sei o que ele falou.

D.P. – No depoimento dele, ele conta esse processo. Porque, a entrevista dele, a gente também teve que encurtar um pouco. Mas ele conta toda a atuação dele nessa área aí. Ele não contou esse detalhe aí que você está contando, que eu acho que é super legal. Mas eu queria

voltar para essa comissão, porque você falou: “É o lado complicado da minha história”. Qual foi a expressão até que você usou? É o lado... Difícil, não. É o lado...

N.M. – Constrangedor.

D.P. – Constrangedor, de você enquanto ministro. E daí, talvez, algumas críticas de familiares, do pessoal do Araguaia, não é? Então, quando é que você percebe que você caiu numa coisa que não ia dar certo? Quer dizer, a comissão... Primeiro, você pode falar quem era dessa comissão? Ela teve uma existência real ou foi só uma...?

N.M. – Teve. Era o Márcio Thomas Bastos, que era o ministro da Justiça; da Defesa, que era o José... que foi embaixador... José Viegas; José Dirceu; eu; e o Álvaro Augusto Ribeiro Costa, que era o advogado-geral da União.

D.P. – Militares, não. Representantes das Armas, não.

N.M. – Não. Eles participavam, mas não eram membros da comissão. Quer dizer, eram subordinados ao ministro da Defesa. Não tem mais ministros militares. Agora tem comandantes. Desde o fim do governo Fernando Henrique que não tem mais ministro militar. Então, quem fala por eles, em tese, é o José Viegas. O José Viegas estava muito empenhado. A ideia da comissão foi do José Viegas, porque ele achava que ia dar certo. E foi fundamental para convencer o Lula a fazer a comissão desse jeito: não fazer com coisa pública; fazer de... Uma comissão para tentar chegar na coisa. Meu constrangimento era o fato de ser sigilosa, de trabalhar, se orientar pelo sigilo. Quer dizer, constitutivo, o sigilo. Quando é sigiloso, você não pode falar. Você está ligado ao sigilo, observando o sigilo. O que eu falei é que... Você vai para um governo, você tem ônus e bônus. Você não pode, nos bônus, sair rindo por aí, e depois, no ônus, descer o pau. É assim. Você é um auxiliar do presidente para o bem e para o mal, para o ônus e para o bônus, para o que você gosta e o que você não gosta, para o que você concorda e o que você não concorda, é claro. Aqui não têm questões de natureza moral ou ética pessoal em jogo. Não era isso que estava em jogo. Não ofendia a moral privada. É a questão da política, mesmo, da minha vida política. O José Dirceu é que me convenceu a... “Enfrenta como uma dificuldade que... Quem sabe? E se der? E se a gente conseguir dois,

três, quatro, cinco corpos?” Isso estava travado, como está travado até hoje. Hoje, nós temos cinco casos. Em 40 anos, cinco casos. Ai, gente!

D.P. – Mas se reuniu várias vezes? Ou também ficou uma coisa só ali...?

N.M. – Não. Reuniu muitas vezes.

D.P. – Muitas vezes.

N.M. – Muitas vezes. Teve um relatório final.

D.P. – Teve um relatório final?

N.M. – O relatório final recomenda criar um grupo de trabalho – que aí, quando eu já tinha saído, quando entrou o Paulo Vannuchi, foi implementado –, que foi para o Araguaia. Todas as pistas possíveis e imaginárias foram seguidas. Todas foram, sem exceção. E não achou nada. E os militares contribuíram. Contribuíram, assim: nunca se negaram a participar de tudo. Era a Polícia Federal, militares, família e Secretaria de Direitos Humanos que faziam as buscas. A certa altura, incluiu o Ministério Público Federal e, a certa altura, incluiu o Instituto Goeldi.

D.P. – Mas, por exemplo, os familiares do Araguaia não aceitam essa comissão.

N.M. – Não. Porque era sigilosa.

D.P. – Não, mesmo essa segunda que você falou. A partir daí...

N.M. – Ah, não! Do grupo de trabalho, participou, os familiares participaram. A Diva Santana participava do... em nome dos familiares. Ela era da Comissão de Mortos e Desaparecidos, representando os familiares, ela ia nos lugares. Ela se dedicou fortemente a isso, fez tudo que estava ao alcance dela para isso. O problema é que o Araguaia...

D.P. – A sua visão é muito crítica, do resultado, não é?

N.M. – Houve uma operação limpeza, depois... Acho que houve duas. Pelo que eu imagino, houve duas. Que mudou todos os corpos de lugar. Exatamente... Era uma guerra tanto para o Estado... Para o Estado, era uma guerra: trinta mil militares, que chegou a mobilizar, ao longo dos quatro anos. Então, muita gente participava. Quando o tempo passou e democratizou o país, não tinha mais controle. Então teve um grupo, mas antes, lá na época, teve um grupo que foi e recolheu tudo, todos os corpos, e deu outra... Tanto que você bate, as pessoas falam: “Foi ali”, você abre, não tem nada. Eu fiz inúmeras diligências, como ministro.

D.P. – Você fez inúmeras...?

N.M. – Fiz. Diligências. Por exemplo, no caso do Onofre Pinto, eu fui para as cidades... Agora... O caso Onofre. Uma pessoa, um ex-militar, procura o Aluizio Palmar: “Olha, eu vou te falar. Eu sei onde foram enterrados os corpos do grupo do Onofre Pinto”. Aí o Aluizio falou: “Eu estou em Foz do Iguaçu, eu não chego aí, não consigo chegar em Curitiba hoje”. “Ah, tem que ser hoje.” Então ele pediu a um amigo para ir no encontro com o militar. O cara pegou um guardanapo de papel... “Está aqui. Tem uma estrada, assim, que tem um campinho de aviação de terra. Entre aqui e aqui, foram enterrados os corpos, aqui assim”. Passou tudo naquele guardanapo de papel. Aí eu arrumei um geoprocessador, que é um aparelho novo que não tinha naquela época, que vê até dez metros para baixo do solo, para ver se têm falhas, coisas diferentes. Fomos para lá, vimos tudo. O cara era um mentiroso. Era para despistar. Então eles faziam isso muito, também, dar informações falsas. Depois apareceu um que falou: “Olha, foi lá no Parque Nacional do Iguaçu. Tem uma floresta...”. Mas indicou... Ele tinha, ele fala, as coordenadas de onde que foi o enterro, onde foi enterrada a coisa.

D.P. – Esse era um agente da repressão, que deu essa informação?

N.M. – É. Mas o primeiro mandou para um local... Era para desviar. No caso do Araguaia, tinha gente que falava, procurava a família e falava: “Olha, seu filho está vivo. Ele agora está trabalhando para traficante, está no refino de coca lá, e por isso que ele não pode aparecer”.

Dava... Usaram sempre a tática de... Você vê, até recente já, em dois mil... Quando é que eu fui lá em Medianeira? Foi em 2004.

D.P. – Você foi no Araguaia?

N.M. – Fui. Fui em Xambioá, fui... Nunca deixamos uma pista sem procurar. Quando chegava uma pista... Podia até não acreditar... “Isso é furada. Mas nós vamos.” A gente ia sempre com a família. Esse que é o problema, as famílias têm que participar de tudo, porque é do direito delas, é inerente. No caso daquela comissão... Mas e se desse certo? Entende? Você tem que fazer certas coisas que... E se eles devolvem?

A.D. – Durou quanto tempo, essa comissão?

N.M. – Noventa dias.

D.P. – Ah! Quarenta dias?

A.D. – Noventa.

N.M. – Noventa. Eu não me recordo...

D.P. – Foi pouca coisa.

N.M. – Sessenta.

D.P. – Está bom. Pouca coisa.

N.M. – Foi. Foi um período curto.

D.P. – E ali já chegaram críticas...

N.M. – Porque tinha... A sentença da Solange estabelecia prazos a seguir. Era para cumprir a ordem judicial.

D.P. – Você recebeu críticas naquele momento, dos familiares? Ou não?

N.M. – Claro!

D.P. – Claro?

N.M. – Mas tinham que criticar mesmo, não é? Mas eu fiquei exposto. Fiquei exposto. Mas, como eu disse, no governo, você sempre tem que ser leal, você tem que... E também eu entendi que o Lula estava apostando que ia dar certo. Infelizmente, não deu.

D.P. – Aí vem o Mensalão, a crise do Mensalão, e você volta para Minas para disputar... para tentar rearrumar o PT em Minas? É um pouco isso?

N.M. – Bom, aí seria até pretensioso. Mas é que, quando houve o Mensalão... quer dizer, houve uma série de coisas articuladas. Aí, como eu falei, o governo fez um grupo para tocar o governo. Foi quando a Dilma cresceu como coordenadora quase do governo; e estava o Guido Mantega, que ia tocar a economia; estava o Márcio Thomaz Bastos, o ministro da Justiça; o ministro Dulci, secretário-geral da Presidência; estava o Jaques Wagner, que era Relações Institucionais; estava o Tarso Genro, acho. E esse grupo ia tocar o governo. O Lula foi conversar com o povo, o que ele sabe fazer, e foi para a sociedade debater o assunto. E na Câmara tinha havido o vexame da eleição do Severino Cavalcanti, e o Lula mandou quatro ministros de volta para a Câmara, para ter quem pudesse reverter aquela situação da Câmara que ninguém sabia para onde que ia, que foram: Eunício Oliveira, do PMDB; Eduardo Campos, do PSB; Ricardo Berzoini, que era o ministro do Trabalho e Emprego. O Eduardo Campos era da Ciência e Tecnologia e o Eunício era [das Comunicações], e o Aldo Rebelo era o ministro...

D.P. – Dos Esportes?

N.M. – Não era Esportes, não. E o Aldo, que virou presidente da Câmara... foi eleito presidente e tirou o processo do *impeachment*, porque o *impeachment* era só político, não tinha fundamentação jurídica para... E três ministros voltaram para os seus estados, que eram: Olívio Dutra, que foi para o Rio Grande do Sul; Humberto Costa; e Nilmário Miranda. Os três, cada um foi para o seu estado. Não era, assim...

D.P. – Ele é articulador, não é? Esse Lula realmente é...

N.M. – É. Aí foi em 2005. Aí ele... Foi assim que eu voltei para... Eu saí de lá. E daí que, na sequência, eu sugeri que chamasse o Paulo Vannuchi. Felizmente, o Lula o chamou. Era a pessoa certa naquele momento. E ele esperou a hora certa. Passou a eleição do Lula e, no segundo governo, ele conseguiu tocar isso para frente: fez o grupo do Araguaia, fez o livro... O livro dele, 80% saiu daqui. A gente falou isso, falou: “Oitenta por cento saiu daqui”. E foi um excelente ministro, excelente, deu uma continuidade, mas sempre esbarrando naquele limite. O Paulo Vannuchi, não sei como é que ele disse, mas ele já me contou um dia que ele achou prematuro, o voto do STF, achou que não era, ainda, a hora de votar a anistia, ou sim ou não, e que não havia acúmulo, não havia pressão da sociedade de acumular mais para votar. E foi uma derrota. Isso é muito relativo, porque a OAB não age por parâmetro; age pelo parâmetro do direito. A ADPF deles era baseada no direito, na interpretação que eles fazem da Constituição, e não da correlação de forças políticas do país.

D.P. – Bem, aí você disputa o governo do estado com o Aécio. E aí, obviamente, você perdeu, o Aécio... Quer dizer, obviamente, não, mas você perdeu. E aí você vai para onde?

N.M. – Fui para a Fundação Perseu Abramo. Fiquei lá quatro anos e meio.

D.P. – Foi ser presidente da Fundação, não é?

N.M. – É. Fiquei lá quatro anos e meio. Foi, também, um ótimo período. Mas a Fundação é para realizar aquela coisa, então, você sai um pouco da política, do dia a dia da sociedade. Sai até pela natureza da função. Eu não sabia disso. Eu quis ir para lá. E foi. Aí, quando foi em 2010, eu estava na Fundação, concorri a deputado federal. Não fui eleito, fiquei na suplência.

Em 2012, com as eleições municipais, aí eu assumi o mandato. Fiquei 2013 e 2014. Fiquei só dois anos. Tem uma coisa boa, dessa volta minha. Eu tinha, em 2001 apresentado, junto com o Nelson Pelegrino, um projeto sobre tortura, prevenção e enfrentamento à tortura. Em 2001. Eu voltei em 2013. Tomei posse em 2013, em 2 de fevereiro de 2013. Aí foi votado esse projeto. Aí criou os mecanismos nacionais: são onze peritos que podem entrar em qualquer lugar, desde que o Comitê Nacional, que orienta, receba uma denúncia por credibilidade que... Ele vai lá sem aviso prévio. Pode entrar para verificar se há alguma ocorrência de tortura. Mas depende, também, de acordo com os estados. Então foi uma coisa boa, também. Segundo, eu cheguei lá, a Câmara... O Marco Feliciano foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos, a comissão que eu fui presidente e fiz o projeto de sua fundação. Aí, para mim, isso foi... Mas eu não parei um dia de trabalhar para voltar para os direitos humanos. Então, em 2014, voltou, com o Assis do Couto, e eu fui vice dele, até para ajudar. Porque foi dez a oito. Derrotamos o Jair Bolsonaro, mas por dez a oito. São dezoito membros. Mas foi bom isso, também, foi importante isso, ter devolvido a Comissão ao povo brasileiro, aos direitos humanos. Foi muito importante, também.

A.D. – E você acompanhou a votação da lei de criação da Comissão Nacional da Verdade?

N.M. – Foi em 2012, e eu cheguei em 2013, não é? Como deputado, não acompanhei; como presidente da Fundação, fui no dia da promulgação. Nós fizemos, Angela... a Fundação Perseu Abramo fez debates, eu acho que em uns dez ou doze estados, sobre o Brasil.

[FINAL DO ARQUIVO IV]

A.D. – Estava falando sobre o trabalho da... na Fundação Perseu Abramo, no momento de votação da lei que criou a Comissão Nacional da Verdade.

N.M. – Sim. Nós fizemos seminários pelo país, sobre o Brasil, em 2012. Não, em 2011. Corremos... Ia ter um debate, a gente levava, para esse debate, grandes debatedores, e íamos, normalmente, eu e o Elói Pietá, que era o vice-presidente. Isso pela Fundação. Fizemos aqui no Rio, fizemos em vários lugares do país. Aí eu... O debate era à noite. Então, por exemplo, eu cheguei em Maceió, então, de tarde, eram 30 pessoas... Eu falei: “Olha, pessoal, a Lei da



Anistia, em 1979, deu um passo, com aquelas ambiguidades; depois, em 1995, a 9.140; em 2001, a Comissão da Anistia. A Constituição também abriu portas para... Agora é a quarta grande etapa, que é a Comissão da Verdade”. Aí, o que é a Comissão da Verdade, de onde vem, o que é justiça de transição etc., e que esse era um outro grande momento. Aí eu falei: “E depois, eu acho que nós devemos fazer Comissões da Verdade nos estados, onde tiver espaço, no Executivo, ou no Legislativo, ou na sociedade civil, ou misturando todos, cada qual...”. Aí a Maria do Rosário também pôs o Gilney com essa função. Aí eu combinava com o Gilney: ele ia... Tinha sua agenda própria, mas quando eu ia num lugar e tinha essa... Preparava para... Estava no Acre, na Assembleia, então, Comissão de Direitos Humanos, gente do governo, gente da sociedade, e o Gilney estava lá. Não me recordo em quantos ele foi. Foi num monte. Nós fizemos juntos, eu sei que Acre, Manaus, Pará (Belém), Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Goiás... Um monte.

D.P. – E essas reuniões, vocês faziam aonde, em sede de OAB?

N.M. – À noite, era a minha reunião da Fundação Perseu Abramo, o debate sobre o Brasil e tal, e eu aproveitava...

D.P. – Mas a Fundação não tem sede estadual. Mas aí você fazia aonde? Em ONGs? Sindicatos?

N.M. – Na OAB, Assembleia, Câmara, ou no hotel em que eu estava, porque esses hotéis têm lugares. Depende de cada coisa. Mas reuniões boas, representativas. É claro que depois... O Gilney é para isso. O Gilney... Então, você vê, chegamos a ter quase cem Comissões da Verdade no Brasil. Quase cem. Ou da sociedade civil, ou das universidades, ou do movimento sindical, ou de um município, ou de estados, ou de Assembleias, de Câmaras, e a Nacional. Não é isso? Foi muito importante.

D.P. – Mas e aí? A Comissão da Verdade, na sua... Como é que você...?

N.M. – A Comissão da Verdade foi um... Eu concordo com o projeto de lei. E não podia ir além do que foi, não podia colocar Memória, Verdade e Justiça. Por quê? Por causa da

decisão do STF. A presidente não pode fazer isso, não pode fazer uma coisa considerada inconstitucional pela Suprema Corte do país. Porque o limite, mais uma vez, está estabelecido. Mas ela fez o certo. Ela levou os quatro presidentes da... vivos; os militares estavam lá – não aplaudiram, mas estavam lá. Foi um grande momento, também, da democracia brasileira. E escolheu bem. Se fosse eu, podia ter escolhido pessoas diferentes, mas teriam a mesma orientação, o mesmo perfil. Pessoas inatacáveis, inatacáveis. Você pode não concordar com isso ou aquilo, mas são inatacáveis, todas as sete, e todas comprometidas com a democracia e com os direitos humanos, sem sombra de dúvida. Porque a Comissão da Verdade tem que ser assim, tem que estar acima dos partidos. Não é para servir a um governo, servir a um partido, não é o terceiro turno da disputa da ditadura com a esquerda. Não é a comissão da esquerda, para derrotar a ditadura que não conseguiu derrotar lá atrás; é a Comissão da Verdade, como um momento da democracia. Tanto que ela... Foi a Comissão da Verdade e a Lei da Transparência.

D.P. – Vieram juntas, não é?

N.M. – Vieram juntas. Então foi um grande momento.

D.P. – E essa coisa do prazo, de a Comissão da Verdade cobrir o período que vai de 1946 até...? O que você acha disso?

N.M. – Isso aí, Dulce... Eu também sempre trabalhei muito com 1964 a 1979, inicialmente. Para mim era isso. Eu vi que isso era limitadíssimo. Porque nós mesmos, na Comissão de Mortos e Desaparecidos, recebemos muitos requerimentos anteriores a 1964 – o João Pedro Teixeira; o caso daquela tecelã; o massacre de Ipatinga, que foi em outubro de 1963 –, e nós não podíamos julgar. Na minha medida provisória, eu pus 1961 a 1985. Esqueci de falar disso. Foi até bom você lembrar isso. Eu falei do crime de sangue fora...

A.D. – Dependência...

N.M. – Dependência do Estado ou assemelhada e prazo decadencial. Falei só desses pontos. Então tem esse, também, que é o período. Nós pusemos 1961 porque, em 1961... O golpe

começou em 1961. Já teve um golpe, em 1961. Existiu o golpe. Só foi frustrado por causa da reação do Rio Grande do Sul. “Não, o Jango não desce no Brasil. Se descer, nós vamos abater o avião.” Ele desceu no Rio Grande do Sul e desfez o golpe. Mas o golpe começou lá. Então, muito do que aconteceu já começou antes de 1964, mas a consumação do golpe... O golpe foi um processo, não é? Até 1985. Mas depois se chegou à conclusão que devia ser entre uma e outra Constituição, entre as duas promulgações, 1946 e 1988. Achei rico isso, também. Foi bom.

D.P. – Mas às vezes o pessoal critica, pela dispersão, mas...

N.M. – Acabou concentrando no golpe de 1964.

D.P. – É claro.

N.M. – É o que acaba prevalecendo. Mas foi bom, também, que deu essa...

D.P. – E o resultado, o relatório da Comissão, o que você achou? Você leu? Queria que você fizesse uma avaliação.

N.M. – Apesar de eles terem manifestado, eles não podiam recomendar. Mas vai ter uma importância para o julgamento do STF, a Comissão da Verdade ter opinado por retirar o impedimento do processo para os torturadores. É importante. Apesar de que não é a posição do governo, é a da Comissão, porque o governo está preso à decisão do STF. Acho importantíssimo. Por exemplo, eu vou, como secretário de Direitos Humanos em Minas Gerais... Dentro da minha Secretaria, vai ter uma Diretoria...

D.P. – Hoje, você está sendo nomeado... É até importante a gente registrar que você está fazendo o depoimento no dia que o ofício está... O *Diário Oficial* está publicando hoje que está sendo criada uma Secretaria...

N.M. – [Está sendo criada a Secretaria] de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, em Minas, e eu estou sendo nomeado o titular dessa secretaria. E ela vai ter uma

Diretoria de Memória e Verdade. Qual que é o objetivo? Implementar as recomendações da Comissão da Verdade. Por exemplo, o Dops de Minas, onde o governador esteve preso, onde eu estive preso, onde o prefeito da capital esteve preso e tanta gente... onde Eleonora Menicucci esteve presa etc., vai virar um memorial de direitos humanos. A cadeia de Teófilo Otoni, onde o Nelson José de Almeida, militante da Corrente Revolucionária, foi assassinado, vai virar um memorial. E nós vamos... Minas tem uma Comissão da Verdade estadual. Vai até setembro. Mas eu... Se for necessário, nós vamos prorrogar o prazo de trabalho, mesmo tendo acabado a nacional. Nós vamos aumentar o respaldo da Comissão da Verdade de Minas.

A.D. – E vocês vão trabalhar...? Existe um projeto de criação de um memorial da Comissão de Anistia lá em Belo Horizonte, também. Vocês vão trabalhar conjuntamente com eles? Ou isso ainda não foi pensado?

N.M. – Como membro da Comissão de Anistia e do Conselho Curador do Memorial, eu participo há muitos anos dessa coisa. Teve muito problema, muito, porque estava caminhando para... O que é o Memorial? Tem um lugar que se chama Coleginho, que é um prédio de mais de 100 anos que abrigou um Colégio de Aplicação; depois, o curso de psicologia; depois, o Teatro Universitário. Quando a Faculdade de Filosofia foi transferida para o campus da Pampulha, o prédio da Faculdade de Filosofia virou Secretaria Municipal de Educação e o Coleginho começou a arruinar. E, em 2007, houve um convênio do Ministério da Justiça – Tarso Genro era o ministro e Paulo Abrão virou presidente da Comissão de Anistia – com a Universidade de Minas, para aquele Coleginho virar um memorial, e foi criado um Comitê Curador, e eu faço parte dele, que visitou vários países do mundo, viu vários memoriais e fez um projeto belíssimo para aquele Coleginho. O que é o Memorial? É o Coleginho propriamente dito, aqui tem um prédio de cinco andares, do Ministério da Justiça, e aqui é uma praça, uma praça da memória, de lembranças, bonita. É um belo, um lindíssimo projeto. Estava tudo indo bem. Quando chegou no Coleginho, descobriu-se que tinha um problema estrutural grave.

D.P. – Que tinha um problema estrutural?

N.M. – Estrutural. Porque o prédio estava com o telhado caindo, e uma empresa, a primeira empresa que [inaudível], que depois quebrou, infelizmente, pôs um telhado, e isso deu uma rachadura no prédio de cima a baixo e mostrou que era frágil. Depois de um certo tempo, com as obras, descobriu-se que ele não tinha fundação, que era um prédio quase de adobe e que a fundação era pedra, argamassa e óleo de baleia. Então, num terreno que tem problemas, um terreno cedido, tem um problema estrutural a resolver. Chegou-se a pensar em demolir e fazer uma réplica, mas ele é tombado pelo Patrimônio Municipal e não pode. O Patrimônio não aceita o conceito de réplica, mesmo ele estando caminhando para a ruína. Mas, se tombou, não pode fazer réplica. Então está há anos tentando achar soluções para... O prédio está praticamente pronto, o de cinco andares; a praça, foi removido um obstáculo agora e vai ser feita rapidamente, tem um belo projeto; vai ter o Bosque da Memória, vai ter um muro com o nome de todos... É um lindíssimo projeto. Então, isso aqui vai ficar pronto proximamente, e o Coleginho, que é do lado... Mas nessa semana houve uma sucessão de reuniões com a Universidade, com o prefeito e com o governo estadual, para buscar uma solução. Nós estamos procurando uma solução rápida, para sair desse... Agora, eu saí da Comissão da Anistia no dia 25 [de março de 2015].

D.P. – E eu queria que você falasse da sua participação na Comissão de Anistia, como é que foi.

N.M. – A Comissão da Anistia sempre... Obviamente, eu participei da luta pela eleição dela... pela aprovação da Lei 10.559. Participei bastante, como deputado federal. Em 2001, era um dos incentivadores dessa Comissão da Anistia, porque ela tinha que pegar uma situação que não estava contemplada no Brasil: as pessoas que, em razão da perseguição política, perderam o vínculo laboral. Isso é uma coisa séria, seriíssima, e não... A anistia anterior não contemplou isso, e a Comissão dos Mortos e Desaparecidos, só para mortos e desaparecidos. E exilados e tudo de... como é que faz? Clandestinidade, gente que... famílias desfeitas, torturas. Aí a Comissão da Anistia era para isso, para...

D.P. – Mas conta. Você participou da elaboração, da definição da Comissão da Anistia?

N.M. – Participei.

D.P. – Então conta um pouco, antes de...

N.M. – Particpei. Mas eu tenho uma...

D.P. – Como é que era isso? Quem era o grupo, quando vocês conversaram isso?

N.M. – Era o governo do Fernando Henrique. O negociador era o Arthur Virgílio Neto. Era o Arthur Virgílio que era o negociador do governo. O pai dele foi perseguido político, e o próprio Arthur Virgílio foi do Partido Comunista. Mas ele é...

D.P. – O pai do Arthur Virgílio?

N.M. – Foi. Hoje, ele é uma pessoa desse segmento que está aliado com o conservadorismo, mas ele tem um papel importante. O Greenhalgh era deputado, um papel importantíssimo; e eu. Já tínhamos... Historicamente, eu sempre apoiei esse projeto. O que eu critiquei foi que predominavam, aqui, na articulação, movimentos organizados de corporações como a Petrobras, Banco do Brasil, Forças Armadas, o Banco Central, gente com alto poder de *lobby*, intelectuais, jornalistas etc. E eu... Na época, eu falava: “Gente, isso aí tem um risco”. Eu falava **[inaudível]** de Maurício Corrêa. Era favorável a uma indenização única para todo mundo, se comprovasse que teve perseguição. Por quê? Para não reproduzir as desigualdades. Um operário demitido da construção civil ou de uma empresinha, ou um camponês, a vida dele destrói, entra na lista negra etc. e vai por água abaixo. Agora, um... Teve quatro generais que foram afastados pela ditadura, teve inúmeros coronéis, teve não sei quantos... Onze mil militares foram afastados pela ditadura, para se implantar... Toda a resistência democrática e nacionalista que tinha dentro das Forças Armadas foi tirada, senão a ditadura não ia criar aquele consenso, a paz de cemitério que ela criou. E um cara que sai... Eu fui perseguido político, fui preso político, fiquei na clandestinidade, fui desligado da universidade, fui impedido de ter convivência familiar, mas eu saio, eu vou lá, eu estudo na universidade, eu me formo. Agora, e um operário? E um camponês? E um pobre? Para ele... Se ele deixa de ser metalúrgico, vira o quê? Vira biscateiro. Então, se eu recomponho... “Ah, eu vou...” O que eu ganharia, caso eu tivesse sido economista? Vamos lá. **[Inaudível]** um salário: cinco

mil, uma indenização de cinco mil reais por mês. E o [inaudível], que acabou com a vida dele, recebe um salário mínimo, um salário e meio? Você reproduz desigualdades, e numa coisa que é essencialmente de reparação e de igualdade. Então eu cheguei a defender uma [inaudível] para todos, para todos, para não distinguir quem sofreu mais e quem sofreu menos, quem perdeu mais e quem perdeu menos. E tinha um paradoxo, também, que tinham as maiores indenizações os que sofreram menos. Como é que você mede o sofrimento?! Mas esses jornalistas, intelectuais, artistas que receberam indenizações enormes, como é que faz? Como é que você...? Isso é igualdade? O espírito da anistia é esse? Então houve, realmente, uma distorção na anistia, nos primeiros anos. Houve mesmo. Eu cheguei no governo e fui informado que existiam situações... E nós não queríamos abrir essa coisa porque havia toda uma... A mídia batia no negócio da anistia, dizendo que era a Bolsa Ditadura, que era... Enfim, tentava desmoralizar. Mas existia mesmo isso. Existiam coisas mesmo impublicáveis, dentro da Comissão da Anistia. O Márcio Thomaz Bastos mudou todo mundo, mudou a Comissão todinha – só manteve uma pessoa –, para agir sob nova visão. Mas continuou produzindo desigualdades. Aí o Tarso Genro introduziu o princípio da razoabilidade, ou seja, a anistia não é para resgatar o direito integral da pessoa, quanto você ganharia se... se você era da universidade, digamos, quanto você ganharia, caso não tivesse sido perseguida e presa, afastada. É uma indenização política, uma reparação. Não é uma indenização trabalhista. A Justiça tem outros parâmetros. Quem quiser aquilo que está na Justiça... A anistia tem que ter um foco também na igualdade. Então, criou-se a razoabilidade, e aí reduziu a distância entre as indenizações. Aí eu também fui sondado e topei participar da Comissão da Anistia, nesse contexto. E eu também... Antes de entrar lá... Eu nunca requeri a minha anistia, porque, como eu tinha participado da Lei 9.140, da 10.559 etc., eu achava que era difícil para mim. Mas, ao mesmo tempo, eu estimulava todo mundo a requerer. “Isso é um direito, gente! Tem que entrar! Todo mundo tem que pedir anistia. Vai ter um memorial, isso vai fazer parte da história, vamos registrá-la.” E indenização, já que o Estado não pode punir a pessoa, o Estado... A reparação econômica é uma maneira de reparar parcialmente. Explicava para todo mundo. “E eu não entro? Todo mundo entra e eu não entro.” Então, fiz a minha anistia. Mesmo assim, tive um cuidado: eu fui demitido do Sindicato dos Bancários em 1979, logo, poderia reivindicar uma prestação mensal, permanente e continuada, aquela indenizatória, mas eu reivindiquei só a prestação única, aquela reparação da prestação única, para, exatamente, não transformar numa pensão até a morte. Porque... Para também... Ninguém,

nem se quiser, vai poder dizer que eu usei em benefício próprio, trabalhei em benefício próprio, para... E eu participei. A partir de 2012, se não me engano, eu fui convidado e passei a fazer parte da Comissão como conselheiro e fiquei até anteontem.

D.P. – Ah, você saiu agora?

N.M. – Anteontem.

D.P. – Ah, é.

N.M. – Por quê? Porque, como eu vou ser secretário... sou secretário de Direitos Humanos e vai ter política de reparação e vai ter parceria com o Memorial, eu não posso ficar dos dois lados da mesa, eu não posso ser o conveniente... Nós vamos trabalhar juntos em programas culturais etc., na existência do... Eu vou ajudar, como governo, a deslindar os problemas do Coleginho, do Memorial, para ele ser... concluir a construção, e eu não posso, ao mesmo tempo, ser da Comissão.

D.P. – Mas qual é seu...? Você tem um cargo na Comissão da Anistia?

N.M. – Conselheiro. Sou um dos...

D.P. – Conselheiro. Mas você julga também os casos?

N.M. – Eu julgo os casos. Não julguei o do... não fui o relator do caso Anselmo, que eu relatei aqui? Relatei muitos casos.

D.P. – E isso você fez durante esse período todo, desde...?

N.M. – Na quinta-feira, anteontem, nós escolhemos quatro casos.

D.P. – Mas quando você está na Secretaria dos Direitos Humanos Nacional, como ministro, você não está na Comissão da Anistia.



N.M. – Não. Nem da Anistia, nem da Mortos e Desaparecidos. Eu era dela até o dia que eu virei ministro. Aí eu saí dela. Porque eu que ia... Ela ia ficar dentro do meu ministério, eu que ia ser responsável pelo funcionamento. E como é que eu ia ser membro dela, também?

D.P. – Aí você volta...

N.M. – É um caso semelhante agora.

D.P. – Aí você volta para ela depois, então? É isso?

N.M. – Não. [Para a Comissão] da Verdade, eu nunca voltei.

D.P. – Não, não, para a Comissão da Anistia.

N.M. – Da Anistia, eu nunca fui membro dela. Eu participei da criação dela, como parlamentar...

D.P. – Da Comissão da Anistia?

N.M. – ...como legislador, lá atrás, em 2002 e 2001. Eu era deputado federal. Antes de eu ser ministro. Eu fui ministro a partir de 2003, quando o Lula ganhou em 2002. É claro, estou falando para um registro. Então eu fiquei em 2012, 2013 e 2014. E quando foi... Agora, que eu vou ser secretário de Direitos Humanos, eu vou ser parceiro da Comissão da Anistia. Parceiro significa que nós vamos... Podemos até pôr dinheiro público lá, para fazer programas comuns no Memorial da Anistia. Como é que eu posso ser conselheiro aqui e parceiro do lado de cá; com o poder do estado, estar fazendo...? Criou um... Aí eu saí da Comissão.

D.P. – Então, só porque eu acho que ficou um pouquinho... Você foi membro... conselheiro da Comissão da Anistia de quando a quando?

N.M. – Até anteontem.

D.P. – Mas de quando a quando?

N.M. – De 2012 a 2015.

D.P. – No período anterior, não foi porque você estava...

N.M. – Eu recomendei que vocês olhassem o voto do cabo Anselmo porque entra naquele debate da Constituição de 1967 e 1988, o que... Do ponto de vista da reparação, anistia, tudo... Por isso que eu acho que o STF teria base jurídica constitucional para...

D.P. – Esses conselheiros são indicados pelo presidente, não é? É o Paulo Abrão que escolhe os conselheiros da Comissão de Anistia?

N.M. – São indicados ao ministro da Justiça. Ele que nomeia.

D.P. – É o ministro da Justiça que nomeia? E tem uma rotatividade? Como é que uma pessoa...? É por mandato?

N.M. – Veja bem, são 25 membros, e eles... 25 conselheiros, que não são remunerados, a nenhum título. Não tem cachê, não tem nada, nenhuma remuneração. Eles recebem uma diária para ir a Brasília, quando não mora em Brasília – e muitos não moram, moram pelo Brasil todo –, e a passagem de ida e volta, que é para poder participar da reunião.

A.D. – E é o quê? Semanal? Mensal?

N.M. – Não. Às vezes, várias semanas...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

N.M. – Acho que o Memorial vai colocar, esse lá de Belo Horizonte, na rota dos grandes memoriais do mundo: da África do Sul; dos judeus, do Holocausto; da Esma, na Argentina; os dois do Chile; do Peru; do México. Vai colocar na rota dos grandes memoriais.

A.D. – E Belo Horizonte foi uma... Por que Belo Horizonte?

N.M. – Na época, eu estava na Fundação Perseu Abramo, aí eu fui convidado para ir no Ministério da Justiça. Estava assinando – o reitor da Universidade Federal de Minas, o Ronaldo Pena; o ministro da Justiça, Tarso Genro; o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão –, fazendo a cooperação para construir o Memorial lá. Foi uma pessoa da Universidade de Minas, uma professora, que sugeriu lá. Porque a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) era um local forte da resistência, muita gente que... Talvez... Bem expressivo, em Belo Horizonte, da... Foi por isso. E a Universidade tinha feito... Quatro estudantes... Fez um monumento no campus. Quatro estudantes dela que foram mortos durante a ditadura. O Projeto República, da Universidade Federal de Minas Gerais, fez um trabalho, um CD maravilhoso, que foi distribuído para o Brasil inteiro.

D.P. – Gente, e o Caminhão da Liberdade? Que coisa espetacular, não é?

N.M. – É. Tinha um histórico, não é? Então a Universidade Federal fez essa proposta e o ministro da Justiça, o Tarso Genro, acolheu, e daí que começou.

D.P. – Esse Projeto República também foi encarregado de fazer esse caminhão. É um espetáculo! Chama-se Caminhão da Liberdade. Dentro tem filme, biblioteca, e ele vai rodando, itinerante, falando...

N.M. – Hoje mudou, chama Marcas da Memória. O Paulo Abrão contou aqui a política de memória. Muito bem, gente.

A.D. – Eu fiquei só com uma curiosidade: quando você mencionou os três principais pontos apresentados na primeira reunião, no início do primeiro governo Lula, sobre a sua agenda de trabalho na Secretaria Nacional de Direitos Humanos, aí você mencionou o do sub-registro, e

aí eu fiquei curiosa para saber, pragmaticamente, como localizar essas pessoas que não tinham documentação para que elas fossem... Como localizar os não identificados?

N.M. – Nós criamos uma rede... A Caixa Federal estava começando a fazer... ia fazer o Cadastro Único. Não existia isso no Brasil. Isso é importante, falar isso. O Estado brasileiro não sabia quem eram os pobres e os miseráveis, não tinha seu endereço, não tinha nome e endereço, porque não tinha nada a dizer para eles. Se ia ter uma política, uma rede de proteção alcançando todos os brasileiros, o primeiro passo era fazer o Cadastro Único, ou seja, localizar cada família abaixo da linha da miséria e da... Então a Caixa Federal começou a fazer. O Inbra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que foram criados... o Ministério do Desenvolvimento Agrário [inaudível] uma política de agricultura familiar, no semiárido inclusive. Então também está localizado ali. Aí foi feito um... Prefeituras, estados... Os cartórios, a rede nacional dos cartórios contribuiu para fazer campanhas, disponibilizou mídia, fazia dias... mutirões. Mas o trabalho sistemático foi agente comunitário de saúde e foi o Cadastro Único para a Bolsa Família. Então, aí foi... E o Lula defendeu uma ideia genial também, desde o começo. Ele falava assim, que a Bolsa Família tinha que ser administrada pela mulher, porque a mulher cuida da família, e ela, com um dinheiro relativamente pequeno, com uma bolsa pequena, ela faz milagres, ela tira o máximo daquilo. Isso é a mulher que faz: cuida, ampara e protege. Então tinha que ser a titular. E as mulheres é que são a maioria esmagadora dos sem registro... do sub-registro, mulheres do campo. Por exemplo, até 1988, as mulheres não podiam sequer... não eram consideradas trabalhadoras rurais. Elas eram mulheres de trabalhador rural. Então, se o homem tivesse o Funrural, aquele meio salário mínimo, a mulher não podia ter. A partir de 1988, ela pôde ser considerada mulher trabalhadora rural. Aliás, ela tinha jornada dupla: trabalhava na roça e na casa. Ou tripla, não é? E não era considerada trabalhadora. Então, [em 1988], recebe o status de trabalhadora. Mas daí a o Estado alcançar o braço, o Estado alcançar cada um, em qualquer rincão, é uma distância enorme. A distância entre a lei e a política pública no Brasil, o direito e a política pública... Os direitos do mundo do trabalho, grande parte não sai do papel, não muda a vida das pessoas. Então, aí, o registro civil da mulher dá à mulher a... o governo dar a Bolsa Família. É um cartão plástico. Uma coisa é ter uma seca em Pernambuco e aí a primeira-dama do município distribui cesta básica; outra coisa é a pessoa ter um cartão plástico, tirar o dinheiro e fazer o uso que achar que deve, que é melhor para a família. Ela

compra o que ela achar que deve comprar. Não precisa dizer para ela: você deve comprar isso, ou aquilo. Qual a mãe que não sabe o que é melhor para a sua família? Depois, acho que veio... Um segundo passo foi o Pronaf Mulher; depois veio o Minha Casa, Minha Vida da faixa 1, que a mulher que é a titular, também, pelo mesmo raciocínio: a mulher jamais vende uma casa, a casa é o lugar da família. Ela, numa dificuldade... O homem vende, para poder sair de uma dificuldade, de uma dívida. A mulher, não. Se é ela... “Não, pode acontecer o que tiver que... Tem um lugar de botar a minha família.” Então, deu um protagonismo para essas mulheres que não existia. Então, por isso que o sub-registro era uma coisa... “Escolhe três coisas”, ele falou. “Eu vou escolher três coisas que têm possibilidades, que abrem o caminho para outros direitos.” Depois nós evoluímos do registro civil para receber a documentação civil básica, CPF, identidade e, obviamente, o título de eleitor. Por isso eu sou contra o voto voluntário. Acho que voto é... Devia não discutir, obrigatório ou voluntário. Acho que a palavra é... É cidadania mínima. Voto é direito e dever. Quem não faz nada, pelo menos tem que ter o voto, usar o voto para... Isso aí mudou o país, teve um impacto na vida do país, os analfabetos e as pessoas votarem. Não é tanto obrigatório, no Brasil, porque a multa é três reais. Se você vai lá e justifica, não tem... É um obrigatório entre aspas. Quando falamos: “O voto não pode ser obrigatório!” Não é obrigatório; é um dever da cidadania. Eu sou favorável a manter isso. Porque depois, se tem essa mídia, a mídia é oligopolizada, fazem campanha... Igual agora, o descrédito da política e dos políticos, para desmoralizar tudo. Onde não tem... E onde o povo... há grande absenteísmo e não se organiza para a disputa política, a política, que governa todo mundo, fica controlada por quem tem poder, já tem o poder econômico, o poder...

D.P. – Nilmário, você, que foi dessa área de comunicação e fez um jornal importante, inovador, por que você acha que o governo não conseguiu... o PT e o governo, nesses 16 anos... 12 anos, levar à frente alguma coisa em relação à mídia, fazer um jornal?

N.M. – Não vou usar uma expressão tão forte, covardia, porque aí é muito... Pode ter uma conotação de... Parece que a pessoa é... Não é isso. A mídia é tão forte, tão forte que o primeiro governo Lula, ele trouxe ministros ligados à história da Rede Globo; depois entrou o Franklin, tentou fazer aquela regulamentação econômica; entrou a Dilma, anulou o que o Franklin fez e chamou gente da Rede Globo: Ana Hollanda, Helena Chagas. É uma tentativa

de conviver com a realidade. E se tornou equivocada. O que eles fazem? Eles pegam o máximo de gente de publicidade, até o último ano, e quando falta um ano para o governo, eles saem e fazem essas campanhas demolidoras, de desconstrução... E aí não adianta nada você pôr gente deles, porque isso não significa... Acho que foi um erro, um equívoco, não ter enfrentado isso. Tinha que ter enfrentado. [Inaudível], também. É claro que é difícil. O Congresso está... Centenas, dezenas de deputados são concessionários das quatro ou cinco redes nacionais de televisão. Mas tinha que ter enfrentado, nem que fosse para, dentro da Constituição, escolher duas coisas... três coisas: regionalização; não ter propriedade cruzada; relação do conteúdo, igual foi feito com a TV a cabo. Isso já seria... Impedir aquela concentração extrema. A propriedade cruzada, você pode até negociar. Mas do jeito que é... Quer dizer, um conglomerado desses, ele tem a televisão, tem o rádio, agora controla a internet, tem os telefones, tem bancos, tem rede de varejo, tem editora. Em qualquer banca que você chegar no país, 80% é de duas: Globo e Abril. Oitenta por cento é dali. Pode isso aí, reunir tanto poder com a concessão pública? Não pode. Os países democráticos não deixam, exatamente por isso, porque é uma... Esse poder de atingir todo o território e esse poderio econômico... Olha, saiu a lista dos 104 bilionários do país. O bilionário quatro... É da *Forbes*, não é? [O quarto era] o fulano de tal Marinho; o quinto era o fulano de tal Marinho; o sexto era o fulano de tal Marinho. O quarto, o quinto e o sexto. Onde é que ele conseguiu isso? Com a televisão, com a concessão pública. Conseguiu amearhar uma fortuna que torna a pessoa extremamente poderosa e desequilibra o jogo democrático. Se quiserem desestabilizar um governo democrático, eles fazem. Eu não sou muito de televisão, mas minha mulher fez uma cirurgia e eu fiquei uns dias com ela em casa vendo televisão. Você fica o dia inteiro com taquicardia, porque não é possível, o Brasil está desintegrando, o Brasil está um caos. Cria mesmo um sentimento de turbulência. Então as pessoas criam uma ansiedade, uma angústia. Quebra qualquer ideia de futuro, de esperança, de... É fácil fazer isso. Manipular isso é fácil.

D.P. – É isso que eu queria até perguntar a você, já que a gente está acabando nossa entrevista. Você está assumindo agora a Secretaria Estadual de Direitos Humanos, em Minas, e na sua entrevista, você me parece uma pessoa muito tranquila e esperançosa. Como é que você está vendo esse...? Porque o Brasil, pelo menos o Brasil da Globo, está pegando fogo,

está desmoronando, e você está assumindo um cargo superimportante. Você continua otimista? As pessoas saindo do PT... Enfim, como é que você está vendo isso?

N.M. – A maior crise da democracia, depois da Constituição, foi essa agora. Crise da democracia, é essa.

D.P. – Depois da Constituição, é essa?

N.M. – É. Do período democrático, a maior crise da democracia. Porque nós não conseguimos nunca fazer a reforma política, nós ficamos... Nosso Congresso, desde o Pacote de Abril, ele manteve regras, até hoje, de financiamento, de cálculo do quociente, [inaudível] das bancadas por estado, deu ao Senado um papel também de... Não é só revisora; pode ter iniciativa de leis. Não é [inaudível] da federação, não. Tem dois Legislativos, Senado e Câmara, os suplentes etc. Por uma série de situações, nunca conseguimos avançar. E o principal é o poder que o capital tem de organizar o poder político através da... E todo mundo sabe que um grande empresário, quando doa não sei quantos milhões para um candidato, ele não está fazendo por amor à democracia; ele está fazendo para... [Inaudível] de forma legal ou ilegal. Seja como for, vai querer manter. É isso que é o problema da democracia no Brasil. E chegou a um ponto que nós temos um Congresso que está sob a égide dessa coisa aí. Tem a ver com a distribuição dos meios de comunicação. Estamos vivendo essa crise. A crise econômica não é tão dramática como eles dizem. Isso é uma mentira. É uma mentira, mesmo. Inflação é péssimo para quem tem renda fixa. Nós aprendemos isso lá atrás. A gente achava que alguma inflação ajudava o desenvolvimento. Depois, não. Quem mais perde é o trabalhador, que tem renda fixa. Quem pode passar custo para frente passa a inflação para frente; agora, quem só tem um salário, aí sofre. Mas sempre teve inflação, no Brasil – em qualquer momento, nos últimos 20 anos –, acima de 5%, de 6%. Então nós estamos... Nós vamos chegar a sete, numa crise. Sete. E teve três anos de seca. É um pouquinho acima da parte de cima da meta. É claro, é ruim, mas não é um desastre. Desastre era quando nós chegamos ao governo, há 12, 13 anos atrás: era 12%, 13%, a inflação. Isso que era a inflação. E outros países aí que têm uma inflação muito maior. O desemprego... A Grécia foi destruída. A Espanha, Irlanda, Portugal, esses países têm desemprego, para a juventude, de 30%, 35%. Nós, aqui, passou de 4,8 para 5,5. Isso é muito próximo do pleno emprego. Quer dizer,

aumentou o desemprego, e vai aumentar talvez mais um pouco, mas é nessa faixa aí. Então não é um desemprego avassalador. Aumentou a taxa de desemprego. O objetivo agora é tentar repor. Não tem crise cambial no Brasil. O Brasil tem reservas intocadas, ainda. O Brasil não tem um sistema bancário afundando, porque todo aquele esquema da alavancagem do Banco Central, do compulsório, tem fundamentos que estão mantidos. É um momento ruim, de crescimento baixo. Não é esse caos que é apregoado. Não existe caos econômico e caos social. O caos, pelo menos no Brasil, é político. E tem uma estratégia clara: criminalizar o Partido dos Trabalhadores, como se fosse um partido de corruptos, uma quadrilha de corruptos. Eu sempre falei: ninguém está acima da lei. Se alguém do PT se envolve, responde como qualquer outra pessoa, como qualquer um tem que responder. Ninguém... Não interessa que partido, que classe social, ninguém está acima da lei. Agora, criminalizar um partido? Isso é uma coisa... Segundo, eu acho que eles têm pavor da ideia de o Lula ser candidato em 2018. E eles não têm candidato para bater o Lula. Ainda que o Lula tenha... com essa coisa avassaladora, tenha desgastado um pouco o Lula e o lulismo. Mas eles não têm ninguém para ganhar do Lula em 2018. Então eles já estão aí, há 16 anos fora do poder, e o Lula pode vir a ganhar de novo. É esse que é o problema, sabe? Desestabilizar já. Então, criminaliza o PT, desmoraliza o Lula e destrutura... desestabiliza o governo: *impeachment* sem causa, *impeachment* sem base jurídica, para criar essa desesperança, essa angústia no povo. Então as pessoas foram beneficiadas por esse governo? Ótimo! As pessoas foram responsáveis pelo seu benefício, pela ascensão social. Eu acho que tem... O capitalismo tem crises cíclicas. Isso faz parte do ciclo capitalista. A nossa economia é capitalista. O milagre é: dentro de uma situação globalizante onde as empresas é que têm os países, não os países que têm as empresas, as empresas é que mandam no mundo, que governam o mundo, nós termos alcançado um grau de soberania, de reconstituir o poder do Estado, de ter feito um trabalho monumental de ascensão social. Poucos países... Qual país do mundo teve isso, nesse período tão curto agora, a não ser o Brasil, nos últimos tempos? Nenhum país do mundo teve essa coisa, essa... Então, é claro... Partidos políticos, também... Eu convivo com isso, eu fui candidato a deputado duas vezes, e eu não uso caixa dois, eu não uso dinheiro de empresas corruptoras. E você não ganha eleição, também, não ganha, porque... Não é que eu esteja dizendo que os que ganham... os outros companheiros sejam... Estou dizendo é que, na minha história... Eu não quero mudar, nessa altura da minha vida, eu não quero fazer campanha com profissionalismo, pegar qualquer dinheiro, desde que seja legal. Mas eu não estou criticando



os outros. Eu resolvi não fazer e usar... Para mim, eleição é cidadania, tem que... Eu só concebo eleição com um esforço voluntário, com um esforço... As pessoas te escolhem pelo que você representa; não pelo que você distribui. Mas o nosso sistema apodreceu, e nós não conseguimos mudar. Apodreceu. Eu gosto do Parlamento. Não existe... Eu gostei de ser parlamentar. Na minha trajetória, foi muito mais tempo... Escolhi ser parlamentar. No caso do Executivo, fui convidado a participar, fui chamado, e acho que correspondo ao que eles... ao que se esperava de mim. Agora esperam de novo, [inaudível] estou voltando lá. Mas eu gosto do Parlamento, gosto do parlamento porque é isso... Mas ele, hoje, está num grau de desmoralização... Não consegue fazer reforma. O mais perigoso no Brasil é isso, é não conseguir avançar a democracia na [inaudível]. O que eu pretendo lá? Por que se chama Direitos Humanos e Participação? Porque eu não acredito na democracia simplesmente representativa, você delegar a outro. Eu acho que tem que ser participativa, não para ocupar o lugar do Parlamento, mas dos conselhos, das conferências, das consultas, das rodadas, das mesas de diálogo, das mobilizações de rua, do conflito aberto, do conflito de classe. E terceiro, tem [inaudível] ser direta. O Brasil fez três plebiscitos, em sua história. Em um país aí que tem uma democracia mais antiga, eles fazem, num dia de eleição, 50 plebiscitos, municipal, estadual e federal. Eles fazem no mesmo dia. Aqui, quando fala em plebiscito, parece que está propondo um golpe, está contra a democracia, contra o poder, está usurpando o Parlamento para... Está na Constituição, inclusive. Está lá o referendo do plebiscito. Então acho que, se não tiver isso, não sei o que vai ser. Eu sou otimista nesse sentido, porque uma das sociedades mais organizadas do mundo é a brasileira. Eu já fui em muitos países, em razão do meu trabalho, e é impressionante, não tem nenhum país que tem tanta organização social, política, de todos os... do micro... da microfísica do poder estar distribuída... Entendeu? Então isso aí... Então, nesse momento, o que me preocupa é o seguinte: nós... Na nossa tradição, a gente dizia assim: tem que ter a linha do não passarão. Pode estar tudo errado; agora, daqui para cá, ninguém se atreva, porque aqui estão fincadas as bandeiras. E nesse momento, tem que voltar para a linha, para poder... E o Brasil não é isso. São momentos. Vai ter um momento, também, que todo mundo vai refletir e falar: “Puxa!”. Porque isso é...

D.P. – Não passarão.

N.M. – Não passarão, não.

A.D. – Eu queria te perguntar só mais uma coisa, Nilmário. Você estuda e atua no campo dos direitos humanos há muito tempo e em cargos variados, de naturezas variadas, no Legislativo, no Executivo, na sociedade civil. Essa agenda de direitos humanos mudou muito, ao longo desses anos?

N.M. – Vai mudando. Por exemplo, quando eu cheguei no governo... Eu chamo a década de ouro dos direitos humanos, a década de 1990.

A.D. – No Brasil? No Ocidente?

N.M. – No Brasil. Porque nós tínhamos feito a Constituição, que teve forte participação popular, nas emendas populares, nas audiências, nas marchas e caravanas. Não era pela composição das forças lá, não; pela participação da sociedade. Houve uma forte convergência democrática e foi para a Constituinte, condensou essa convergência democrática. Agora, todo mundo sabe, o que era do lado do capital era autoaplicável; o que era do lado do mundo do trabalho devia ter uma regulamentação, uma lei complementar ou ordinária. Então foi o período que eu cheguei na Câmara. Dei a sorte de estar vivendo esse período. E aí, direito da criança, o ECA; a saúde, o SUS; a educação, a LDB. Foi a década de ouro. Tipificamos o crime da tortura; criamos a Lei dos Mortos e Desaparecidos; reconhecemos... mudamos o rito da reforma agrária; reconhecemos os quilombos; fizemos políticas de igualdade racial e de igualdade de gênero. Nós fomos plantando tudo isso. Quer dizer, para ter a política pública que passou a ter a partir do governo Lula, tinha que ter as leis regulamentando a Constituição, senão o direito fica lá inerte, o direito fica só no potencial. Então eu chamo década de ouro. Foi aquela. Conseguimos regulamentar a Constituição, fazer as grandes leis. É claro, cada um do seu jeito. Lei boa é a que passa, não é? Quando chegou a época do governo Lula, tinha acontecido as Torres Gêmeas. Aí foi um grande retrocesso mundial, que eu simbolizo na morte do Sérgio Vieira de Mello, porque ele foi para o Iraque para tentar impedir um massacre e ele foi emparedado entre o imperialismo e o terrorismo, e morreu literalmente emparedado no prédio da ONU. Deveria zelar pela... Ali foi o símbolo do retrocesso que houve no mundo inteiro. Aqui, não. Aqui, nós... O governo do Lula criou a Secretaria de

Direitos Humanos; das Mulheres; Seppir; MDA. O “Brasil para todos”. A ordem era essa: têm que chegar em todas as famílias, os direitos previstos na Constituição. Então, aí não era mais legislar os direitos; era fazer políticas públicas. É a política pública que leva a lei a mudar a vida de cada pessoa, de cada família, de cada canto, em todos os lugares. E é feito de forma imperfeita. O capitalismo e o sistema político têm, é claro, têm suas limitações. Mas a minha era essa. Então, por exemplo, eu falei de Minas. O que vai ser...? O que é a agenda de Minas, no Brasil de hoje? [No caso] da mulher, não é mais aquilo que eu falei nesse instante. Já teve a Bolsa Família, teve documentação, a mulher adquiriu o direito de cidadania, adquiriu os símbolos da cidadania. Mas, por isso mesmo, a violência contra a mulher aumentou. Uma sociedade machista, patriarcal, aí, a reação: violência contra a mulher, morte de mulheres. Isso passou a ocupar um espaço que não existia no passado. Agora passou a ser uma agenda forte. Não que a pobreza e as mulheres... Não que isso tenha deixado de ter importância, mas não é uma pauta que chega. Está tendo morte assim de jovens negros no Brasil. Muito. É uma coisa escandalosa. É uma coisa... Eles não aparecem na... A mídia não põe isso como pauta. E nós temos que pôr. Começou o ódio, a intolerância, no Brasil. Porque não tinha. Na década de 1990, não tinha isso, não tinha o ódio religioso, o ódio político, como está tendo agora. Tinha bomba em sede de partido? É claro que não. Ódio. As pessoas representam o presidente e a presidente enforcada. Mata. *Delenda. Delenda*, aquela... Então, esse é um grande tema agora. Eu quero fazer Comitês da Diversidade Religiosa, pôr improváveis conversando, desarmar... Vários mecanismos. Desarmar a violência; reverter essas curvas de morte de jovens. É claro, a gente não... Um estado não pode fazer independente de um país, nem nada disso é rápido, mas é... Eu aprendi isso: você pode não fazer o que deve ser feito, mas tem que sinalizar, tem que entender para onde você está indo. Aí as pessoas confiam, acreditam e participam. E mudar a pauta. A pauta do Brasil não é isso, não é ódio, não é intolerância, não é o caos inexistente, não é a desesperança; a pauta é outra. Eu acompanhei a ministra da Igualdade Racial, na semana passada, em Ponte Nova e em Viçosa, para dar a aula inaugural. Uma mulher extraordinária! As pessoas...

[FINAL DO ARQUIVO V]

A.D. – Vou repetir uma consideração que eu tinha feito aqui durante o intervalo, que é essa observação que nós temos feito acerca de uma série de comportamentos que denotam uma

intolerância, ou um ódio muito explícito a determinados segmentos da sociedade brasileira, e que muitos de nós questionaram por que isso veio à tona agora de forma tão explícita e tão abrupta.

N.M. – Acho que aí... A frase que eu usei é: “A casa-grande não descansa”. Nunca descansou. Nós estamos realizando agora, 120 anos depois, quase 130 anos depois, tarefas da abolição. Quando foi feita a reforma urbana do Rio de Janeiro, no fim do século XIX e início do século XX, eles trouxeram urbanistas de... que fizeram a reforma de Paris, aquela maravilha. O Rio era uma cidade feia, suja, deprimente. Então eles planejaram aquela cidade maravilhosa, que ficou maravilhosa, aí eles se perguntaram assim: “E onde nós vamos pôr as classes perigosas? O que nós vamos fazer com elas?”. Nada. A cidade, ali, não tinha lugar para as classes perigosas. O que eram? Os ex-escravos, os camponeses, os pobres, os construtores da cidade maravilhosa. Tanto que a abolição coincide com a explosão das favelas, com o crescimento das favelas, um fenômeno nacional. É associado à urbanização. A educação pública e gratuita obrigatória, 40 anos depois; direito de voto do analfabeto, quase um século depois... um século depois; o direito de voto da mulher, 40 e tantos anos depois – começou a votar 50 anos depois, quando teve eleição. Tinha o direito a voto, mas não teve eleição. A abolição... O acesso à terra rural é uma dificuldade, não consegue avançar. Faz a desapropriação, tem um... A Justiça é classista, é seletiva, bloqueia. Tem o direito de as comunidades tradicionais terem acesso às terras ancestrais; a Justiça seletiva e classista bloqueia. Então tem um... É muito difícil. Nós conseguimos agora, uns cento e tantos anos depois, dizer que a trabalhadora doméstica é uma trabalhadora, que tem direito à jornada, a descanso semanal, a salário, tem direito ao que... aos demais direitos, quase cento e tantos anos depois. Qual é a dificuldade? É que não consegue regulamentar. Aprova, fica dois anos para uma regulamentação, para entrar em vigor. E não é uma situação de um trabalhador em igualdade com os outros, mas é... A escravidão doméstica acabou de acabar. Mesmo assim, Minas Gerais tem 400 mil crianças no trabalho infantil; a maioria, trabalho infantil doméstico, meninas. Então você vai acabar para a trabalhadora formal e vai manter crianças, adolescentes trabalhando, sem jornada, sem o conhecimento como trabalhadora. E não é pouca gente. Nós conseguimos, no trabalho infantil, baixar de 20 milhões para 3 milhões. Mas 3 milhões é maior que o Paraguai, de criança que ainda trabalha. Qual que é o núcleo? O trabalho infantil doméstico é a maior parte. Então, acho que é isso que... O Brasil é isso. E a

classe média, que está com esse ódio todo, primeiro, isso foi trabalhado, é uma coisa sistemática, do Millenium, do Instituto Fernando Henrique, de um trabalho sistemático na internet e na mídia oficial. Não é uma coisa que nasce espontaneamente; ela é despertada, é tirada. Nós temos essa pulsão da violência. Por isso que tem que ter Estado, tem que ter democracia, tem que ter leis, leis justas, para que não tenha uma situação hobbesiana, de todos contra todos. E a civilização é você estimular o que tem de melhor no ser humano, você puxar o que tem de melhor, você puxar o oposto do ódio, da intolerância e tentar pôr aquelas coisas do Mandela, aquelas máximas do Mandela; aqueles discursos maravilhosos do Martin Luther King; do Gandhi. Acho que é isso que está em pauta, isso que está para...

A.D. – E o tema violações aos direitos humanos durante a ditadura militar é um tema que sensibiliza a sociedade brasileira? Já sensibilizou? Não sensibilizará?

N.M. – Isso teve... Nesse ponto, a Comissão da Verdade foi ótima, a Comissão da Anistia foi ótima, teve seu papel, teve a Mortos e Desaparecidos, teve uma fase que era bastante divulgada. Depois, daí para frente, foi feito um... Continuou a ser feito coisa importante, mas sem a mesma... Tem um papel, sim. O erro foi esse, foi não ter punido os torturadores e ter... Liberou um pouco a ideia que a tortura não é um crime tão grave. Para o Judiciário, a tortura é um crime leve. “Não vamos mandar um policial que arrisca a sua vida e ganha pouco para a cadeia porque torturou, matou, executou uma pessoa pelas costas.” Tem uma leniência com a tortura. O sistema prisional, as pessoas não se abalam com ele, a não ser que entre um parente. Aí, quando entra um parente... Mas, para o outro, ele quer pena de morte, quer... Tortura pode ser, desde que seja traficante, desde que seja um bandido. Quando é o seu, muda tudo. É para o vizinho, a pena de morte e a tortura é para o vizinho; não é para mim, para a minha família. Aqui, eu quero respeito e respeito à lei. É um processo. Nós já tivemos melhores momentos. Na década de 1990, tinha muita desigualdade social, muito mais do que hoje, infinitamente mais do que hoje, e foi um momento, também, que não tinha essa pregação do ódio sistemático, do ódio ao gay, do ódio ao negro, do ódio ao diferente.

D.P. – E você faz alguma correlação? Você acha que, porque diminuiu as diferenças sociais, a questão do... você acha que isso produziu, em setores mais hierarquizados...?

N.M. – Isso a gente vê todo dia, Dulce. Você vê todo dia. Se entrar... Nós estamos em um restaurante. Se entrar um pobre, negro, malvestido, há uma reação generalizada: “O que esse cara está fazendo aqui?”. Quando entra um pobre no avião, quando entra um pobre num ambiente que é da classe média, que é dos ricos, que é da elite, você estranha. Até a gente tem que fazer um... Eu tive que refletir um pouco: “Espera lá! Por que não? Que legal!”. Sua primeira reação é de estranhamento. Então isso tem que ser um pacto da sociedade, para achar que é bom, a igualdade. Tem gente que acha que... Muita gente. Não é pouca gente. [Tem gente que] acha que o pobre entrar na universidade, está tomando o lugar dele; o negro entrar na universidade, está passando do limite; o negro tem que saber o seu lugar. Entrar num avião, entrar num salão de festa, entrar no mesmo lugar que você vai, tem uma reação. Aí tem muito a ver com a mídia e com a educação. O ódio não nasce sozinho, a intolerância não nasce... não está nas pessoas de forma natural, não é genética. Isso é cultural.

D.P. – É construído.

N.M. – É construído. A desconstrução disso aí que é o caminho para... E aí eu acho que o... Essa injustiça tem que ser reparada, também; a gente não pode eternizá-la: famílias que não enterraram seus mortos, a tortura não ser punida. Não pode. Não pode. Não sei se vai ter, porque o tempo está passando, mas eu sempre defendi... Eu não tenho... Eu, sinceramente... Não é querer ser melhor que ninguém, mas eu... Quando eu estava na prisão, um dia eu comecei a falar... Perdi o ódio do torturador. Eu sonhava que o Calandra, o capitão Ubirajara, estava descendo uma escada e eu metralhava ele mil vezes, todo dia. Um belo dia, eu falei: “Gente, acabou. Não quero matar torturador nenhum. Não posso continuar a minha vida...”. Isso faz mal para a alma da gente. Você tem que seguir em frente, tem que... Então eu não alimento esse negócio de... É claro, o ser humano é ser humano. Às vezes, você fala que não e, de repente, você dá uma escorregada. Mas eu, pelo menos na racionalidade, eu repudio qualquer ideia de revanche, de vingança, de trabalhar com o ódio, estimular o ódio e por aí. Acho que não. Com democracia, você não tem inimigos a destruir. Na ditadura, sim. Na democracia, não, você tem no máximo adversários. Mesmo assim, nós aprendemos: às vezes, o cara é seu adversário hoje e amanhã é seu aliado para outra coisa. O Parlamento me ensinou isso, Dulce, porque você é derrotado ali numa coisa, você fica... mas entra outro projeto em seguida e você tem que pedir, para a mesma pessoa que te derrotou, o apoio para o seu

projeto, que é para avançar. Então, ali tem que vigorar é o diálogo, é o poder da palavra, do convencimento, da persuasão; não é o ódio nem a destruição do outro. E aí acho que o... Hoje, o problema dos direitos humanos é esse, é o respeito à diferença, ao diferente. Aí que está o... Acho que é a raiz. Porque a dignidade vem daí, e leva a isso.

D.P. – Certo. Obrigada.

A.D. – Muito obrigada, Nilmário.

[FIM DO DEPOIMENTO]